FACULDADE UNIDA DE VITÓRIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS DAS RELIGIÕES

FRANCI DALVA OLIVEIRA DA SILVA

ENSINO RELIGIOSO:
A IMPLEMENTAÇÃO DA CULTURA DE PAZ EM UMA ESCOLA MUNICIPAL DE FORTALEZA - CE

Certificado pelo Programa de Pós-Graduação Profissional da Faculdade Unida de Vitória – 13/12/2023

Vitória - ES
2023

FRANCI DALVA OLIVEIRA DA SILVA

ENSINO RELIGIOSO:
A IMPLEMENTAÇÃO DA CULTURA DE PAZ EM UMA ESCOLA MUNICIPAL DE FORTALEZA - CE

Certificado pelo Programa de Pós-Graduação Profissional da Faculdade Unida de Vitória – 13/12/2023

Trabalho de Conclusão de Curso na forma de Dissertação de Mestrado profissional como requisito parcial para obtenção de grau de Mestre em Ciências das Religiões. Faculdade Unida de Vitória. Programa de Pós-Graduação. Área de concentração: Religião e Sociedade Linha de atuação: Ensino Religioso Escolar.

PPGER
Faculdade Unida de Vitória

Orientador: Graham Mcgeoch

Vitória - ES
2023

Certificado pelo Programa de Pós-Graduação Profissional da Faculdade Unida de Vitória – 13/12/2023

Silva, Franci Dalva Oliveira da
Ensino religioso / A implementação da cultura de paz em uma Escola Municipal de Fortaleza - CE / Franci Dalva Oliveira da Silva. -- Vitória: UNIDA / Faculdade Unida de Vitória, 2023.
x, 84 f. ; 31 cm.
Orientador: Graham Gerald McGeoch
Dissertação (mestrado) – UNIDA / Faculdade Unida de Vitória, 2023.
Referências bibliográficas: f. 77-84
1. Ciência da religião. 2. Ensino religioso escolar. 3. Ensino religioso. 4. Ensino religioso e cultura de paz. 5. Cultura de paz. 6. Regra de ouro. - Tese. I. Franci Dalva Oliveira da Silva. II. Faculdade Unida de Vitória, 2023. III. Título.

Certificado pelo Programa de Pós-Graduação Profissional da Faculdade Unida de Vitória – 13/12/2023

FRANCI DALVA OLIVEIRA DA SILVA

ENSINO RELIGIOSO:
A IMPLEMENTAÇÃO DA CULTURA DA PAZ EM UMA ESCOLA MUNICIPAL DE FORTALEZA - CE

Trabalho de Conclusão de Curso na forma de Dissertação de Mestrado Profissional como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Ciências das Religiões. Faculdade Unida de Vitória. Programa de Pós-Graduação em Ciências das Religiões. Área de Concentração: Religião e Sociedade. Linha de Atuação: Ensino Religioso Escolar.

Data: 13 dez. 2023.

_____
Graham Gerald McGeoch, Doutor em Teologia, UNIDA (presidente).

_____
Valdir Stephanini, Doutor em Teologia, UNIDA.

_____
Lauana Ananias Flor, Doutora em Ciências da Religião.

Certificado pelo Programa de Pós-Graduação Profissional da Faculdade Unida de Vitória – 13/12/2023

PPGPCR
Faculdade Unida de Vitória

Dedico às minhas quatro filhas, Isadora, Valéria, Giovana e Gabriela. Luzes constantes e inspiradoras da minha jornada. Cada conquista neste mestrado é dedicada a vocês, a razão maior da minha busca pelo conhecimento. Que este trabalho seja um testemunho do amor, da dedicação e do compromisso que compartilhamos e que possa inspirar cada passo do nosso caminho juntas.

AGRADECIMENTOS

Agradeço, profundamente, à minha amada família pelo apoio incondicional e pelas horas de compreensão durante este percurso acadêmico. Às minhas amigas e amigos, cujo incentivo e estímulo foram fontes constantes de inspiração. Expresso minha gratidão a todas as pessoas que, direta ou indiretamente, contribuíram para a realização desta pesquisa, pois cada aporte foi essencial para este trabalho. Juntos, construímos conhecimento e fortalecemos laços que levarei para toda a vida.

Certificado pelo Programa de Pós-Graduação Profissional da Faculdade Unida de Vitória – 13/12/2023

Certificado pelo Programa de Pós-Graduação Profissional da Faculdade Unida de Vitória – 13/12/2023

RESUMO

Esta pesquisa explora como o Ensino Religioso pode promover uma Cultura de Paz no Ensino Fundamental I em uma escola de Fortaleza-CE. Em um mundo onde a violência é um problema global, a escola é vista como um espaço para a promoção da paz. No entanto, os alunos brasileiros, especialmente em escolas públicas, enfrentam vários tipos de violência. A pesquisa argumenta que uma mudança social é necessária, que pode ser alcançada através da educação, saúde, participação cidadã e melhoria da qualidade de vida. O Ensino Religioso é visto como um componente curricular poderoso para promover a Cultura de Paz. A pesquisa busca responder à pergunta: como a Regra de Ouro pode ser utilizada no Ensino Religioso auxiliando na implementação de uma Cultura de Paz no Ensino Fundamental I de uma escola da Rede de Ensino de Fortaleza-CE? Nesse sentido, segue os objetivos de explicar o conceito de Cultura de Paz, demonstrar ações que contribuem para seu desenvolvimento através da educação brasileira, apresentar a Regra de Ouro e suas relações com o Ensino Religioso baseado nas Ciências das Religiões, entender o Ensino Religioso em Fortaleza, seus avanços e desafios, e apresentar uma proposta pedagógica de Ensino Religioso para a promoção da Cultura de Paz. A pesquisa é baseada em estudos bibliográficos, documentais e coleta dados de documentos que regem o Ensino Religioso em Fortaleza, em pesquisas sobre a identidade desse componente curricular na cidade e trabalhos acadêmicos que apresentam estratégias pedagógicas para o desenvolvimento de uma Cultura de Paz. O estudo se baseia principalmente na Regra de Ouro, na pedagogia histórico-crítica de Dermeval Saviani, na tese de doutorado de Nathália Martins e na obra de Elisa Rodrigues. A Regra de Ouro é apresentada como uma estratégia didático-pedagógica valiosa para promover a empatia e a compaixão através de um Ensino Religioso humanizador.

Palavras-chave: Ensino Religioso. Ciências das Religiões. Cultura de Paz. Regra de Ouro.

ABSTRACT

This research explores how Religious Education can promote a Culture of Peace in Elementary School I at a school in Fortaleza-CE. In a world where violence is a global problem, school is seen as a space for promoting peace. However, Brazilian students, especially in public schools, face various types of violence. The research argues that social change is necessary, which can be achieved through education, health, citizen participation and improved quality of life. Religious Education is seen as a powerful curricular component to promote a Culture of Peace. The research seeks to answer the question: how can the Golden Rule be used in Religious Education, helping to implement a Culture of Peace in Elementary School I at a school? of the Fortaleza-CE Education Network? In this sense, it follows the objectives of explaining the concept of Culture of Peace, demonstrating actions that contribute to its development through Brazilian education, presenting the Golden Rule and its relations with Religious Education based on the Sciences of Religions, understanding Religious Education in Fortaleza, its advances and challenges, and present a pedagogical proposal for Religious Education to promote the Culture of Peace. The research is based on bibliographical and documentary studies and collects data from documents that govern Religious Education in Fortaleza, in research on identity of this curricular component in the city and academic works that present pedagogical strategies for the development of a Culture of Peace. The study is mainly based on the Golden Rule, on the historical-critical pedagogy of Dermeval Saviani, on the doctoral thesis by Nathália Martins and on the work by Elisa Rodrigues. The Golden Rule is presented as a valuable didactic-pedagogical strategy to promote empathy and compassion through humanizing Religious Education.

Keywords: Religious Education. Sciences of Religions. Culture of Peace. Golden Rule.

Certificado pelo Programa de Pós-Graduação Profissional da Faculdade Unida de Vitória – 13/12/2023

SUMÁRIO

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS……... 10

INTRODUÇÃO…… 11

1 A CULTURA DE PAZ E A EDUCAÇÃO……...…… 16

1.1 Cultura de Paz: conceito e história……. 16

1.2 Cultura de Paz no contexto educacional brasileiro……...……. 23

1.3 O Ensino Religioso e a Cultura de Paz……... 32

2 A REGRA DE OURO: UMA ESTRATÉGIA DIDÁTICA PARA O ENSINO RELIGIOSO……. 40

2.1 A Regra de Ouro …… 40

2.2 As Ciências das Religiões ……. 47

2.3 As Ciências das Religiões, o Ensino Religioso e a Regra de Ouro…… 53

3 UMA PROPOSTA PEDAGÓGICA DE ENSINO RELIGIOSO PARA UMA CULTURA DE PAZ……. 61

3.1 Caminhos metodológicos.……... 61

3.2 A identidade do Ensino Religioso do município de Fortaleza…… 62

3.3 Projeto de ER: A paz no mundo começa em mim…….. 65

CONCLUSÃO…….. 74

REFERÊNCIAS……...…… 77

ANEXOS.……. 85

Certificado pelo Programa de Pós-Graduação Profissional da Faculdade Unida de Vitória – 13/12/2023

PPGPCR Faculdade Unida de Vitória

Certificado pelo Programa de Pós-Graduação Profissional da Faculdade Unida de Vitória – 13/12/2023

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

BNCC	Base Nacional Comum Curricular
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CE	Ceará
ER	Ensino Religioso
EUA	Estados Unidos da América
FONAPER	Fórum Nacional Permanente do Ensino Religioso
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
MEC	Ministério da Educação
OMS	Organização Mundial da Saúde
ONG	Organização Não Governamental
ONU	Organização das Nações Unidas
PB	Paraíba
PNEDH	Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos
PROEXT	Programa de Extensão Universitária
UFG	Universidade Federal de Goiás
UFPB	Universidade Federal da Paraíba
UFPE	Universidade Federal de Pernambuco
UNB	Universidade de Brasília
UNESCO	United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization
UNIBAN	Universidade Bandeirante de São Paulo
USP	Universidade de São Paulo

PPGPCR Faculdade Unida de Vitória

Certificado pelo Programa de Pós-Graduação Profissional da Faculdade Unida de Vitória – 13/12/2023

INTRODUÇÃO

A violência nas escolas, envolvendo crianças, jovens e adolescentes, é um assunto que incomoda qualquer educador/a. Atualmente, tem-se contato com inúmeras notícias de conflitos entre os sujeitos que compõem esse ambiente.[1] São estudantes que cometem e sofrem *bullying*, brigas entre estudantes por questões do cotidiano, agressões desses contra professores/as e vice-versa, situações de intolerância religiosa, dentre outras. Feizi Milani destaca que a questão da violência nas instituições escolares atingiu um ponto em que é considerada um "fenômeno de sociedade" em pelo menos 23 países.[2]

Milani argumenta que, apesar das evidentes interações entre a vida escolar e o contexto sociocultural de violência, a escola brasileira ainda adota uma pedagogia que nega a realidade e não prepara os indivíduos, adequadamente, para o mundo existente. Essa alienação é um dos fatores que contribuem para a vulnerabilidade das escolas públicas no país, uma vez que 55,6% delas enfrentam problemas de roubo, furto, vandalismo e/ou agressão ao patrimônio, ocorrendo no mínimo uma vez ao mês.[3]

A violência é algo que acompanha a história, mas hoje, é considerado um problema global e urgente[4] e espera-se que a escola seja um local/tempo de preservação e promoção da paz. Para que os/as estudantes possam desenvolver a aprendizagem é necessário um ambiente, minimamente, seguro e agradável. Entretanto, os/as discentes das instituições educativas brasileiras, principalmente, as públicas, têm presenciado e vivenciado vários tipos de violências, dentro e fora da escola. Essas podem envolver os conflitos entre os pares, mas também, negligência e maus tratos sofridos pelos/as estudantes.[5]

A mobilização em torno da paz começou em alguns países, há décadas, por causa das incessantes guerras e pelo temor de um conflito nuclear. No Brasil, a paz tornou-se uma necessidade básica, mediante ao aumento dos índices de violência urbana. Uma das abordagens que as sociedades têm de compreender e de enfrentar o fenômeno da violência é a da Cultura

---

[1] MONTEIRO, Michelle Popenga Geraim; DE LIMA-BERTON, Tatiane Delurdes; ANSINELLI-LUZ, Araci. A importância da inserção da cultura da paz no currículo escolar. *Revista Contexto & Educação*, [s.l.], v. 36, n. 114, p. 301–315, 2021. p. 303.

[2] MILANI, Feizi Masrour. Cultura de paz x violência. Papel e desafios da escola. *In*: MILANI, Feizi Masrour; JESUS, Rita de Cassia Dias P. (orgs.). *Cultura de Paz:* Estratégias, Mapas e Bússolas. Salvador: INPAZ, p. 31-60, 2003. p. 40.

[3] MILANI, 2003, p. 40.

[4] MONTEIRO; DE LIMA-BERTON; ANSINELLI-LUZ, 2021, p. 302.

[5] GONDIM, Terezinha de Jesus Peres. A Cultura de Paz nas escolas e as ações dos gestores educacionais do município de Fortaleza. *In*: CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO (CONEDU), VI, 2019. *Anais...* Campina Grande: Realize Editora, 2019. p. 1-2.

de Paz.[6] Essa, sugere a implementação de mudanças fundamentadas em valores como justiça, diversidade, respeito e solidariedade, por parte de diversos atores, incluindo indivíduos, grupos, instituições e governos. Os defensores dessa perspectiva compreendem que é possível promover transformações tanto nos níveis macro, que envolvem estruturas sociais, econômicas, políticas e jurídicas, quanto nos níveis micro, que abrangem valores pessoais, atitudes e estilos de vida, bem como relações interpessoais. Essa abordagem enfatiza a complementaridade dos processos de mudança e destaca a viabilidade de reduzir os níveis de violência por meio de intervenções embasadas na educação, saúde, participação cidadã e melhoria da qualidade de vida.[7]

Como professora de uma escola pública da cidade de Fortaleza-CE, esse assunto tornou-se inquietante para a pesquisadora, já que é um problema social complexo e de difícil solução. Diante disso, em 2022, resolveu-se participar de um curso oferecido pela prefeitura, que tratava da promoção da Cultura de Paz no ambiente escolar. Os estudos e debates promovidos no curso geraram a compreensão de que a violência é multidimensional e multicausal, podendo ser manifestada por indivíduos, por grupos ou instituições. Por isso, acredita-se ser necessária uma mudança social de paradigma e isso só acontecerá por meio de intervenções fundamentadas na educação, saúde, participação cidadã e melhoria da qualidade de vida.[8]

Para melhor compreensão do contexto desta pesquisa cabe apresentar que a cidade de Fortaleza possui uma população estimada de cerca de 2.700.000 pessoas.[9] O último censo, realizado em 2021, apontou que sua rede municipal de ensino público contava com 294.251 estudantes matriculados/as nas 951 escolas de Ensino Fundamental.[10] Além disso, Fortaleza foi considerada a primeira capital do Brasil em cobertura no atendimento a essa etapa da educação básica.[11] Entretanto, por ter uma das maiores redes de ensino do país, a cidade também sofre com as situações de violência interpessoal que acometem as escolas brasileiras.

Este trabalho argumenta que, no atual contexto educacional brasileiro, o Ensino Religioso (ER) se apresenta enquanto um potente componente curricular para promoção da

Certificado pelo Programa de Pós-Graduação Profissional da Faculdade Unida de Vitória – 13/12/2023

[6] Em linhas gerais, podemos identificar três abordagens presentes nos discursos de vários atores sociais quando se trata do fenômeno da violência - a abordagem da repressão, a abordagem estrutural e a abordagem da Cultura de Paz. É relevante destacar que esses mesmos discursos também moldam as explicações fornecidas por professores e diretores sobre a violência dentro das escolas, e, consequentemente, influenciam as estratégias adotadas pelas instituições de ensino (MILANI, 2003, p. 37).

[7] MILANI, 2003, p. 38.

[8] MILANI, 2003, p. 38.

[9] IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Censos 2021*. [*online*].

[10] PREFEITURA MUNICIPAL DE FORTALEZA (PMF). Site Oficial. *Canal Educação:* Ensino Fundamental. [*online*].

[11] PREFEITURA MUNICIPAL DE FORTALEZA (PMF). Site Oficial. *Canal Educação:* Fortaleza é a capital com maior cobertura de atendimento em tempo integral no Ensino Fundamental, diz Censo Escolar 2022. Publicado em 09 de fevereiro de 2023. [*online*].

Cultura de Paz nas escolas de Ensino Fundamental e para além delas. O ER oferece oportunidades para o diálogo inter-religioso e intercultural, permitindo que os/as estudantes compreendam diferentes perspectivas e promovam a tolerância. No entanto, é crucial que o ER seja ministrado de maneira imparcial e que respeite a liberdade religiosa dos estudantes garantindo a laicidade do Estado, para que a completude estudantil possa participar ou não dessa disciplina de acordo com suas próprias convicções e escolhas.

O ER é um componente curricular facultativo aos estudantes, mas integra os horários normais das aulas das escolas públicas; seu objetivo é auxiliar na compreensão mais profunda de temas que destacam estilos de vida, como ética, cidadania, respeito, tolerância e aceitação de si mesmo e dos outros. Além disso, aborda a história de várias religiões, visa promover a convivência pacífica entre as pessoas.[12] Segue a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), para considerar a laicidade do Estado, a democracia e a diversidade de temas que devem ser abordados em sala de aula.[13]

Conforme aponta a BNCC, educar para a paz, de fato, é uma das tarefas do ER, mas não é um dever somente dele. Todas as áreas de conhecimento presentes no espaço escolar devem promover uma Cultura de Paz.[14] Construir essa Cultura de Paz não tem a ver somente com leis e decretos instituídos, mas está relacionado a atitudes de rejeição a qualquer tipo de violência. Tem a ver com ensinar as crianças e os adultos, todos os dias, a terem princípios ligados à tolerância, à solidariedade, à liberdade, à igualdade e aos direitos humanos. É uma atitude de toda a comunidade escolar e de toda a sociedade.[15]

Nei Salles Filho denuncia que o tema da Cultura de Paz nas escolas é pouco explorado pela literatura acadêmica e apresenta-se fragilizado, pois traz propostas utópicas, sem muita especificidade, com falta de profundidade teórica. As discussões na academia questionam se a temática seria um conteúdo, uma disciplina ou apenas um conjunto de práticas escolares, ao invés, de um objeto de pesquisa. O autor enfatiza que o tema deve ser reconhecido pelo ensino

Certificado pelo Programa de Pós-Graduação Profissional da Faculdade Unida de Vitória – 13/12/2023

PPGPCR Faculdade Unida de Vitória

[12] SOUZA, Vânia Célia Ventura. *Laicidade, ensino religioso e escola pública no município de Fortaleza (CE)*. Dissertação (Mestrado em Ciências das Religiões) - Curso de Ciências das Religiões da Faculdade Unida de Vitória, Vitória, 2019. p. 31.

[13] BRASILEIRO, Marislei de Sousa Espíndula. As ciências das religiões: uma alternativa para o ensino religioso. In: BRASILEIRO, Marislei de Sousa Espíndula. *Ensino religioso na escola:* o papel das ciências das religiões. Goiânia: PUC-GO, p. 118-135, 2010. p. 119.

[14] FERREIRA; BRANDENBURG, 2019, p. 514.

[15] DUPRET, Leila. Cultura de paz e ações sócio-educativas: desafios para a escola contemporânea. *Psicol. Esc. Educ.* (Impr.), Campinas, v. 6, n. 1, p. 91-96, jun. 2002. p. 91.

superior tanto no ensino, quanto na pesquisa e na extensão e que as pesquisas de base são essenciais.[16]

Diante desse contexto, apresenta-se o problema desta pesquisa: como a Regra de Ouro pode ser utilizada no Ensino Religioso auxiliando na implementação de uma Cultura de Paz no Ensino Fundamental I de uma escola da Rede de Ensino de Fortaleza-CE?

Sendo assim, o objetivo geral é elaborar um plano de ação para o ER do Ensino Fundamental I da referida escola, a fim de desenvolver a Cultura de Paz, a partir da Regra de Ouro. Seguido pelos objetivos específicos: a) explanar sobre o conceito da Cultura de Paz e mostrar ações que contribuem para seu desenvolvimento por meio da educação brasileira; b) apresentar a Regra de Ouro e as relações dela com o Ensino Religioso pautado nas Ciências das Religiões; c) compreender o Ensino Religioso no município de Fortaleza, seus avanços e desafios a serem superados.

Para isso foi realizado um estudo bibliográfico e documental. A coleta de dados se deu por meio de documentos que regem o ER de Fortaleza, de produções que falam sobre a identidade do ER no município e de materiais acadêmicos e educacionais que trazem estratégias didático-pedagógicas para desenvolvimento da Cultura de Paz. Para a construção de todo o trabalho tem-se como bases principais a Regra de Ouro, a pedagogia histórico-crítica de Dermeval Saviani, a tese de doutorado de Nathália Martins e a obra bibliográfica de Elisa Rodrigues.

Este trabalho acadêmico é o esforço - de uma professora/pesquisadora que vivencia o cotidiano da escola - de reflexão e elaboração de um plano de ação para o Ensino Religioso que seja fomentadora da Cultura de Paz. A pesquisa se justifica pela importância de se elaborar propostas concretas para implementação da Cultura de Paz nos sistemas educacionais de um país que possui altos índices de violência nas escolas e na sociedade. Os dados levantados podem auxiliar, a médio e longo prazo, na melhoria da educação da cidade de Fortaleza e de outros sistemas de ensino, bem como, diminuir os índices de violências, por meio de mudanças de atitudes dos/as estudantes. Academicamente, contribui para a qualificação e aumento no número de pesquisas sobre o ER enquanto componente curricular que se (re)constrói pelas práticas pedagógicas de professores em consonância aos conhecimentos científicos das Ciências das Religiões.

[16] SALLES FILHO, Nei A. *Cultura de paz e educação para a paz*: olhares a partir da teoria da complexidade de Edgar Morin. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Estadual de Ponta Grossa – UEPG/PR, Ponta Grossa, 2016. p. 14.

Certificado pelo Programa de Pós-Graduação Profissional da Faculdade Unida de Vitória – 13/12/2023

PPGPCR Faculdade Unida de Vitória

Para finalizar, este estudo traz, no Primeiro capítulo - A Cultura de Paz na educação brasileira - a origem e o conceito de Cultura de Paz, a apresentação de leis, projetos e programas que visam o desenvolvimento dessa Cultura no Brasil, bem como, a compreensão do ER enquanto componente curricular e sua relação com a Cultura de Paz; no Segundo capítulo - a Regra de Ouro: uma ferramenta didática para o Ensino Religioso - o que é a Regra de Ouro e sua relação com a promoção de uma Cultura de Paz mundial, o que são as Ciências das Religiões e a relação entre as Ciências das Religiões, o ER e a Regra de Ouro; e no Terceiro capítulo - A construção de uma proposta pedagógica de Ensino Religioso para uma Cultura de Paz - o percurso metodológico desta pesquisa, a identidade do ER em Fortaleza e o Projeto de ER: A paz no mundo começa em mim.

Certificado pelo Programa de Pós-Graduação Profissional da Faculdade Unida de Vitória – 13/12/2023

PPGPCR
Faculdade Unida de Vitória

1 A CULTURA DE PAZ E A EDUCAÇÃO

Este capítulo explana sobre o histórico de desenvolvimento do conceito de Cultura de Paz e sua importância como uma filosofia de promoção da paz mundial. Logo depois, apresenta medidas adotadas pelo Brasil para a implantação dessa filosofia, por meio de programas e projetos educacionais espalhados pelo país. Por fim, discute sobre o desenvolvimento do ER enquanto componente curricular da escola, pautado nas Ciências das Religiões, sobre seus objetivos educacionais e a ligação desses com a promoção da paz.

1.1 Cultura de paz: conceito e história

A OMS destaca que a violência não é só um problema político ou de segurança pública, ela é também um problema de saúde pública. Isso porque, a entidade compreende a saúde como "um estado de completo bem-estar físico, mental e social e não apenas a ausência de doença ou enfermidade"[17]. Nesses termos, a violência não contribui para o completo bem-estar e nem ajuda os seres humanos a prolongarem suas vidas. A violência gera consequências sobre a saúde das pessoas e sobre os serviços de saúde das nações.[18]

A presença de duas formas de violência, direta e estrutural, é constatada no cotidiano dos/as estudantes que frequentam a escola pública no Brasil. O ambiente escolar, historicamente conhecido por exercer violência estrutural, engloba formas de violência que podem não ser facilmente identificadas como a violência física, mas que deixam cicatrizes igualmente profundas. Esse tipo de violência é caracterizado por diversas manifestações discriminatórias e pela negação de direitos individuais, muitas vezes associadas a questões sociais, econômicas ou raciais.[19]

[17] ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE. *Constituição da Organização Mundial da Saúde* (OMS/WHO), Rio de Janeiro: NEPP-DH, [1946]. p. 1-18. [*online*].

[18] Muitas pesquisas mostraram que as consequências da violência para a saúde são muito mais amplas do que mortes e ferimentos. As vítimas de violência correm o risco de problemas psicológicos e comportamentais, incluindo depressão, abuso de álcool, ansiedade e comportamento suicida, e problemas de saúde reprodutiva, como doenças sexualmente transmissíveis, gravidez indesejada e disfunção sexual. [...] A violência interpessoal e a guerra impedem o desenvolvimento econômico ao aumentar os custos dos serviços relacionados com a saúde e segurança, reduzindo a produtividade e os valores das propriedades, interrompendo os serviços humanos e minando a governação. A ameaça de violência pode desestabilizar as economias de nações e regiões ao comprometer o estabelecimento e a viabilidade de negócios (KRUG; MERCY; DAHLBERG; ZWI, 2002, p. 1085-1086).

[19] OLIVEIRA, Simone Barros; CORREIA, Laíza Belém. Educação para a paz: construto histórico. *In:* PESSOA, Elisângela Maia; OLIVEIRA, Simone Barros de; CANTINI, Adriana Hartemink (orgs.). *Experiência interdisciplinar em educação e direitos humanos:* Cultura de Paz em perspectiva, Porto Alegre: Revolução eBooks Ltda, p. 21-34, 2015. p. 21-22.

Certificado pelo Programa de Pós-Graduação Profissional da Faculdade Unida de Vitória – 13/12/2023

Para este estudo, toma-se o conceito de violência do Relatório Mundial sobre violência e saúde da Organização Mundial da Saúde (OMS). O documento esclarece que a violência é "o uso intencional de força física ou poder, ameaçado ou real, contra si mesmo, outra pessoa, ou contra um grupo ou comunidade, que resulte ou tenha uma alta probabilidade de resultar em lesão, morte, dano psicológico, mau desenvolvimento ou privação"[20]. Esse conceito amplo abrange todos os tipos de violências, a fim de que se possa compreender melhor os contextos nos quais elas ocorrem e as interações entre elas.

Segundo o Relatório, os atos violentos podem ser de natureza física, sexual, psicológica e de privação ou negligência. De acordo com a relação vítima-perpetrador, as violências se subdividem em violência autodirigida, violência interpessoal e violência coletiva. A primeira delas acontece quando a própria pessoa comete abuso contra si ou tenta/comete suicídio; a violência interpessoal se refere à violência entre indivíduos, podendo ser familiar e por parceiro íntimo ou comunitária; por último, tem-se a violência coletiva que diz respeito àquelas cometidas por grupos maiores de sujeitos, podendo ser social, política e/ou econômica.[21]

O tipo de violência que mais acontece na escola é a interpessoal. Essa é subdividida em violência familiar ou por parceiro íntimo e violência comunitária. Essa última abrange a maioria dos conflitos escolares e pode ser cometida por estranhos ou conhecidos, e engloba a violência juvenil, a violência contra patrimônios, a agressão por estranhos e a violência nos locais de trabalho e outras instituições.[22]

A OMS vê os setores de saúde pública dos países como forte complementação das abordagens dos setores que combatem a violência - como os de segurança - que possuem uma metodologia mais reativa. A saúde pública pode operar em outro lado, por meio da mudança comportamental, social e ambiental, interferindo nos fatores que dão origem às violências. Essa interferência se faz por meio de políticas de prevenção e programas alicerçados na ciência, envolvendo as comunidades nessas ações. A saúde pública já possui contato direto com as comunidades e auxilia a minimizar as consequências dessas violências.[23]

A Organização faz um alerta: mesmo que a humanidade tenha caminhado por milênios em torno do tema violência e por mais presente que essa temática tenha sido na história, não se pode, por isso, aceitá-la como padrão da condição humana. Por esse motivo, o Relatório destaca que uma das principais ações para prevenir as violências é a intervenção precoce, a fim de

[20] KRUG, Etienne G.; MERCY, James; DAHLBERG, Linda L.; ZWI, Anthony. *Relatório Mundial sobre Violência e Saúde*. Organização Mundial da Saúde. Genebra: OMS. 2002. p. 1084. [*online*].
[21] KRUG; MERCY; DAHLBERG; ZWI, 2002, p. 1084.
[22] KRUG; MERCY; DAHLBERG; ZWI, 2002, p. 1084.
[23] KRUG; MERCY; DAHLBERG; ZWI, 2002, p. 1084.

Certificado pelo Programa de Pós-Graduação Profissional da Faculdade Unida de Vitória – 13/12/2023

evitar que as crianças se tornem perpetradores dessas atitudes. Os esforços devem ser integrados às políticas sociais e educacionais, diminuindo as desigualdades, que são os principais fatores de risco para grande parte dos tipos de violências.[24]

Milani defende que a violência não faz parte da cultura humana. É um fenômeno histórico construído socialmente e que, portanto, pode ser desconstruído. Para ele, a paz se apresenta do mesmo modo e, por isso, deve ser ensinada e aprendida, sendo fomentada culturalmente.[25]

Para melhor compreensão do termo, David Adams[26] explica que a Cultura de Paz é uma alternativa à cultura de guerra e violência, pautada numa perspectiva integral para prevenir os conflitos violentos, por meio da educação para paz, do fomento da economia sustentável e do desenvolvimento social, do respeito pelos direitos humanos, da tolerância entre as pessoas, do desarmamento, da participação democrática, da igualdade de direitos e da liberdade de informações. Ressalta-se que uma Cultura de Paz não significa uma cultura na qual não existem conflitos, mas sim, que esses sejam resolvidos de forma pacífica e justa.[27]

Já a cultura de guerra e violência representa uma construção histórico-cultural presente em diversas sociedades contemporâneas ou que perdurou ao longo de extensos períodos temporais. Essa cultura exerce uma influência significativa sobre os indivíduos, leva-os a adotar o comportamento violento como uma forma natural de salvaguardar seus interesses. Tal cultura se fundamenta em uma ideologia que racionaliza e torna aceitável a violência, que resulta na sua banalização.

Sobre isso, Maria Montessori, uma educadora italiana, argumenta que a verdadeira solução para os conflitos globais não está na defesa física dos territórios nacionais, mas sim na valorização do ser humano. Ela acredita que quando uma sociedade não respeita seus cidadãos e permite o caos social, cria-se uma vulnerabilidade que pode ser explorada por forças hostis. Portanto, a paz duradoura só pode ser alcançada através do respeito e da ordem social.[28]

A necessidade da implantação de uma Cultura de Paz no mundo se tornou ainda mais urgente com a pandemia da COVID-19.[29] Esse acontecimento causou convulsão social em

Certificado pelo Programa de Pós-Graduação Profissional da Faculdade Unida de Vitória – 13/12/2023

PPGPCR Faculdade Unida de Vitória

[24] KRUG; MERCY; DAHLBERG; ZWI, 2002, p. 1084.
[25] MILANI, 2003, p. 35.
[26] ADAMS, David. Definition of Culture of Peace. *In: GLOBAL Movement for a Culture of Peace,* 2005. [*online*].
[27] MILANI, 2003, p. 35.
[28] MONTESSORI, Maria. A educação e a paz. Campinas, SP: Papirus, 2014. p. 22.
[29] A COVID-19, infecção respiratória aguda causada pelo coronavírus SARS-CoV-2, foi uma pandemia que se iniciou em Wuhan, província de Hubei, China, em dezembro de 2019. No Brasil, já contaminou mais de 37 milhões de pessoas, sendo que, deste montante, mais de 700 mil pessoas vieram a óbito. Para mais informações, acesse: CORONAVÍRUS BRASIL. *Painel Coronavírus.* Acesso em 10 set. 2023,. [*online*]. [n.p.].

muitos países e impactou de modo permanente as relações entre as pessoas, as comunidades e as nações.[30] Mas como se legitimou a expressão Cultura de Paz que circula mundialmente e que fomenta diferentes ações para a sua promoção e a manutenção da paz em inúmeros países?

A expressão Cultura de Paz apareceu pela primeira vez em 1989 no Congresso Internacional sobre a Paz na Mente dos Homens, em Yamoussoukro, na Costa do Marfim. Mediante a esse encontro, a UNESCO elaborou o documento *Declaração sobre a paz na mente dos homens* que trouxe uma importante mudança conceitual da paz e as consequências disso nas agendas e prioridades dos governos.[31]

O termo Cultura de Paz é promovido e consolidado pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (*Nations Educational, Scientific and Cultural Organization* - UNESCO), organização fundada em 1945 pela Organização das Nações Unidas (ONU) - com o principal objetivo de manter a paz no planeta por meio do conceito de cultura secular. Ela busca coordenar e fortalecer as ações da humanidade para manter a paz e a confiança entre os diferentes povos. O primeiro parágrafo da Carta da UNESCO esclarece o seu propósito: "a ideia de guerra nasce na mente das pessoas e, portanto, a ideia de paz deve estar enraizada na mente da humanidade"[32]. A principal ferramenta dessa organização tem sido divulgar por todo o planeta as conquistas da humanidade nas áreas de cultura, educação e ciência. Os seus programas dão ênfase à dignidade e à liberdade dos seres humanos, ao direito à vida, à educação e ao gozo dos seus patrimônios culturais. Seus ativistas creem que o mundo somente alcançará o desenvolvimento e a liberdade plena por meio do progresso cultural, baseado em valores humanos e, não, em valores de mercado.[33]

O trecho a seguir, explica essa mudança conceitual:

> A necessidade de "construção de uma nova visão de paz" ressalta a limitação do termo paz no senso comum. A mera ausência de guerra não é suficiente para se alcançar a

[30] BEKERMAN, Shoshana. Passando da Pandemia para uma Cultura Global de Paz. *Cadmus Journal*, [s.l.], v. 4, n. 5, p. 127-130, 2021. p. 129.

[31] O Congresso convida os Estados, organizações intergovernamentais e não-governamentais, as comunidades científica, educacional e cultural do mundo e ainda todos os indivíduos a: ajudar na construção de uma nova visão de paz, desenvolvendo uma Cultura de Paz baseada nos valores universais de respeito à vida, liberdade, justiça, solidariedade, tolerância, direitos humanos e igualdade entre mulheres e homens (CONGRESSO INTERNACIONAL SOBRE A PAZ NA MENTE DOS HOMENS, 1989 *apud* BOSCHI, Helena. "Cultura de paz": gênese de uma fórmula entre discursos de guerra e violência. *Trabalhos em linguística aplicada*, [s.l.], v. 57, n.2, p. 848-876, 2018. p. 859).

[32] A UNESCO no Brasil apoia a implementação de políticas públicas que estejam de acordo com as estratégias definidas pelas nações-membro dessa organização. Ela executa seus projetos por meio de parcerias com instâncias municipais, estaduais e federais, com instituições públicas, com a iniciativa privada, organizações da sociedade civil, universidades e suas redes. Por meio dessas parcerias são desenvolvidos estudos e pesquisas, diagnósticos e levantamentos, treinamentos e formações, seminários e congressos, projetos inovadores, entre outras ações (UNESCO [*Site* institucional]. [s.d]. [*online*]).

[33] SAMATOV, Shomat Berdievich. On The Essence Of The Concept Of A Culture Of Peace. *The American Journal of Interdisciplinary Innovations and Research*, [s.l.], v. 3, n. 06, p. 46-51, 2021. p. 47.

Certificado pelo Programa de Pós-Graduação Profissional da Faculdade Unida de Vitória – 13/12/2023

PPGPCR Faculdade Unida de Vitória

> verdadeira paz. Segundo John Paul Lederach, sociólogo pioneiro em dinâmicas transformadoras de conflitos, para que haja paz, é imprescindível a presença de uma interação positiva e dinâmica, baseada em apoio mútuo, confiança, reciprocidade e cooperação. Johan Galtung, por sua vez, complementa essa ideia, definindo a paz como a ausência das múltiplas expressões de violência, permitindo que os conflitos sejam resolvidos de forma criativa e não violenta. Isso legitima o conflito como uma parte inerente das relações humanas e destaca a importância de uma base democrática para promover a não violência, visto que, além da violência direta, existem outras formas de violência originadas nas estruturas sociais, políticas, econômicas e culturais, como o machismo e o racismo.[34]

Percebe-se que a ideia de paz do senso comum, normalmente, é muito simples e não abrange tudo o que ela realmente significa. Pensamos em paz como a falta de guerra, mas isso não é suficiente. A paz verdadeira só acontece quando há uma interação positiva e dinâmica entre as pessoas, com apoio mútuo, confiança, reciprocidade e cooperação. Isso significa que os conflitos devem ser resolvidos de maneira criativa e pacífica. Os conflitos são parte natural das relações humanas, mas é necessária uma base democrática para promover a não violência. Além disso, existem outras formas de violência além da violência direta. Essas formas de violência podem ser encontradas nas estruturas sociais, políticas, econômicas e culturais, como o machismo e o racismo. Portanto, para alcançar a verdadeira paz, precisamos construir uma nova visão de paz que leve em conta todos esses fatores.

Nesse ínterim, vale ressaltar que a reunião da UNESCO que aconteceu em Tashkent, no Uzbequistão, em 1998, foi crucial no desenvolvimento das bases para o conceito Cultura de Paz. Segue um trecho da Declaração de Tashkent:

> A ideia de uma Cultura de Paz serve como fonte da filosofia do desenvolvimento universal no século XXI. Esta ideia deve continuar a apelar à solidariedade e à cooperação entre os povos para manter a paz e a estabilidade no mundo. [...] Cultura e espiritualidade salvarão o mundo no próximo século XXI.[35]

Assim, a Declaração traz que a Cultura de Paz é uma filosofia que serve como base para o desenvolvimento universal no século XXI. Essa filosofia defende a ideia de que devemos continuar a promover a solidariedade e a cooperação entre as pessoas para manter a paz e a estabilidade no mundo. A cultura e a espiritualidade são vistas como as chaves para salvar o mundo no próximo século. Ou seja, ao invés de depender apenas de avanços tecnológicos ou econômicos, devemos também valorizar e promover a cultura e a espiritualidade como meios de alcançar a paz e o progresso.

[34] SENAC. *Cartilha*: Cultura de Paz redes de convivência. SENAC: São Paulo, 2009. p. 19. [*online*].
[35] SAMATOV, 2021, p. 47.

Certificado pelo Programa de Pós-Graduação Profissional da Faculdade Unida de Vitória – 13/12/2023

A ONU fortaleceu o uso desse conceito após a Guerra Fria[36], no final do século XX, período que foi marcado por graves conflitos entre as nações e duas Guerras Mundiais.[37] O contexto internacional após essa guerra trouxe mudanças significativas, especialmente no que se refere aos conflitos, que passaram a ser principalmente intraestatais. Além disso, a UNESCO, desde sua criação em 1946, representa um fórum multilateral para discussões sobre cultura, comunicação, ciência e, principalmente, educação. Entretanto, com o aumento da legitimidade das chamadas "novas ameaças" não-militares na Agenda de segurança internacional, como crescimentos populacionais desordenados, poluição, degradação ambiental, pobreza, violência e seus desdobramentos, a UNESCO redirecionou suas atividades para erradicar a intolerância entre os povos, combater a violência e trabalhar na construção da paz nas mentes humanas, preparando-se para os desafios do século XXI.[38]

Durante os seus primeiros cinquenta anos de existência, a UNESCO conduziu suas ações de acordo com as competências de cada setor que compõem a organização. Embora os valores fundamentais da UNESCO, como respeito aos direitos humanos, tolerância e cooperação entre os povos, estivessem presentes em todas as áreas de atuação, a promoção da "construção da paz nas mentes dos homens" ocorria de forma dispersa. Em outras palavras, não havia um elemento unificador que guiasse as atividades da organização, que integrasse os diferentes departamentos. Em vez disso, havia um conjunto de valores que a UNESCO defendia (e ainda defende) sendo incorporados nos objetivos específicos de cada setor. Contudo, a criação da ideia de Cultura da Paz representou um marco inovador na trajetória da UNESCO. Esse conceito abrange, por si só, os valores e objetivos fundamentais da organização e tornou-se um programa de ação transdisciplinar. Dessa forma, a Cultura de Paz como elemento integrador, uniu os esforços e a atuação da UNESCO em prol de seus fins, o que por sua vez, marca uma importante evolução na forma como a organização busca promover seus ideais no mundo.[39]

Certificado pelo Programa de Pós-Graduação Profissional da Faculdade Unida de Vitória – 13/12/2023

PPGPCR Faculdade Unida de Vitória

[36] A Guerra Fria foi um longo período caracterizado por uma disputa política e ideológica entre os Estados Unidos e a União Soviética (URSS) que ocorreu entre os anos de 1947 e 1991. Essa época foi marcada pela polarização mundial entre dois grandes blocos, um baseado no sistema capitalista e outro no sistema comunista. (NATIONAL GEOGRAPHIC. *O que foi a Guerra Fria?* [s.d.]. [*online*]).

[37] KEMER, Thaíse; PEREIRA, Alexsandro Eugenio; BLANCO, Ramon. A construção da paz em um mundo em transformação:o debate e a crítica sobre o conceito de peacebuilding. *Rev. Sociol. Polit.* [s.l.], v. 24, n. 60, p. 137-150, dez. 2016. p. 141.

[38] IZZO, Roberta Cristina. *Memórias e projeções:* A cultura da paz nas Nações Unidas - 1989 a 2001. Dissertação (Mestrado em História e Cultura). Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho". Faculdade de História, Direito e Serviço Social. Franca, São Paulo. 2008. p. 62.

[39] IZZO, 2008, p. 62.

No século XXI a ideia de Paz recebeu outros contornos pela ONU: de ausência de guerra e/ou conflitos militares passou a incluir o fim da violência estrutural e da injustiça social, compreendendo-as como fundamentais para obtenção da paz nas nações.[40] Entende-se assim, que o programa da UNESCO possui uma perspectiva pautada em valores relativamente consensuais entre os países, como o pluralismo, a justiça, o desenvolvimento, a igualdade e a cooperação entre as nações. Diante disso, ela apresentou à ONU o Programa da Cultura da Paz, com oito áreas que devem ser desenvolvidas para minimizar ou acabar com a cultura de guerra. São elas: educação para uma Cultura de Paz; compreensão, tolerância e solidariedade; participação democrática; livre fluxo de informações; desarmamento; direitos humanos; desenvolvimento sustentável e igualdade entre homens e mulheres.[41] Os órgãos/instituições responsáveis pela implementação de tais ações são os governos, a educação, a sociedade civil e os meios de comunicação.[42]

Leila Dupret esclarece que o conceito de paz pode ser interpretado de forma negativa, como um estado de não-guerra, ausência de conflito, passividade e permissividade, carente de dinamismo próprio, quase como uma não existência palpável, difícil de se realizar e definir. Em contraste, em sua concepção positiva, a paz não é meramente a ausência de guerra, mas sim, a adoção da não-violência para resolver conflitos, a prática do diálogo nas relações entre pessoas e uma postura democrática diante da vida, baseada na cooperação planejada e no constante movimento em direção à justiça.[43]

Sendo assim, para Dupret, construir uma cultura da paz significa proporcionar tanto às crianças quanto aos adultos uma compreensão dos princípios fundamentais, assim como cultivar o respeito pela liberdade, justiça, democracia, direitos humanos, tolerância, igualdade e solidariedade. Isso implica em uma rejeição tanto individual quanto coletiva da violência, que, historicamente, tem sido parte integrante de muitas sociedades em diversos contextos. A cultura da paz, portanto, não pode ser apenas uma resposta a tratados internacionais, mas, deve buscar soluções que emanem de dentro das próprias sociedades, sendo fruto de um processo interno e não impostas por influências externas.[44]

Fábio Santos acredita que construir uma Cultura de Paz perpassa por mudanças de atitudes, crenças e comportamentos individuais, até se tornar natural a resolução dos conflitos

[40] KEMER; PEREIRA; BLANCO, 2016, p. 138.
[41] ADAMS, 2005, s.p.
[42] MOTA, Cristiane Bevilaqua. Cultura de paz no Brasil. *Revista Educação em Foco.* [s.l.], n. 13, p. 97-108, 2021. p. 100.
[43] DUPRET, 2002. p. 91.
[44] DUPRET, 2022, p. 91.

Certificado pelo Programa de Pós-Graduação Profissional da Faculdade Unida de Vitória – 13/12/2023

de modo não violento e não hostil. Para ele, isso envolve as famílias, os ambientes acadêmicos e as comunidades e está pautada na ideia de uma educação para paz. A educação para a paz tem sido reconhecida internacionalmente como uma alternativa eficaz e significativa para aumentar a conscientização sobre os Direitos Humanos. Quando acompanhada por uma Cultura de Paz, essa abordagem pode impulsionar o desenvolvimento e combater a violência social e estrutural. Considerada uma tarefa global e uma exigência inquestionável, a educação para a paz é um componente importante dos programas educacionais. No entanto, não se limita a estigmatizar a violência, mas, de maneira crucial, busca fortalecer os esforços de paz e os desejos de mudança presentes nas pessoas.[45]

Santos cita como exemplo, o programa da Universidade Holística de Brasília intitulado *Gente que faz a paz*. Nele, a Cultura de Paz é fundamentada nos 6 Ds. Democracia - representa a importância da participação de todos nas decisões para uma convivência pacífica; Desenvolvimento Sustentável - enfatiza que a degradação do meio ambiente resultará em disputas e perda de harmonia entre as pessoas; Direitos Humanos - destaca a necessidade de respeitar a igualdade entre todos, independentemente de raça, cor, religião ou origem; Desarmamento - como um ideal para abolir armas e eliminar as condições de guerra; Diálogo: como base para construir a paz; e, por fim, Diversidade - enfatiza que a aceitação das diferenças e do pensamento diverso é essencial para promover o diálogo em busca da paz. Além disso, tal programa é pautado em princípios fundamentais, incluindo a aprendizagem a partir da cultura local, o compartilhamento do compromisso com a paz, a prática da escuta ativa e do diálogo, o respeito e valorização das diferenças, o estímulo à criatividade para promover a paz e a prática cotidiana da paz.[46]

Após a compreensão do conceito, a seguir apresenta-se a Cultura de Paz no contexto das escolas brasileiras.

1.2 Cultura de paz no contexto educacional brasileiro

Em consonância com a ONU, desde 1996 no Brasil, foram implantadas leis que visam à legitimação da Cultura de Paz no país, tais como o Plano Nacional de Educação, que inclui políticas para combater a violência nas escolas e capacitar educadores/as na detecção de suas causas, como violência doméstica e sexual. A ideia é adotar as medidas adequadas que

[45] SANTOS, Fábio. Os desafios dos direitos humanos e da Cultura de Paz no Brasil contemporâneo. *Revista Textura*, Governador Mangabeira-BA, v. 13, n. 22, p. 150-161, jul. – dez., 2019. p. 158.
[46] SANTOS, 2019, p. 156.

Certificado pelo Programa de Pós-Graduação Profissional da Faculdade Unida de Vitória – 13/12/2023

promovam a construção de uma Cultura de Paz e um ambiente escolar seguro. Além disso, existe a Lei 13.185/2015, que objetiva promover a cidadania, a empatia e o respeito aos outros, dentro de uma Cultura de Paz e tolerância mútua. A Lei n. 13.663/2018, por sua vez, busca conscientizar, prevenir e combater todos os tipos de violência, em especial o *bullying*, nas escolas, bem como promover a Cultura de Paz.[47]

As leis citadas demonstram a intenção do estado brasileiro de capacitar professores/as na detecção das violências que acontecem com os/as estudantes dentro e fora da escola e garantir que o espaço escolar seja um ambiente mais tolerante e seguro para todos.

Cita-se, também, Projetos de Lei que trazem a temática e transitam pelas áreas da educação, da religião e do bem-estar comum:

> PL 1477/2011 – trata da disseminação da 'Cultura de Paz' no ambiente escolar, por meio de adição de um parágrafo na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (PL 1477/2011) [...].[48]
> SUG 119/2008 CLP – Sugere a realização de uma Semana por ocasião do centenário da Umbanda no Brasil. Constam da programação a realização de Sessão Solene 'Homenagem à Matriz Religiosa Brasileira; de um Seminário 'Matriz Religiosa Brasileira: Espiritualidade, Diversidade e Cultura de Paz'; e de uma exposição 'Centenário da Matriz Religiosa Brasileira: Por Dentro do seu Imaginário'[49].
> PL 4228/2004 - Dispõe sobre as diretrizes gerais da política pública para promoção da Cultura de Paz e dá outras providências. NOVA EMENTA: Dispõe sobre as diretrizes gerais da política pública para promoção da Cultura de Paz e dá outras providências - Estatuto da Paz.[50]

Evidencia-se que a ideia é de que a promoção da paz deve permear as várias instâncias da vida dos cidadãos e a diversidade religiosa deve ser respeitada como um dos princípios dessa promoção.

Não se pode deixar de mencionar a alteração do artigo 12 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei n. 9.394/96), com a inserção de dois incisos:

> IX – promover medidas de conscientização, de prevenção e de combate a todos os tipos de violência, especialmente à intimidação sistemática (bullying), no âmbito das escolas;
> X – estabelecer ações destinadas a promover a Cultura de Paz nas escolas.[51]

Certificado pelo Programa de Pós-Graduação Profissional da Faculdade Unida de Vitória – 13/12/2023

PROPCR Faculdade Unida de Vitória

[47] MOTA, 2021, p. 103.
[48] BRASIL. Câmara dos Deputados. *Projeto de Lei nº 1477 de 2011*. Acrescenta o parágrafo único ao art. 22 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. [*online*].
[49] BRASIL. Câmara dos Deputados. *Sugestão nº 119 de 2008 CLP*.
[50] BRASIL. Câmara dos Deputados. *Projeto de Lei nº 4228-B de 2004*. Dispõe sobre as diretrizes gerais da política pública para promoção da Cultura de Paz e dá outras providências. Autor: Deputado Lincoln Portela. [*online*].
[51] SALLES FILHO, Nei Alberto; SALLES, Virgínia Ostroski. Cultura de paz como componente da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional: dilemas e possibilidades. *Publicatio UEPG: Ciências Sociais Aplicadas*, Ponta Grossa, v. 26, n. 2, p. 189-193, 2018. p. 190.

A Lei máxima da educação do país também foi atualizada e aborda a realidade das escolas. Ela prevê a promoção de medidas de conscientização, prevenção e combate a todas as formas de violência, com especial ênfase na intimidação sistemática, no contexto escolar. Além disso, a Lei determina a implementação de ações voltadas para a promoção da Cultura de Paz nesse ambiente.

Também é interessante trazer à memória a Lei nº 13.140/2015, conhecida como Lei de Mediação, que tem como objetivo principal estimular a solução de conflitos de forma pacífica e extrajudicial, por meio da mediação. Ela estabelece diretrizes para a mediação como um método alternativo de resolução de disputas e que busca promover a comunicação e o diálogo entre as partes envolvidas. A Lei define a mediação como um processo em que um terceiro imparcial, o mediador, auxilia as partes a chegarem a um acordo mutuamente aceitável. A legislação prevê a possibilidade de utilização da mediação em diversas áreas, como no âmbito familiar, cível, trabalhista, empresarial, entre outras. A Lei de Mediação busca, assim, oferecer uma opção mais rápida, eficiente e menos adversarial para a solução de conflitos, que valorize as partes e a Cultura de Paz.[52]

A referida lei também possui relevância no ambiente escolar, oferecendo um meio eficaz de lidar com conflitos e promover a cultura da paz entre estudantes, pais, professores e demais envolvidos na comunidade escolar. A mediação, como método de resolução de disputas previsto na lei, pode ser aplicada em situações de conflito entre estudantes, *bullying*, divergências entre pais e escola, entre outros casos. Ao adotar a mediação como uma abordagem colaborativa, as escolas podem proporcionar um espaço seguro para que os envolvidos expressem seus pontos de vista, trabalhem na busca de soluções consensuais e promovam o respeito mútuo. Dessa forma, a aplicação da Lei de Mediação no ambiente escolar contribui para a construção de um ambiente harmonioso e favorável ao desenvolvimento acadêmico e emocional dos estudantes.[53]

Contudo, os índices de violência no Brasil são considerados alarmantes pela ONU. Para se ter ideia, dados do período de 2016-2020 apontam que 35 mil crianças e adolescentes, de 0 a 19 anos, foram mortos de forma violenta no país.[54]

Certificado pelo Programa de Pós-Graduação Profissional da Faculdade Unida de Vitória – 13/12/2023

PPGPCR Faculdade Unida de Vitória

[52] BRASIL. *Lei Nº 13.140, de 26 de junho de 2015.* Dispõe sobre a mediação entre particulares como meio de solução de controvérsias e sobre a autocomposição de conflitos no âmbito da administração pública. Brasília: Diário Oficial da União, 2015.

[53] BRASIL, 2015.

[54] UNICEF et al. Nos últimos 5 anos, 35 mil crianças e adolescentes foram mortos de forma violenta no Brasil, alertam a UNICEF e Fórum Brasileiro de Segurança Pública. *UNICEF*, Brasília, DF, v. 22, 2021. [*online*].

No contexto mais específico da educação e de Fortaleza - que é o lócus desta pesquisa - uma investigação realizada pela ONG Visão Mundial e a Unifametro, em parceria com a Secretaria da Educação do Estado do Ceará, revelou que 39,8% dos/as professores/as da rede estadual de ensino em Fortaleza já identificaram algum caso de violação dos direitos da criança e do adolescente entre os anos de 2020 e 2022.[55] O estudo, intitulado "Prevenção à violência nas escolas: o que pensam os professores sobre o tema", contou com a participação de 506 professores de 168 escolas. O levantamento, ainda, mostrou que 78,7% dos docentes consideram que a pandemia de Covid-19 agravou o cenário de violação desses direitos. A negligência é apontada como uma porta de entrada para outros tipos de violações contra crianças e adolescentes.[56]

Para além disso, cabe citar os casos de violência que acontecem no interior e nos arredores das escolas. Uma pesquisa do IBGE mostrou que 11,8% dos estudantes do Ceará, de 13 a 17 anos de idade, já deixaram de ir à escola por se sentirem inseguros no trajeto casa-escola. Em Fortaleza esse índice cresce para 14%. A investigação também apontou que esse número representa quase o dobro: estudantes da rede pública (12,5%) se comparado à rede particular (7,6%). Além disso, 6,3% dos estudantes relataram que tiveram aulas suspensas por motivos de violência naquele ano.[57]

Os últimos números parecem baixos, contudo, alguns estudiosos da temática demonstram preocupação da escola estar se tornando um espaço desprotegido de conflitos.[58] Os resultados para os estudantes podem ser a desmotivação, a apatia, a indisciplina, o desinteresse[59] e, consequentemente, a queda do desempenho escolar ou até o abandono.

Certificado pelo Programa de Pós-Graduação Profissional da Faculdade Unida de Vitória – 13/12/2023

PPGPCR Faculdade Unida de Vitória

[55] Aos (professores) que identificaram alguns casos de violação, constatou-se que a maioria traz a negligência (61,7%) como tipo mais frequente de caso, seguido de violência psicológica (51,1%), violência de gênero (34%), violências autoprovocadas (25,5%), racismo (23,4%), violência física (21,3%), violência sexual (21,3) e outros (8,5%). Estes, utilizaram o espaço para respostas escritas e deixaram as seguintes respostas: gravidez e perseguição por facções criminosas (VISÃO MUNDIAL. Prevenção à violência nas escolas: o que pensam os professores sobre o tema. *UNIFAMETRO*. Fortaleza: Visão Mundial, 2022. p. 18).

[56] A pesquisa utilizou uma abordagem metodológica que incluiu métodos quantitativos, qualitativos e observação participante. Seu objetivo é auxiliar na implementação de programas de prevenção às violências nas escolas públicas de ensino médio na capital do Ceará, e também refletir sobre desafios e possibilidades para programas semelhantes em outras localidades do estado (G1 CEARÁ. *Um a cada três professores identificou violação de direitos da criança e do adolescente em escolas de Fortaleza, diz pesquisa*. Ceará, Brasil. 19 out. 2022. [*online*]).

[57] IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Pesquisa nacional de saúde do escolar*: análise de indicadores comparáveis dos escolares do 9º ano do ensino fundamental municípios das capitais: 2009/2019. Rio de Janeiro: IBGE, 2021, p. 193.

[58] DEBARBIEUX, Éric; BLAYA, Catherine (org.). *Violência nas escolas:* dez abordagens europeias. Brasília.: Unesco Brasil, nov. 2002. p. 32. [*online*].

[59] AMARAL, Diana Elizabette Lima do; RAMOS, Jeannette Filomeno Pouchain. Mediação de conflitos no ambiente escolar para promover a Cultura de Paz. *Conhecer: debate entre o público e o privado*. [s.l], v. 08, n. 21. 2018. p. 25.

Nesse contexto, ressalta-se que a promoção de uma Cultura de Paz nas escolas não pode acontecer somente com iniciativas de fora para dentro e por meio de projetos estanques. Daí apresenta-se a importância desse tema perpassar por todo o currículo escolar e de envolver toda a comunidade escolar.[60] A "introdução de valores sociais e conceitos da Cultura de Paz, que priorizem o respeito e a dignidade humana"[61] necessita acontecer durante todo o ano letivo, a fim de prevenir as violências que se apresentam no cotidiano das instituições educativas.

Além disso, a abordagem pautada na Cultura de Paz em relação à escola, enfatiza várias necessidades e estratégias como: estabelecer uma relação afetuosa, respeitosa e dialogante entre educadores/as e educandos/as; incorporar valores éticos e humanos ao ensino; promover processos decisórios democráticos, com a participação efetiva dos/as estudantes e seus pais na comunidade escolar; implementar programas de capacitação contínua para os/as professores/as; aproveitar as oportunidades educativas para ensinar o respeito às diferenças e a resolução pacífica de conflitos; abandonar modelo atual de competição e individualismo, substituindo-o por uma abordagem baseada na cooperação e no trabalho conjunto.[62]

De acordo com José Lucena experiências bem-sucedidas de Cultura de Paz na escola incluem capacitar os estudantes para que atuem como mediadores de conflitos entre seus colegas, estabelecer uma sala de mediação de conflitos para que os/as estudantes possam desempenhar o papel de mediadores para seus colegas, conduzir assembleias escolares em sala de aula onde os conflitos são apresentados e a turma pode colaborar na busca de soluções, e fornecer formação em Cultura de Paz, comunicação não violenta e mediação de conflitos para professores, auxiliares, estudantes e famílias, que cria assim um ecossistema de Cultura de Paz na comunidade.[63]

Um exemplo disso é o projeto Juntos pela paz: é tempo de semear, que aconteceu na escola básica Judith Duarte de Oliveira, no município de Itajaí-SC. A professora Patrícia Regina Wanderlinde Alves iniciou o projeto em 2017 com as turmas de 4º e 5º ano dessa escola, a partir de uma demanda levantada pelos/as estudantes. Durante uma roda de leitura em sala de aula, a turma se deparou com uma notícia sobre uma briga de trânsito que levou ao assassinato de um idoso, o que gerou grande indignação nos estudantes. Mediante ao interesse percebido pela professora, o projeto se iniciou com o objetivo de desenvolver nos/as estudantes valores relativos à paz e a não violência, para despertar o desejo de serem semeadores da paz

[60] MONTEIRO; BERTON; LUZ, 2021, p. 302.
[61] MONTEIRO; BERTON; LUZ, 2021, p. 303.
[62] MILANI, 2003, p. 39.
[63] CINTRA, Caroline. *Entenda o que é Cultura de Paz nas escolas*. G1 DF, Brasília, DF. 16 abr. 2023. [*online*].

Certificado pelo Programa de Pós-Graduação Profissional da Faculdade Unida de Vitória – 13/12/2023

por meio de diversos gêneros textuais e discursivos. A professora conta que ao selecionar as atividades, buscou resgatar o conhecimento dos/as estudantes e contextualizar os conteúdos com suas vivências e realidade, analisou criticamente cada uma delas, tanto no que se refere à aprendizagem quanto à construção de valores como respeito, amor e amizade. Os/As estudantes tornaram-se mais envolvidos com a escola, identificaram problemas no ambiente escolar e propondo ações para promover atitudes pacíficas, solidárias e combater o *bullying.* Além disso, houve uma forte colaboração de famílias, empresários, comunidade e meios de comunicação. Através do diálogo e da investigação, os/as estudantes se engajaram em um processo de aprendizado compartilhado, assumiram responsabilidade por seu próprio crescimento, o que foi evidenciado na criação de livros, audiolivros e aplicativos sobre cinco pacificadores que tiveram impacto na história e, principalmente, na produção de um informativo escolar com tiragem mensal de 3 mil exemplares.[64]

Outro exemplo é o projeto Tribunal: caso *bullying*, que foi desenvolvido na Escola Estadual de Ensino Fundamental Dr. Otavio Novais, João Pessoa (PB). Foi realizado pela professora de língua portuguesa, em consonância com a disciplina de Artes, com estudantes do 6º ano do Ensino Fundamental. A professora percebeu que a dificuldade em abordar o tema *bullying* na sala de aula, devido à falta de argumentação dos/as discentes e à hostilidade entre eles, foi o ponto de partida para o surgimento do projeto. Para intervir nessa situação, utilizou técnicas teatrais para criar um ambiente aberto de discussão e debate, buscou articular três eixos de aprendizagem presentes nos Parâmetros Curriculares Nacionais: produção, contextualização e apreciação. Além disso, como parte do diagnóstico inicial, a professora solicitou que os/as estudantes escrevessem curiosidades sobre suas famílias e revelassem a profissão de seus pais, observou certo constrangimento em alguns/as estudantes, o que a levou a questionar se isso poderia ser causado por um sentimento de inferioridade, tornando-os retraídos quando expostos a uma aprendizagem emancipadora. Com base nessa percepção, a docente assumiu o desafio de criar um espaço de emancipação, promoveu a abertura ao diálogo entre os/as alunos/as e ela mesma. Esse espaço visava discutir questões relacionadas ao senso de ética, solidariedade e justiça por meio do teatro, com o objetivo de fortalecer a autoestima dos/as estudantes e incentivá-los/as a repensar o tema do *bullying*.[65]

Por falar em *bullying*, a discussão sobre a violência nas escolas tem se intensificado ao longo da última década no país, devido aos altos índices de agressão, *bullying* e até suicídios

[64] MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. *Material de apoio à implementação da BNCC*. Brasília, [s.d.]. [*online*].
[65] MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. *Tribunal:* caso bullying. Brasília, [s.d.]. [*online*].

Certificado pelo Programa de Pós-Graduação Profissional da Faculdade Unida de Vitória – 13/12/2023

por conta da violência psicológica e física.[66] Esses dados revelam não apenas a violência social refletida nas escolas, mas também uma forma específica de violência própria ao ambiente escolar.

Vê-se que, para além das leis, são necessários uma melhor compreensão de conceitos e o desenvolvimento de experiências concretas para estruturação de ações escolares efetivas nesse campo. A partir dessa constatação, defende-se que a educação para a paz, como parte do campo pedagógico da Cultura de Paz, está intrinsecamente relacionada às dinâmicas entre a violência (em suas várias formas), os conflitos (com suas diversas manifestações) e a paz (com suas várias concepções). Argumenta-se que as abordagens sobre a paz nas escolas, se não forem acompanhadas por uma compreensão mínima desses três campos, podem ter seu potencial de sustentabilidade reduzido em programas e projetos, correndo o risco de se concentrarem apenas em um desses aspectos. Citam-se como exemplo disso: um projeto sobre valores humanos que enfatiza os valores universais sem considerar a desigualdade social que influencia a percepção de valores; um projeto de mediação de conflitos que seja conduzido de maneira autoritária; um projeto de meio ambiente que trate apenas das árvores e que ignora o esgotamento dos recursos do planeta; ou até mesmo a clássica imagem das pombinhas brancas da paz pelos corredores da escola.[67]

Tais exemplos são tentativas legítimas de melhorar o ambiente da escola, todavia evidenciam a necessidade de incorporar abordagens mais holísticas e inclusivas para garantir a efetividade e relevância dessas iniciativas educacionais. Quando as abordagens sobre a paz se aproximam muito do senso comum, seu potencial educativo é reduzido, o que resulta em ações isoladas e com impacto limitado, pois não estão integradas ao projeto de ação da escola. Além disso, muitos professores de diferentes disciplinas não se sentem motivados por um projeto de paz, pois não se sentem preparados ou capacitados para essa tarefa. Muitas vezes, a responsabilidade de promover a paz na escola recai sobre um professor rotulado como ingênuo, altruísta, ou alguém conduzido por motivações religiosas - como o professor de ER. Essas situações podem comprometer a efetividade e o alcance de iniciativas voltadas para a paz no ambiente escolar.[68]

No campo da pesquisa pela paz, uma das principais representantes no Brasil é Lia Diskin. Ela participou da fundação da Associação Palas Athena, instituição responsável por

[66] BORGES DE AMORIM, Sérgio. Bullying no ambiente escolar e o suicídio de crianças e adolescentes: uma revisão sistemática e literatura. *Revista Foco*, Curitiba, v. 16, n. 6, p. 1-18, 2023. p. 15.
[67] SALLES FILHO; SALLES, 2018, p. 190.
[68] SALLES FILHO; SALLES, 2018, p. 190-191.

Certificado pelo Programa de Pós-Graduação Profissional da Faculdade Unida de Vitória – 13/12/2023

promover a Cultura de paz, e trabalhou no Comitê Paulista para a Década de Paz da UNESCO. Além disso, ela elaborou a referida Cartilha de Paz: redes de convivência, material que teve boa circulação no país e é utilizado como referência para ações de promoção da Cultura de Paz, fazendo parte da cultura e política brasileiras.[69]

Essa cartilha foi desenvolvida com o cuidado de conectar a teoria à prática, embasada nos quatro pilares da Educação do Futuro: conhecer, aprender a fazer, aprender a viver junto e aprender a ser, conforme apontado no Relatório para a UNESCO da Comissão Internacional sobre Educação para o século XXI. Além disso, o texto faz referência aos seis pontos do Manifesto 2000 da UNESCO - Por uma Cultura de Paz e Não-Violência: respeitar a vida, ser generoso, ouvir para compreender, redescobrir a solidariedade, rejeitar a violência e preservar o planeta. O material traz inúmeros exemplos de atividades-modelo que trabalham atitudes e valores para a promoção da paz, por meio do protagonismo juvenil e o desenvolvimento de lideranças espontaneamente.[70]

Para além da Cartilha de Paz existem hoje programas educacionais, políticas públicas, cursos de capacitação para docentes, agentes comunitários e agentes públicos, dentre outras iniciativas. As melhores iniciativas brasileiras, segundo a UNESCO, são o Programa Criança Esperança; o Programa Abrindo Espaços: Educação e Cultura para a Paz; o Ensinar Respeito por Todos e a Educação em Direitos Humanos.[71]

A metodologia do Programa Abrindo Espaços se tornou uma política pública do governo federal com o título Programa Escola Aberta, desde 2004, e hoje está presente em todos os estados brasileiros. Ele consiste em abrir as escolas públicas nos fins de semana, oferecendo atividades relacionadas a esporte, lazer, cultura, inclusão digital e preparação inicial para o mundo do trabalho. Ao promover essa iniciativa, a escola deixa de ser um espaço isolado e passa a desempenhar um papel central na articulação da comunidade. Essa abordagem materializa um dos fundamentos da Cultura de Paz, ao estimular a convivência entre grupos diversos e favorecer a resolução de conflitos por meio da negociação.[72]

O programa tem como objetivo transformar as escolas em espaços acolhedores e de pertencimento, promovendo trocas e encontros entre os estudantes. A proposta é que as escolas incorporem, em sua programação de fim de semana, as demandas e expressões artísticas e culturais do segmento jovem, fortalecendo a participação dos estudantes nessas atividades. A

[69] MOTA, 2021, p. 98.
[70] DISKIN, Lia; ROIZMAN, Laura G. *Paz, como se faz?*: semeando a Cultura de Paz nas escolas. 4. ed. São Paulo: Palas Athena; Brasília: UNESCO, 2021. p. 9.
[71] UNESCO BRASÍLIA. *Cultura de paz no Brasil*. [s.d.]. [*online*].
[72] DISKIN; ROIZMAN, 2021, p. 13-14.

Certificado pelo Programa de Pós-Graduação Profissional da Faculdade Unida de Vitória – 13/12/2023

abertura das escolas nos fins de semana também incentiva uma reflexão sobre a "escola da semana", sugerindo novas práticas que possam melhorar as relações entre estudantes e professores/as. Por meio desse acolhimento, estudantes desenvolvem uma conexão especial com a escola, tornando-se menos vulneráveis à evasão escolar. Com isso, o programa contribui para reduzir as preocupantes taxas de estudantes que ingressam no Ensino Fundamental em comparação com o reduzido percentual que conclui o Ensino Médio.[73]

O Abrindo Espaços utiliza-se da já citada cartilha de Diskin - Paz como se faz? Semeando a Cultura de Paz nas escolas. Além disso, a organização oferece suporte técnico aos parceiros para a execução de programas e projetos que visam a construção de um Brasil mais justo e menos desigual, especialmente para as populações vulneráveis, como é o caso dos milhares de jovens que residem nas periferias de baixa renda do país, onde o Programa Abrindo Espaços atua.[74]

Quanto à implementação da Cultura de Paz no Ensino Superior tem-se o Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos – PNEDH que possui parceria com a Educação para Paz.[75]As conquistas no campo da Educação Superior têm sido impulsionadas por fóruns de gestores e educadores, o que resulta, por exemplo, na inclusão dos Direitos Humanos no Plano Nacional de Extensão Universitária e na criação do Programa Nacional de Extensão. Esses temas dos direitos humanos e da Educação em Direitos Humanos foram abordados em editais como o PROEXT - MEC, embora recentemente essas iniciativas tenham sido interrompidas. Essas iniciativas de extensão universitária se desdobraram em disciplinas e cursos de extensão, bem como em programas de especialização e aperfeiçoamento, e, mais recentemente, em cursos de mestrado interdisciplinares, incluindo os mestrados interdisciplinares em Direitos Humanos oferecidos por várias instituições, como USP, UFG, UFPE, UFPB, UNB, UNIBAN, entre outras. Tais avanços têm promovido os Direitos Humanos como parte da área multidisciplinar da CAPES e conta com mestrados interdisciplinares nessa temática.[76]

Contudo, a ideia de Cultura de Paz brasileira ainda possui poucas experiências concretas publicadas, com escasso material sistematizado, o que não impede que as iniciativas aconteçam e desenvolvam bases autossustentáveis ainda que a longo prazo. Essas iniciativas podem ser individuais e simples, pois o compromisso com a paz está para além de teorias

[73] DISKIN; ROIZMAN, 2021, p. 14.
[74] DISKIN; ROIZMAN, 2021, p. 15.
[75] MOTA, 2021, p. 103.
[76] ZENAIDE, Maria de Nazaré Tavares. Educação em direitos humanos e democracia: história, trajetórias e desafios nos quinze anos do PNEDH. *Educ. Form.*, [s. l.], v. 3, n. 7, p. 137–161, 2018. p. 156.

Certificado pelo Programa de Pós-Graduação Profissional da Faculdade Unida de Vitória – 13/12/2023

acadêmicas.[77] Tomam-se como exemplo, as inúmeras iniciativas de professores de Educação Infantil e Ensino Fundamental com algumas turmas de suas escolas, presentes na publicação "a educação para paz como caminho para a infância: projetos de sucesso - 2014" da Universidade Estadual de Ponta Grossa com o Instituto Mundo Melhor.

Não se pode finalizar esse texto sem mencionar a BNCC. Esse é um documento normativo que direciona as aprendizagens fundamentais de cada etapa da Educação Básica brasileira. Atualmente é o principal orientador curricular das escolas públicas e particulares do país. Esse importante documento traz, na parte de "competências específicas de Ensino Religioso para o Ensino Fundamental," o objetivo de "debater, problematizar e posicionar-se frente aos discursos e práticas de intolerância, discriminação e violência de cunho religioso, de modo a assegurar os direitos humanos no constante exercício da cidadania e da Cultura de Paz"[78]. Vale ressaltar que a BNCC, também, fomenta, em suas dez competências gerais, que todos os outros componentes curriculares promovam a paz em suas ações, por meio do respeito mútuo, da empatia, do diálogo, do acolhimento, da valorização da diversidade humana e da eliminação dos preconceitos.[79]

Observou-se assim, que no Brasil, existem inúmeras normativas legais para implementação de uma Cultura de Paz e algumas iniciativas pedagógicas que possuem o mesmo objetivo. Embora, legalmente, a Cultura de Paz esteja descrita nos documentos do país, sua efetividade somente se concretizará quando a maioria dos cidadãos tomarem consciência da própria responsabilidade com a paz no nosso planeta.

Seguindo essa perspectiva, busca-se a seguir, explanar sobre como o ER se apresenta na sociedade brasileira hoje e apontar pistas para relação desse componente curricular e a Cultura de Paz nas escolas.

1.3 O Ensino Religioso e a Cultura de Paz

Atualmente, o ER no Brasil é pautado na perspectiva das Ciências das Religiões.[80] Essa alternativa veio para tentar minimizar discordâncias e impasses dentro do campo do ER

[77] SALLES FILHO, 2016, p. 14.
[78] BRASIL, 2018, p. 437.
[79] FERREIRA; BRANDENBURG, 2019, p. 514.
[80] Cabe esclarecer os diferentes termos utilizados para designar esse campo de conhecimento: Ciência da Religião, Ciências da Religião e Ciências das Religiões. Esses nomes diferentes mostram que não há um acordo sobre como a área deve ser chamada. As diferentes opiniões sobre isso podem ser entendidas de diferentes maneiras.[#] *Ciência da Religião* significa que há uma única ciência que estuda a religião como um todo. Este é o nome usado principalmente em países que falam alemão e nos países baixos. Usa-se *Ciências da Religião* compreendendo que

Certificado pelo Programa de Pós-Graduação Profissional da Faculdade Unida de Vitória – 13/12/2023

brasileiro. O entendimento é de que a escola deve se pautar em conhecimentos científicos e não em proselitismo religioso, tendo como base a regra de fé e prática de alguma comunidade religiosa específica.[81] A LDB (1996) e a BNCC (2017) respaldam esse modelo numa perspectiva não-confessional, pluralista e que valoriza a diversidade religiosa e cultural brasileiras.[82]

O ER assim, é um campo de aplicação do conhecimento produzido pela área das Ciências das Religiões e um componente curricular da escola. Portanto, seu saber específico é o conhecimento religioso que, nas Ciências das Religiões, é compreendido como fenômeno religioso. Para investigar este fenômeno, o ER utiliza várias abordagens teóricas desenvolvidas por diversos acadêmicos. Além disso, existem diferentes métodos que podem ser usados para estudar o fenômeno religioso, cada um oferecendo uma maneira única de interpretá-lo.[83]

Sendo assim, o ER é uma subárea das Ciências das Religiões. De acordo com o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - CNPq, os estudos da religião estão dentro do Campo das Humanidades ou Ciências Humanas, juntamente com outras áreas como a Teologia, História, Sociologia, Antropologia, Filosofia, Arqueologia, Educação, Psicologia, Geografia e Ciência Política. Antes de 2017, as Ciências das Religiões e a Teologia eram subáreas da Filosofia, mas no ano supracitado, elas foram emancipadas e se tornaram a área 44 - Ciências das Religiões e Teologia, pois foram reconhecidas como tendo objeto específico (fenômeno religioso), quadro teórico e ferramentas metodológicas multi/transdisciplinares.[84]

Até chegar nesta atual configuração, o ER possuía uma lacuna com relação ao seu objeto de conhecimento e sua abordagem metodológica, bem como, problemas com a formação dos/as profissionais que deveriam ministrar esse componente nas escolas. Essa realidade está ligada ao contexto de desenvolvimento do ER no Brasil e, nesse ínterim, à ideia de que somente

Certificado pelo Programa de Pós-Graduação Profissional da Faculdade Unida de Vitória – 13/12/2023

a religião é estudada por várias disciplinas diferentes, como Filosofia, Ciências Sociais, Psicologia e História. Isso mostra que a área tem uma abordagem multidisciplinar. Por fim, tem-se *Ciências das Religiões*, que entende ser uma área que estuda várias religiões diferentes, em vez de apenas uma religião. Isso sugere que não há um único fenômeno chamado *religião*, mas muitas religiões diferentes que devem ser estudadas individualmente. O presente trabalho segue essa última perspectiva. (RODRIGUES, Elisa. *Ensino Religioso*: uma proposta reflexiva. Belo Horizonte, Senso, 2021. p. 108-109.)

[81] BRASILEIRO, Marislei de Sousa Espíndula. *Ensino Religioso na escola*: o papel das Ciências das Religiões. Tese (Doutorado em Ciências da Religião) - Curso de Ciências da Religião da PUC-Goiás, 2010. p. 21.

[82]ANTER, Alysson Brabo; SILVA, Marinilson Barbosa. O Ensino Religioso nos anos iniciais do Ensino Fundamental: caminhos para práticas não-confessionais. *In:* VIII CONGRESSO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM TEOLOGIA E CIÊNCIAS DA RELIGIÃO (ANPTECRE). *Anais…* Porto Alegre, RS: Editora Fundação Fênix, 2022. p. 27.

[83] RODRIGUES, Elisa. Ensino Religioso: um campo de aplicação da Ciência da Religião. *Horizonte*, Belo Horizonte, v. 18, n. 55, p. 77-105, jan./abr. 2020. p. 79.

[84] RODRIGUES, 2020, p. 80.

um/a religioso/a teria competência para ministrá-lo na educação formal. Sabe-se que o ER foi ligado, por muito tempo, à Igreja Católica Romana e serviu aos seus planos civilizatórios. Isso, ainda hoje, gera desconfianças com relação ao ER nas escolas públicas. O fato é que a sociedade brasileira instituiu a laicidade e se secularizou, paulatinamente, mas o ER continuou a ser regulado pelas religiões, já que o Estado não assumiu isso.[85]

Cabe dizer que o ER era planejado e organizado pelos inúmeros professores/as espalhados pelo território nacional de modo empírico, já que não existia regulamentação oficial para ele. Por um tempo, os/as docentes se pautaram nas Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN's) para o ER elaboradas pelo Fórum Nacional Permanente do Ensino Religioso, o FONAPER.[86] Até 2018, a formação específica para ministrar o ER nas escolas não havia sido regulamentada, fazendo com que, inúmeros professores do Ensino Fundamental ainda não compreendessem bem essa relação entre ER e Ciências das Religiões. Muitos, trabalharam por anos, se pautaram nos conhecimentos da Teologia, da História e das Ciências Sociais. Vê-se assim, que o embasamento teórico e prático para o ER veio depois da prática do ER nas escolas.[87]

Então, o ER foi secularizado mais lentamente que o Estado brasileiro e, nesse contexto, surgiu a necessidade de um embasamento teórico e epistemológico para o ER. Embora alguns tenham dúvidas com relação ao vínculo do ER com as Ciências das Religiões, vários estudiosos passaram a produzir trabalhos trazendo a aproximação entre esses dois campos.[88] A última versão da BNCC apresentou, nitidamente, os contornos desenhados para esse componente curricular:

> O Ensino Religioso busca construir, por meio do estudo dos conhecimentos religiosos e das filosofias de vida, atitudes de reconhecimento e respeito às alteridades. Trata-se de um espaço de aprendizagens, experiências pedagógicas, intercâmbios e diálogos permanentes, que visam o acolhimento das identidades culturais, religiosas ou não, na perspectiva da interculturalidade, direitos humanos e cultura da paz. Tais finalidades se articulam aos elementos da formação integral dos estudantes, na

Certificado pelo Programa de Pós-Graduação Profissional da Faculdade Unida de Vitória – 13/12/2023

PPGCR Faculdade Unida de Vitória

[85] RODRIGUES, 2021, p. 95.

[86] O Fórum Nacional Permanente do Ensino Religioso – FONAPER é uma associação civil de direito privado, de âmbito nacional, sem vínculo político-partidário, confessional e sindical, sem fins econômicos, que congrega, conforme seu estatuto, pessoas jurídicas e pessoas naturais identificadas com o Ensino Religioso, sem discriminação de qualquer natureza. Fundado em 26 de setembro de 1995, em Florianópolis/SC, vem atuando na perspectiva de acompanhar, organizar e subsidiar o esforço de professores, pesquisadores, sistemas de ensino e associações na efetivação do Ensino Religioso como componente curricular. O FONAPER é um espaço de discussão e ponto aglutinador de ideias, propostas e ideais na construção de propostas concretas para a operacionalização do Ensino Religioso na escola (FONAPER [*Site* institucional]. [s.d]. [*online*]).

[87] RODRIGUES, 2020, p. 82.

[88] RODRIGUES, 2020, p. 82-83.

> medida em que fomentam a aprendizagem da convivência democrática e cidadã, princípio básico à vida em sociedade.[89]

Compreende-se assim, que o ER tem como objetivo ensinar sobre diferentes religiões e filosofias de vida, promovendo o respeito e a compreensão das diferenças entre as pessoas. É um espaço onde os/as alunos/as podem aprender, trocar ideias e ter experiências pedagógicas. O objetivo é acolher todas as identidades culturais e religiosas, promovendo a interculturalidade, os direitos humanos e a cultura da paz. Esses objetivos estão ligados à formação completa dos/as estudantes, pois incentivam a convivência democrática e cidadã, que é fundamental para a vida em sociedade.

A religião, vista como o núcleo que dá sentido à vida e se manifesta em várias formas culturais (como rituais, mitos, doutrinas, moral, etc.), pode ser estudada e ensinada no campo das Humanidades. O ER e a Ciências das Religiões têm uma relação próxima com outras disciplinas que também estudam a religião, mesmo que indiretamente. Eles se beneficiam e complementam as diferentes perspectivas dessas áreas. Nessa esteira, tem se tornado senso comum entre aqueles que refletem, produzem e atuam no ER, de que as Ciências das Religiões é "a casa acadêmica do ER , assim como o é a História para o Ensino de História, por exemplo." As Ciências das Religiões devem criar e testar conceitos e ideias antes de serem traduzidos pedagogicamente para o ER.[90]

Os cientistas e professores que trabalham com o ER precisam ter uma compreensão abrangente e sólida da religião como um fenômeno humano. Aqueles que são formados em Ciências das Religiões ou professores de ER que se baseiam nessas ciências devem estar preparados para trazer para a sala de aula essa visão ampla sobre o universo das religiões no Brasil e no mundo. Isso inclui suas principais tradições, ideias, textos, mitos, ritos, símbolos - os aspectos que compõem a estrutura profunda da consciência e da sociedade humana. Além disso, eles devem estar cientes das repercussões das religiões em termos de sociedade e cultura, política, arte, economia, etc. Esses indivíduos devem estar prontos para ajudar a comunidade escolar a superar a compreensão comum sobre a religião, abrindo novos horizontes de entendimento sobre o mundo das religiões, a sabedoria religiosa acumulada pela humanidade e, assim, novas formas de entendimento da vida.[91]

Sendo assim, o ER assume uma abordagem que busca compreender a religião como um fenômeno humano cognoscível, indo além das religiões institucionalizadas. Nesse sentido, é

[89] BRASIL. Ministério da Educação. *Base Nacional Comum Curricular*. Brasília: MEC, 2018. p. 437.
[90] HUFF JÚNIOR, Arnaldo Érico. Religião e ensino religioso na escola. *Numen*: revista de estudos e pesquisa da religião, Juiz de Fora, v. 23, n.2, p. 9-20, jul./dez. 2020. p. 17.
[91] HUFF JÚNIOR, 2020, p. 18.

Certificado pelo Programa de Pós-Graduação Profissional da Faculdade Unida de Vitória – 13/12/2023

necessário tratá-lo com base em princípios éticos e científicos, sem favorecer qualquer crença ou afiliação religiosa.

Cabe ressaltar que é comum, ainda hoje, em escolas públicas brasileiras, aulas de ER iniciadas com uma oração cristã, o que impõe a todos/as os/as estudantes, a prática de uma religião que talvez não seja a dele ou de sua família; dizeres espalhados pelas escolas com versículos e mensagens da bíblia cristã; mediação de conflitos a partir da prática de uma oração, dentre outras atitudes que deixam evidente o proselitismo religioso e certa doutrinação dos/as estudantes.[92]

Em contraponto, também existem aqueles/as professores/as que criam programas adequados e mais interessantes para os/as estudantes. Para exemplificar, Dora Incontri e Alessandro Cesar Bigheto contam uma experiência de aulas de religiões comparadas para uma turma de 5a série numa escola de São Paulo, ainda em 1990. Durante essas aulas, os/as alunos/as expressaram suas dúvidas e curiosidades sobre temas religiosos variados, como "O que é Umbanda?", "O demônio existe?", "Como são as religiões indígenas?", "O que é obsessão (dentro do espiritismo)?", "O que é protestantismo?", "O que é ressurreição?", "Existe vida após a morte?" e outros questionamentos. As discussões, pesquisas e atividades realizadas em sala de aula buscaram responder a todas as questões levantadas, que desperta interesse e envolvimento dos/as estudantes.[93]

A compreensão de uma ER não proselitista e pautado na ciência, impõe aos professores que lecionam a disciplina o desafio de promover a aprendizagem e a convivência democrática, respeitar a secularidade das escolas públicas e adotar perspectivas interculturais, dos direitos humanos e da Cultura de Paz.[94] Essa visão se pauta no diálogo entre as diferentes culturas e religiões de modo com que todos se sintam iguais em direito, mesmo compreendendo seus diferentes sentidos.[95] Nesses termos, nenhuma crença deve ser privilegiada ou mais destacada nas aulas e todos os/as estudantes, com suas diversas formas de se relacionar (ou não) com a religião tem direito de expressar suas práticas, crenças e opiniões. Num sentido mais amplo, a

Certificado pelo Programa de Pós-Graduação Profissional da Faculdade Unida de Vitória – 13/12/2023

PPGER Faculdade Unida de Vitória

[92] MORENO, Ana Carolina. *Proselitismo religioso existe mesmo em escolas que proíbem o ensino religioso confessional, diz especialista*. Portal G1 Educação, 2017, [n.p.]. [*online*]
[93] INCONTRI, Dora; BIGHETO, Alessandro Cesar. O ensino religioso sem proselitismo. É possível? Arquivo dos artigos do site da ABPE. *Videtur*, Salamanca/São Paulo, Arvo/USP, v. 13, 2002. [*online*]
[94] ANTER; SILVA, 2022, p. 28.
[95] PINHEIRO, Beatriz de Oliveira. A interculturalidade como categoria de análise para se pensar o ensino religioso. *Revista Poiesis*. [s.l.], v. 21, n. 2, p. 1-11, 2020. [n.p.].

interculturalidade prevê uma relação de reciprocidade intercultural e promove o diálogo entre membros de diferentes culturas e religiões presentes em um país.[96]

Essa perspectiva está ligada a três competências do ER no Ensino Fundamental estabelecidas na BNCC e correspondem aos desafios dos estudos interculturais. São elas: "Compreender, valorizar e respeitar as manifestações religiosas e filosofias de vida, suas experiências e saberes, em diferentes tempos, espaços e territórios.[97]" Essa competência enfatiza a importância de reconhecer a diversidade de manifestações religiosas e filosofias de vida presentes em nossa sociedade e em diferentes contextos culturais. Os estudos interculturais buscam promover a compreensão e valorização dessas diferentes expressões, reconhecendo que elas fazem parte da riqueza cultural do país e do mundo. Isso implica não apenas tolerar, mas também respeitar e aprender com as diversas crenças, práticas e saberes que enriquecem a experiência humana.

"Conviver com a diversidade de crenças, pensamentos, convicções, modos de ser e viver.[98]" Essa competência está alinhada com os princípios interculturais que destacam a importância da convivência respeitosa com a diversidade cultural e religiosa. A BNCC busca promover a construção de uma sociedade mais inclusiva e plural, em que as diferenças sejam reconhecidas e valorizadas como elementos enriquecedores da convivência humana. Nesse sentido, a educação intercultural procura desenvolver nos estudantes a capacidade de dialogar com diferentes perspectivas e de se colocar no lugar do outro, favorecendo a empatia e a compreensão mútua.

"Debater, problematizar e posicionar-se frente aos discursos e práticas de intolerância, discriminação e violência de cunho religioso, de modo a assegurar os direitos humanos no constante exercício da cidadania e da Cultura de Paz.[99]" Essa competência reflete o compromisso da BNCC em formar cidadãos e cidadãs críticos/as e atuantes na promoção dos direitos humanos e da Cultura de Paz. A perspectiva intercultural enfatiza a importância de combater a intolerância religiosa, a discriminação e a violência que podem surgir em decorrência de diferenças religiosas. Através do debate e da problematização dessas questões, os/as estudantes são incentivados a posicionar-se contra atitudes discriminatórias e a contribuir

Certificado pelo Programa de Pós-Graduação Profissional da Faculdade Unida de Vitória – 13/12/2023

PPGER Faculdade Unida de Vitória

[96] PEREIRA, Gerson Lourenço. O ensino religioso como proposta de educação intercultural e possibilidades de combate à intolerância religiosa na baixada fluminense. *APRENDER-Caderno de Filosofia e Psicologia da Educação*, Vitória da Conquista, n. 29, p. 79-94, 2023. p. 81.
[97] BRASIL, 2018, p. 435.
[98] BRASIL, 2018, p. 435.
[99] BRASIL, 2018, p. 435.

para a construção de uma sociedade mais justa e inclusiva, onde todos possam exercer plenamente a sua cidadania, independentemente de suas crenças e práticas religiosas.

Acredita-se que os/as estudantes, das diversas religiões que se apresentam no Brasil, devem encontrar na escola um local de debates, de discussão e, principalmente, de atitude de tolerância e compreensão da diversidade e da diferença. Os/as professores/as de ER devem desenvolver nos/as estudantes uma visão de mundo na qual os outros estejam incluídos.[100] Essas ações caminham no sentido de desenvolvimento de um ambiente mais pacífico e leve para todos que participam da escola.

Nesse sentido, segundo a BNCC, o ER deve perseguir os seguintes objetivos: a) promover a aprendizagem dos conhecimentos religiosos, culturais e estéticos, tendo como base as manifestações religiosas presentes na realidade dos educandos; b) proporcionar conhecimentos sobre o direito à liberdade de consciência e de crença, com a constante finalidade de promover os Direitos Humanos; c) desenvolver competências e habilidades que permitam o diálogo entre perspectivas religiosas e seculares de vida, e que exercitam sempre o respeito à liberdade de concepções e o pluralismo de ideias, em plena consonância com a Constituição Federal; d) contribuir significativamente para que os educandos construam seus próprios sentidos pessoais de vida, embasados em valores, princípios éticos e no exercício pleno da cidadania.[101]

Renan Ferreira e Laude Brandenburg ressaltam que, nesses objetivos, pode-se perceber o fomento de elementos que numa Cultura de Paz dentro da escola tornam-se indispensáveis.[102] Os referidos autores argumentam que o ER deve educar para alteridade, ensinar aos estudantes que aqueles que pensam diferente não são seus inimigos; que é possível dialogar com o outro e respeitar seus modos de vida e suas crenças. Interessantes atividades escolares que podem ser

tomadas como exemplos disso são passeios a exposições de artesanatos regionais, conhecimento da história de países longínquos por meio de filmes e vídeos, investigações sobre músicas, ritmos e artes de outras nações e povos; visita a feiras de imigrantes, dentre outras.[103]

A escola desempenha um papel fundamental no processo de implementação da Cultura de Paz na educação e na sociedade, pois é nesse ambiente que surgem grandes oportunidades

Certificado pelo Programa de Pós-Graduação Profissional da Faculdade Unida de Vitória – 13/12/2023

PPGER Faculdade Unida de Vitória

[100] BORGES, Fabiano Miranda. *Preconceito, intolerância religiosa e ambiente escolar*: ações inclusivas para a superação da intolerância. 2017. 78 f. Dissertação (Mestrado em Ciências das Religiões) - Faculdade Unida de Vitória, Vitória, 2017. p. 66.
[101] BRASIL, 2018. p. 436.
[102]FERREIRA, Renan da Costa; BRANDENBURG, Laude Erandi. O Ensino Religioso e a BNCC: Possibilidades de se educar para a paz. *Caminhos*, Goiânia,v. 17, n. 2, p. 508-522, maio./ago. 2019. p. 511.
[103] DISKIN; ROIZMAN, 2021, p. 34.

para a sua construção, especialmente durante a Educação Infantil e o Ensino Fundamental I, que abarca a fase da infância. Na escola, as oportunidades de aprendizado são enriquecidas pela diversidade de experiências, diálogos, pesquisas, conceitos e métodos diferentes. Esses elementos se unem para contribuir na formação cidadã tanto dos/as discentes quanto dos/as educadores/as, promovendo aprendizagens profundas e significativas. Ao proporcionar um ambiente inclusivo e acolhedor, a escola pode fomentar a compreensão mútua, a empatia e o respeito às diferenças. Os/as estudantes têm a chance de interagir com pessoas de origens diversas, de compartilhar suas vivências e enriquecer seu repertório cultural. Essa troca de experiências promove a conscientização sobre a importância da paz, da tolerância e da resolução pacífica de conflitos.[104]

Após a compreensão da base epistemológica e dos objetivos do ER na educação brasileira e da sua relação com a promoção de uma Cultura de Paz nas escolas, apresentam-se a seguir, esclarecimentos sobre a Regra de Ouro e como ela pode se relacionar com as Ciências das Religiões e com o ER.

PPGPCR
Faculdade Unida de Vitória

Certificado pelo Programa de Pós-Graduação Profissional da Faculdade Unida de Vitória – 13/12/2023

[104] GAIGHER, Elorania Kellis Ahnert. Educação e Religião: as manifestações religiosas no ambiente escolar e a construção de uma Cultura de Paz. 2018. 91 f. Dissertação (Mestrado em Ciências das Religiões) - Faculdade Unida de Vitória, Vitória, 2018. p. 49.

2 A REGRA DE OURO: UMA ESTRATÉGIA DIDÁTICA PARA O ENSINO RELIGIOSO

O presente capítulo tem como intuito esclarecer o que é a Regra de Ouro, explanar sobre as Ciências das Religiões, a fim de estabelecer uma relação entre as Ciências das Religiões, o Ensino Religioso e a Regra de Ouro. A ideia é apresentar a compreensão da experiência religiosa adotada nesta pesquisa para o ER escolar e relacionar à Regra de Ouro, tomando-a como ferramenta didática para a promoção de uma Cultura de Paz numa escola municipal de Fortaleza.

2.1 A Regra de Ouro

A expressão *Regra de Ouro* tem sido adotada em várias línguas europeias modernas ao longo dos últimos séculos, referindo-se à expressão popular: "faça aos outros o que gostaria que os outros fizessem a você." Essa formulação ficou conhecida na cultura ocidental a partir do seu aparecimento no Novo Testamento da Bíblia cristã (Mateus 7:12, Lucas 6:31). Princípios morais semelhantes ou idênticos são encontrados em uma ampla variedade de contextos culturais, desde tradições orais de povos orientais até antigos textos sagrados e filosóficos.[105]

Como exemplo, podem-se citar: a) "o que tu mesmo não queres, não faça a outra pessoa" (Ditos 15.23) - Confúcio (551-489 a.C.); b) "não faças aos outros o que não querem que eles façam a ti" (Shabbat 31ª) - Rabi Hillel (60 a.C. a 10 d.C.); c) "tudo aquilo que quereis que os homens façam a vós, fazei-o vós mesmos a eles" (Mateus 7,12 e Lucas 6,31) - Jesus de Nazaré; d) "ninguém é crente enquanto não desejar ao seu irmão o que deseja para si mesmo" (Quarenta Hadith de Nawawi, 13) - Islã; e) "os seres humanos deveriam ser indiferentes às coisas mundanas e tratar todas as criaturas do mundo como eles mesmos deveriam ser tratados" (Sutrakritanga I, II,33) - Jainismo; f) "um estado que não é agradável ou aprazível para mim, também não será para ele, e como posso impor ao outro um estado que não é agradável ou aprazível para mim?" (Samyutta Nikaya V, 353.3-342.2) - Budismo; g) "não se deve agir em relação ao outro de modo desagradável para si mesmo: é esta a essência da moralidade" (Mahabharata XIII 114,8) - Hinduísmo.[106]

[105] PLAKS, Andrew H. Golden rule. *Encyclopedia of Religion*, v. 6, p. 3630-3633, 2005. p. 3630.
[106] NASCIMENTO, Maria Liliane Oliveira do; KIRCHNER, Renato. Uma base ética das religiões mundiais em prol de uma ética mundial. *Cad. Fé e Cultura*, Campinas, v.4, n.1, p.43-54, 2019. p. 47.

Certificado pelo Programa de Pós-Graduação Profissional da Faculdade Unida de Vitória – 13/12/2023

Ao considerar a origem[107]e a disseminação da Regra de Ouro, observa-se que ela transcende as fronteiras das tradições religiosas. Vê-se que muitos líderes e mestres das mais diversas crenças expressam esse desejo pela reciprocidade. Essa convergência de interesses ao redor da importância de tratar os outros com respeito, empatia e consideração, destaca-se como um valor fundamental compartilhado por diferentes sociedades e culturas.

Para Supriyanto o princípio da compaixão é a base da Regra de Ouro. Em diversas religiões, éticas e tradições espirituais, há um princípio comum que instiga os fiéis a tratarem os outros como eles próprios desejariam ser tratados. Esse princípio da compaixão exige que os religiosos se empenhem, incansavelmente, em aliviar o sofrimento de seus semelhantes, deixar de lado seus próprios egos e reconhecer a sacralidade de cada ser humano. A justiça, igualdade e honra devem ser estendidas a todos, sem exceção.[108]

A consequência direta dessa regra prática, a longo prazo, é a promoção de uma Cultura de Paz. Ao respeitar a lei e agir de acordo com os princípios da Regra de Ouro, cada ser humano, munido de conhecimento e imaginação, torna-se um agente ativo na construção de um mundo mais pacífico e harmonioso. Aqueles que abraçam a causa da paz reconhecem tanto sua própria necessidade de paz e reconciliação quanto a necessidade dos outros, e agem em conformidade, oferecendo paz e reconciliação aos demais.

A Regra de Ouro em vez de impor respostas, direciona o foco para o raciocínio, combatendo o egoísmo e promovendo ideais como justiça e preocupação concreta pelos outros.[109] Zahra Rakhshani argumenta:

> Diferentes religiões e culturas do mundo confirmaram abundantemente a regra de ouro. Jesus, Confúcio e o rabino Hillel consideravam a regra como um resumo de seus ensinamentos em geral. O budismo, o hinduísmo, o islamismo, o zoroastrismo e o culto Dao, bem como pensadores seculares em diferentes culturas confirmaram essa regra, e muitos deles consideram a regra como o cerne do pensamento ético. Assim, a regra de ouro tornou-se um princípio quase global, ou seja, uma regra comum a todas as pessoas em todos os tempos e lugares.[110]

[107] A Regra de Ouro já aparecia no século VI a.C. no zoroastrismo, sob a assertiva "a natureza humana é boa somente quando ela não faz aos outros qualquer coisa que não seja boa para ela." (THIRY-CHERQUES, Hermano Roberto. A regra de ouro e a ética nas organizações. *Cadernos EBAPE.br*, [s.l.], v. 4, n. 4, 2006. p. 2).

[108] SUPRIYANTO, Supriyanto. Principles Of Compassion In The World Religions For Coexistence Among Religions In The Perspective Of Karen Armstrong. *Mawa Izh Jurnal Dakwah dan Pengembangan Sosial Kemanusiaan*, v. 13, n. 02, 2022. p. 110.

[109] *"Different religions and cultures of the world have abundantly confirmed the golden rule. Jesus, Confucius and Rabbi Hillel regarded the rule as a summary of their teachings in general. Buddhism, Hinduism, Islam, Zoroastrianism and the cult Dao as well as secular thinkers in different cultures have confirmed this rule, and many of them consider the rule as the core of ethical thinking. Hence, the golden rule has become an almost global principle, i.e. a rule common to all people in all times and places"* (tradução livre). RAKHSHANI, Zahra. The golden rule and its consequences: A practical and effective solution for world peace. *Journal of History Culture and Art Research*, [s.l.], v. 6, n. 1, p. 465-473, 2017. p. 468.

[110] RAKHSHANI, 2017, p. 468.

Certificado pelo Programa de Pós-Graduação Profissional da Faculdade Unida de Vitória – 13/12/2023

Verifica-se que a Regra de Ouro consiste, então, em estabelecer a paz global, unidade e harmonia entre todos os seres humanos. É um chamado para que indivíduos de diferentes origens, culturas e crenças se unam em um objetivo comum: construir uma sociedade baseada no respeito mútuo, na compreensão e na colaboração. Supriyanto cita que:

> Karen Armstrong apresenta uma proposição brilhante de que deve ser encontrada uma plataforma comum que seja fundamental e esteja no coração de todas as tradições das principais religiões do mundo, como islamismo, judaísmo, cristianismo, hindi, budismo e confucionismo. Com uma pesquisa abrangente das principais religiões do mundo, Karen descobriu que um princípio fundamental que pode se tornar uma plataforma comum entre as religiões do mundo é a compaixão.[111]

A autora prossegue e explica que, com base em uma pesquisa abrangente das principais religiões, Armstrong aponta a compaixão como um valor central compartilhado por diversas tradições religiosas. Ela argumenta que, ao enfatizar a importância da compaixão, é possível encontrar um ponto de convergência e entendimento mútuo entre diferentes sistemas religiosos. A proposta de Armstrong sugere que, apesar das diferenças de crenças e práticas, existe um denominador comum entre as religiões que pode servir como base para a construção de um diálogo inter-religioso e para a promoção da compreensão e harmonia entre os/as seguidores/as de diferentes tradições religiosas. Essa visão ressalta a importância da compaixão como um valor que transcende fronteiras religiosas, promovendo a empatia, a solidariedade e a preocupação com o sofrimento dos outros.

Essa proposta de ecumenismo religioso em prol de ajudar aqueles que sofrem pode ser exemplificada nas inúmeras ações que ocorreram no Brasil durante a pandemia da COVID-19. Uma dessas situações foi noticiada pelo jornal Folha de São Paulo, quando líderes religiosos se uniram para ajudar (ainda mais) pessoas em situação de rua na capital paulista. Integrantes do catolicismo, islamismo, candomblé e umbanda, juntos, arrecadam, organizam, abrem as portas de seus templos, para doar máscaras, alimentos e roupas para a população menos favorecida. As ações já aconteciam há anos, mas se intensificaram durante a pandemia do coronavírus.[112] Vê-se assim, que é possível, que diferentes crenças se unam em prol de fazerem o bem e que essa atitude vai ao encontro dos princípios de caridade, solidariedade e compaixão, presentes na maioria das religiões.

---

111 *"Karen Armstrong presents a brilliant proposition that a common platform must be found that is fundamental and must lie at the heart of every tradition of the world's major religions such as Islam, Judaism, Christianity, Hindi, Buddhism, and Confucianism. With a comprehensive search of the world's major religions, Karen found a fundamental principle that can become a common platform among world religions is compassion"* (tradução livre). SUPRIYANTO, 2022, p. 109.

112 TEIXEIRA, Larissa. Líderes religiosos unem esforços para ajudar a população de rua de São Paulo diante da COVID-19. *Jornal Folha de São Paulo.* 25 de maio de 2020. [*online*].

Certificado pelo Programa de Pós-Graduação Profissional da Faculdade Unida de Vitória – 13/12/2023

PPGPCR Faculdade Unida de Vitória

O estabelecimento da Regra de Ouro como um princípio prático das religiões já vem sendo discutido pelas principais religiões do mundo, de modo mais oficial, desde 1893, quando aconteceu, na cidade de Chicago (EUA) o Primeiro Parlamento das Religiões Mundiais. Esse evento foi um marco histórico, sendo reconhecido como o primeiro encontro formal dos representantes das religiões em todo o mundo. Ele teve uma duração de 18 dias e ficou registrado na história das religiões como um acontecimento significativo, sendo considerado o "amanhecer do pluralismo religioso". Além disso, ele também marcou a introdução das religiões asiáticas no Ocidente e o início do diálogo inter-religioso em um novo século.[113]

O diálogo inter-religioso é uma forma única de interação entre diferentes tradições religiosas. Trata-se mais do que uma simples coexistência ou confrontação de identidades; é um conjunto de relações positivas e construtivas entre pessoas e comunidades de diferentes credos, com o objetivo de alcançar um conhecimento mútuo e um enriquecimento recíproco. Essa forma de diálogo requer uma atitude de abertura e a habilidade de ouvir o outro, ao mesmo tempo em que demanda uma profunda compreensão da própria fé. Sua maior riqueza reside na possibilidade de compartilhar e enriquecer-se mutuamente dos patrimônios espirituais únicos e irrevogáveis de cada tradição.[114]

O Segundo Parlamento das Religiões Mundiais aconteceu um século mais tarde. Evento esse que foi decisivo para aproximar as religiões do planeta. Destaca-se, especialmente, a relevância da Declaração do Segundo Parlamento, um documento no qual o teólogo ecumênico Hans Küng desempenhou um papel crucial. Küng é um teólogo autor de uma obra extensa e conceituada dedicada ao estudo das grandes religiões e sua participação, direta ou indiretamente, influenciou significativamente os projetos e pensamentos expressos nessa Declaração.[115]

Por isso, vale conhecer que Hans Küng, em 1990, publicou uma obra chamada Projeto *Ethos* Mundial que obteve grande repercussão mundial. Urbano Zilles explica que, segundo Küng, o conceito de *ethos* mundial abrange toda a experiência da vida humana, incluindo a natureza e busca por normas universalmente válidas. Enfatiza que valores fundamentais devem ser aplicados para resolver problemas globais, supera as diferenças de visão do mundo, culturais, nacionais ou religiosas. No entanto, devido à diversidade das formas de vida concretas dos seres humanos, é difícil alcançar um consenso mínimo e formal em relação a

[113] NASCIMENTO; KIRCHNER, 2019, p. 44.
[114]TEIXEIRA, Faustino. O diálogo inter-religioso na perspectiva do terceiro milênio. *Horizonte*, Belo Horizonte, v. 2, n. 3, p. 19-38, 2º sem. 2003. p. 26.
[115] NASCIMENTO; KIRCHNER, 2019, p. 44.

Certificado pelo Programa de Pós-Graduação Profissional da Faculdade Unida de Vitória – 13/12/2023
PPGPCR Faculdade Unida de Vitória

padrões éticos. O projeto do *ethos* mundial, conforme estruturado por Küng, abrange três áreas temáticas essenciais: a necessidade de uma ética mundial para garantir a sobrevivência, a importância da paz entre as religiões para alcançar a paz mundial e a relevância do diálogo inter-religioso para promover essa paz entre as religiões.[116]

Esse teólogo propõe em seu projeto, uma ética mundial como uma tentativa provisória. Segundo ele, no mundo contemporâneo, não é preciso uma única religião, mas de alguns valores, normas, ideais e objetivos referenciais. Ele enfatiza que cada religião tem a responsabilidade de contribuir para a questão da paz mundial. Küng destaca a necessidade de uma ética universal como condição para a sobrevivência da humanidade, para a qual será necessário explorar novos modelos, ou seja, um paradigma ecumênico.[117]

Nessa perspectiva, a Declaração do Segundo Parlamento apresenta como desafio os princípios fundamentais de uma ética comum, aplicáveis tanto a indivíduos quanto a comunidades, organizações, estados e religiões. Küng explica que essa ética não está nos planos da lei ou da política; ela busca incidir, de modo relacionado, no plano dos valores agregativos, dos padrões irrevogáveis e das atitudes interiores fundamentais. São esses elementos que geram um consenso fundamental entre as diversas religiões, sendo uma base para uma ética global. E ao pensar naqueles indivíduos e grupos não religiosos, a Declaração não fala “em nome de Deus”; ela se refere à dimensão da transcendência, sem forçar a aprovação desses.[118]

Outro desafio fundamental apresentado diz respeito à importância do princípio da reciprocidade, expresso pela conhecida e mantida Regra de Ouro, ao longo de milênios, em diversas tradições religiosas e éticas da humanidade. Na Declaração, essa regra é descrita de maneira positiva: "faça aos outros o que você deseja que seja feito a você". Segundo o documento, essa norma deve ser considerada como um princípio inabalável e incondicional para todos os aspectos da vida, desde a família e as comunidades até as raças, nações e religiões.[119]

Esse princípio da reciprocidade aparece em quatro compromissos irrevogáveis: de uma cultura de não-violência e respeito à vida; de uma cultura de solidariedade e de uma ordem econômica justa; de uma cultura de tolerância e de vida honrada; e de uma cultura de direitos iguais e parceria entre homens e mulheres. Após descrever cada um desses preceitos, a Declaração termina por convocar a todos os cidadãos do mundo a uma mudança de consciência;

[116] ZILLES, Urbano. Projeto de uma ética mundial. *Telecomunicação*: Porto Alegre, v. 37, n. 156, p. 223-229, 2007. p. 224.
[117] ZILLE, 2007, p. 228.
[118] ANEXO 2. KÜNG, Hans. *Declaração do Parlamento das Religiões do Mundo,* [s.d.], [n.p.]. [*online*].
[119] NASCIMENTO; KIRCHNER, 2019, p. 47.

Certificado pelo Programa de Pós-Graduação Profissional da Faculdade Unida de Vitória – 13/12/2023

a uma transformação da totalidade da mente e do coração. O documento afirma que uma nova ordem global, de paz entre as nações e as pessoas, só será possível num mundo benéfico e pluralista, ecumênico, com relações de parceria e respeito ao meio ambiente.[120]

Armstrong explica que a essência da Regra de Ouro está na compaixão, princípio fundamental das mais variadas tradições étnicas e espirituais. Defende que a compaixão deve ser praticada todos os dias, o dia todo, por cada um de nós. Quando se põe isso em prática, destrona-se o próprio eu como o centro de tudo e coloca-se o outro lá, transcende-se a si próprio e encontra-se com aquele (ou aquilo) que se tem como "o Divino". Isso é central na vida religiosa e, até, para pessoas que não professam religião. Ela explica que a Regra de Ouro é a origem de toda a moralidade.[121]

Em sua fala, Karen Armstrong evidencia que, por vezes, líderes religiosos, quando se encontram, utilizam o tempo para debater coisas obscuras e manifestam intolerâncias contra os outros e contra temas que permeiam a atualidade, preferindo ter sempre razão em seus argumentos. Por isso, e por tantas outras violências, esse assunto é urgente. Chama a atenção para o fato de que se não se conseguir implementar a Regra de Ouro globalmente, trata todas as pessoas como pretende-se que fossem tratadas e as consideram tão importantes quanto a si mesmas, não será possível deixar um mundo viável para a próxima geração. Uma das principais tarefas é construir uma sociedade na qual as pessoas consigam viver juntas em paz. E a religião pode exercer uma importante contribuição nesse sentido, mas ao invés disso é parte do problema.[122]

Com base nessas ideias, em 2008, a referida pesquisadora lançou o projeto de uma *Carta para Compaixão*.[123] Essa carta foi elaborada com a participação de líderes religiosos de todo o planeta e se tornou um documento internacional que transcende as diferenças religiosas, ideológicas e nacionais, com fins de ser um instrumento de mobilização global em prol de um mundo mais pacífico e viável para as próximas gerações.[124] Essa carta inicia seu texto com destaque a compaixão como essência de todas as tradições religiosas, éticas e espirituais e convida a tratar as outras pessoas como se gostaria de ser tratado. A compaixão motiva os sujeitos a dedicarem esforços incansáveis para aliviar o sofrimento daqueles ao seu redor. Os impulsiona a abandonar o egoísmo e a colocar o próximo no centro das suas preocupações.

[120] KÜNG, [s.d.], [n.p.]. [*online*].
[121] ARMSTRONG, Karen. *Karen Armstrong:* Vamos reviver a Regra de Ouro. TED, 2009. [*online*].
[122] ARMSTRONG, 2009. [*online*].
[123] ANEXO 1, p. 84.
[124] CARTA PARA COMPAIXÃO. *Charter for Compassion*, 2021. [*online*].

Certificado pelo Programa de Pós-Graduação Profissional da Faculdade Unida de Vitória – 13/12/2023

Reconhece-se e valoriza-se a sacralidade inalienável de cada ser humano, trata-se a todos/as, sem exceção, com absoluta justiça, equidade e respeito.[125]

A carta prossegue com destaque de que é fundamental, tanto na vida pública quanto privada, adotar, de forma consistente e empática, a abstenção de causar sofrimento. Agir ou falar de maneira violenta por ressentimento, chauvinismo ou egoísmo, com o objetivo de diminuir, explorar ou negar direitos básicos a alguém, fomentar o ódio e difamar outros - mesmo que sejam inimigos - é uma negação da humanidade compartilhada. O documento afirma que o ser humano falha na tentativa de viver de forma compassiva e que alguns indivíduos contribuíram para o aumento da miséria humana em nome da religião.[126]

O texto, ainda, instiga as pessoas a restaurar a compaixão como o cerne da moral e da religião. Salienta que é imperativo voltar ao antigo princípio de rejeitar qualquer interpretação das Escrituras que resulte em violência, ódio ou desprezo. Deve-se garantir que os/as jovens recebam informações precisas e respeitosas sobre outras tradições, religiões e culturas. É dever mútuo encorajar uma apreciação positiva da diversidade cultural e religiosa. E, por fim, é necessário cultivar uma empatia informada em relação ao sofrimento de todos os seres humanos, mesmo daqueles que são considerados inimigos.[127]

Finaliza a mensagem com destaque de que é de extrema urgência transformar a compaixão em uma força clara, radiante e dinâmica no mundo polarizado. Enraizada em uma determinação ética de transcender o egoísmo, a compaixão tem o poder de derrubar barreiras políticas, dogmáticas, ideológicas e religiosas. Nascida da profunda interdependência, a compaixão é fundamental para as relações humanas e para a realização plena da humanidade. É o caminho para a iluminação e é indispensável para a criação de uma economia justa e de uma comunidade global pacífica.[128]

A carta da compaixão já é utilizada como ferramenta educacional em países como Singapura e Malásia e, também, em toda a Europa. Armstrong defende que o ER não deve se pautar em discussões complicadas sobre dogmas religiosos, mas deve se basear na ação. A autora esclarece que as pessoas não entenderão a compaixão se somente pensarem nelas mesmas, sendo preciso praticá-la.[129] Assim, observa-se que é necessário que a escola desafie as crianças e os jovens a um estilo de vida com compaixão.[130]

[125] CARTA PARA COMPAIXÃO, 2021, [*online*].
[126] CARTA PARA COMPAIXÃO, 2021, [*online*].
[127] CARTA PARA COMPAIXÃO, 2021, [*online*].
[128] CARTA PARA COMPAIXÃO, 2021, [*online*].
[129] ARMSTRONG, Karen. *Meu desejo*: A Carta para Compaixão. TED, 2008. [n.p.]. [*online*].
[130] CARTA PARA COMPAIXÃO, 2021, [*online*].

Certificado pelo Programa de Pós-Graduação Profissional da Faculdade Unida de Vitória – 13/12/2023

Percebe-se que a Carta pode ser uma potente ferramenta para elaboração de planos pedagógicos ou planos de ação de ER. Pauta-se nos princípios apresentados nela, é possível levar aos estudantes informações precisas e claras sobre a história e as tradições das crenças existentes na sala de aula. Nesse trabalho vale identificar as diferenças e similaridades, cujo foco seja a compaixão, a reciprocidade e a solidariedade, como princípios comuns. Depois é fundamental colocar esses valores em prática, por meio de visitas externas aos espaços que demandam tal exercício, tais como um asilo ou um abrigo de crianças e adolescentes da região. Associa-se nessa atividade o desenvolvimento de ações que possam promover e consolidar os princípios básicos da Carta e da Regra de Ouro, por exemplo, a entrega de itens de higiene, de fraldas, de roupas usadas, cartas, mensagens de otimismo e/ou lembranças elaboradas pelos/as próprios/as estudantes em sala de aula para serem entregues na instituição.

Esse é somente um exemplo de estratégia para a utilização da Carta - consequentemente, da Regra de Ouro - como instrumento de promoção da Cultura de Paz entre os/as estudantes. Experimentar a compaixão, a bondade, a solidariedade e a tolerância com frequência pode fomentar a vontade de experimentá-los cada vez mais, até que isso faça parte da vida como uma prática comum. Somente o que foi vivido no plano individual e das relações mais próximas, pode ser praticado ao nível das religiões e das nações.[131]

Diante do apresentado, vê-se que a Regra de Ouro serve como uma referência para as interações com as outras pessoas. A Regra de Ouro estabelece um protocolo de não agressão, não coerção e não causar prejuízo àqueles com quem se convive no dia a dia. Em essência, a Regra de Ouro funciona como uma orientação para promover relacionamentos saudáveis e respeitosos com outras pessoas.[132] Sendo assim, acredita-se que a Regra de Ouro pode ser uma ferramenta eficaz para a implantação de uma Cultura de Paz, por meio do ER escolar.

A seguir apresenta-se a relação entre as Ciências das Religiões, que é a base epistemológica do ER, e a Regra de Ouro.

2.2 As Ciências das Religiões

[131] KÜNG, [s.d.], [n.p.]. [*online*].
[132] NOVAES, Adriana. A Regra de Ouro e a pandemia. *Estado da Arte: Revista de cultura, artes e ideias*. Estadão. São Paulo, [n.p.], 2021. [*online*].

Certificado pelo Programa de Pós-Graduação Profissional da Faculdade Unida de Vitória – 13/12/2023

As Ciências das Religiões são um conjunto de conhecimentos e abordagens - provenientes de ciências como a Filosofia, a História, a Sociologia e Antropologia da religião[133] - utilizados de maneira sistemática para compreender os fenômenos relacionados às religiões, tanto em nível individual como coletivo, considera a existência de uma sociedade multicultural e plurireligiosa. Essas disciplinas se baseiam em saberes e procedimentos intelectuais e técnicos sinérgicos, buscam uma compreensão abrangente das manifestações religiosas e de sua interação com a diversidade cultural e religiosa presente na sociedade.[134]

A crescente afirmação do campo de estudos em Ciências das Religiões no Brasil oferece uma oportunidade para ampliar a perspectiva sobre o fenômeno religioso, capacitar profissionais para uma reflexão específica nessa área e contribuir de forma significativa para o enriquecimento pedagógico nesse delicado e crucial domínio. Isso é especialmente notável em um país onde o estudo objetivo da religião enfrentou preconceito por parte de instituições tradicionais de ensino com uma abordagem positivista e desqualificação por segmentos eclesiais, que priorizavam quase exclusivamente os estudos teológicos.[135]

Isso porque, no passado, a religião era principalmente estudada pela Teologia, que por sua vez, enfrentava debates sobre sua própria natureza científica. No entanto, o estudo da religião não causava grandes controvérsias, especialmente, no meio acadêmico. Isso pode ser devido ao fato de que, pelo menos no Brasil, o estudo da Teologia era realizado, principalmente, fora do ambiente acadêmico público e civil e era, geralmente, conduzido com interesses institucionais específicos.[136]

Sendo assim, as Ciências das Religiões é distinta da Teologia. Enquanto a Teologia pode se basear em pressupostos de fé ou doutrina religiosa para estudar uma religião específica, a Ciências das Religiões busca ser uma disciplina científica que não parte de axiomas de valor. Ela se alinha à concepção moderna de ciência, que é neutra e baseada em análise, verificação, comparação e reflexão autônoma. Além disso, as Ciências das Religiões busca produzir resultados úteis para a comunidade universal, não apenas para um grupo específico. Portanto,

Certificado pelo Programa de Pós-Graduação Profissional da Faculdade Unida de Vitória – 13/12/2023

PPGCR Faculdade Unida de Vitória

[133] MUNIZ, Tamiris Alves. *A disciplina ensino religioso no currículo escolar brasileiro*: institucionalização e permanência. 2014. 208 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal de Goiás, Catalão, 2014. p. 146.
[134] BRASILEIRO, 2010, p. 111.
[135] TEIXEIRA, Faustino Luiz Couto. O" ensino do religioso" e as Ciências da Religião. *Horizonte: Revista de Estudos de Teologia e Ciências da Religião*, Belo Horizonte, v. 9, n. 23, p. 839-861, 2011.p. 840.
[136] HUFF JÚNIOR, Arnaldo Érico; PORTELLA, Rodrigo. Ciência da Religião: uma proposta a caminho para consensos mínimos. *Numen:* Revista de estudos e pesquisa da religião, Juiz de Fora, v. 15, n. 2, p. 433-456, 2012. p. 441.

esse é um campo de estudo que surgiu no contexto da modernidade, particularmente uma modernidade que é positivista, evolucionista e não religiosa.[137]

Mas seria mesmo necessária uma ciência para estudar uma religião, já que as religiões já são estudadas por áreas como a História, a Antropologia, a Sociologia, dentre outras? Cada campo de conhecimento ou disciplina acadêmico-científica tem sua própria maneira de ver, analisar e julgar a religião, dependendo de sua metodologia e episteme (base de conhecimento). No entanto, essas visões são geralmente parciais e fragmentadas, embora sejam legítimas e relevantes dentro do contexto de cada disciplina. Entretanto, a Ciências das Religiões busca uma visão holística da religião, tenta entender a religião como um fenômeno humano multifacetado. Ela se esforça para ver e interpretar a religião como uma totalidade, apesar de suas especificidades. Portanto, o diferencial das Ciências das Religiões está em sua tentativa de obter uma compreensão mais completa e integrada da religião.[138]

Nesse sentido, as Ciências das Religiões surgiu dentro de um contexto histórico positivista, que estava engajado no projeto iluminista de valorizar a razão acima de tudo. Esse quadro de exigências levou ao surgimento dessa ciência, que buscava autonomia da Teologia confessional (baseada em uma confissão de fé ou doutrina específica). No entanto, as Ciências das Religiões ainda estavam fortemente influenciadas por uma Teologia filosófica e uma Filosofia da religião. Sendo assim, embora buscasse autonomia, a Ciência da Religião ainda estava enraizada em certas tradições filosóficas e teológicas.[139]

Embora a palavra *religião* tenha suas raízes no pensamento cristão e ocidental, como ilustrado pelas discussões sobre a etimologia do termo (seja derivado de *relegre* ou *religare*), as Ciências das Religiões se destacam por sua capacidade de abordar a religião sob diferentes eixos temáticos. Esses eixos temáticos representam as perguntas que a área tem feito sobre a religião desde seu início. Incluem perguntas sobre a essência, a origem, a descrição, a função da religião, a linguagem e a comparação das religiões. Cada uma dessas perguntas resulta em respostas distintas, bem como na formação de diferentes quadros de referência e linhas de interpretação. Portanto, as Ciências das Religiões oferecem uma abordagem multifacetada e abrangente para o estudo da religião.[140]

[137] HUFF JÚNIOR; PORTELLA, 2012, p. 441.
[138] HUFF JÚNIOR; PORTELLA, 2012, p. 442.
[139] RODRIGUES, 2021, p. 104
[140] RODRIGUES, 2021, p. 104-105.

Certificado pelo Programa de Pós-Graduação Profissional da Faculdade Unida de Vitória – 13/12/2023

A comparação de trechos de obras sagradas das diferentes religiões para investigação dessas iniciou-se com o pesquisador Friedrich Max Müller (1823-1900).[141] Ele foi o criador do termo Ciência da Religião e evidenciou que, assim como as diferentes linguagens podem ser estudadas por meio da comparação, o mesmo método poderia ser aplicado ao estudo das religiões. Ele é pioneiro ao utilizar textos sagrados como base e ponto central de comparação entre as diferentes religiões.[142]

Em sua obra, Müller defende que devido à disponibilidade de documentos autênticos para estudar a história das religiões da humanidade e às facilidades oferecidas pelo estudo mais aprofundado das línguas orientais, tornou-se uma necessidade realizar um estudo comparativo das religiões em todo o mundo. Ele explica que todo conhecimento superior é adquirido e repousa na comparação, sendo assim, por que não usar esse método, que traz resultados tão bons em outras esferas do conhecimento, no estudo das religiões?[143]

Müller era um teólogo liberal e queria expandir o cristianismo a partir da inter-relação deste com a sabedoria coletada das outras religiões do planeta. Por isso, ele argumentava que aqueles que utilizavam o método comparativo para diminuir o cristianismo ou para elevar apenas essa religião eram perigosos aliados. Ele acreditava que a ciência não deveria ser partidária. O verdadeiro cristianismo, a religião de Cristo, é exaltada quando conhecemos e valorizamos os ensinamentos e verdades encontrados em outras religiões menosprezadas no mundo. No entanto, ele enfatizava que para chegar a essa convicção honestamente, é necessário usar a mesma medida de análise para todas as religiões, sem fazer exceções especiais para o cristianismo. Müller ressaltava que o cristianismo não deve reivindicar tratamento especial, mesmo que tenha confrontado e superado outras religiões antigas e poderosas no passado. Ele acreditava que o cristianismo não deve ser temeroso em enfrentar o estudo comparativo das religiões, mas deve encorajá-lo, ao invés de desvalorizá-lo.[144]

De acordo com Müller, aqueles que têm conhecimento limitado a uma única religião podem não estar seguros se o que sabem se aplica apenas a essa religião específica ou se reflete

Certificado pelo Programa de Pós-Graduação Profissional da Faculdade Unida de Vitória – 13/12/2023

PPGCR Faculdade Unida de Vitória

[141] Renomado indólogo e linguista, desempenhou um papel pioneiro nos estudos das religiões e mitologia comparada. Sua obra mais significativa, "Livros Sagrados do Oriente" (1879 a 1910), composta por 50 volumes, tornou-se uma importante fonte para a história das religiões. As quatro palestras que ele proferiu na Royal Institution de Londres, em 1870, foram a base para seu livro "Introduction to the Science of Religion", que agora foi traduzido para o português. Este trabalho serviu como fundamento para a criação da disciplina "Ciência da Religião", sendo Max Müller considerado o pai dessa área de estudo (PIMENTA, Adelaide de Faria; BARROS, Brasil Fernandes de. Max Müller e a ciência da religião: do passado ao clássico recente. *Interações*, Belo Horizonte, v. 16, n.2, p. 224-229, 2021. p. 1.).

[142] MÜLLER, Friedrich Max. Primeira palestra (trad. Pedro Rodrigues Camelo). *REVER: Revista de Estudos da Religião,* São Paulo, v. 20, n. 1, p. 305-329, 2020. p. 305.

[143] MÜLLER, Friedrich Max. *Introdução à Ciência da Religião*. Belo Horizonte: Senso, 2020. p. 317.

[144] MÜLLER, 2020, p. 318.

algo mais fundamental sobre as religiões em geral. Como cientista, Müller enfatizou que a comparação é essencial para que as Ciências das Religiões sejam consideradas genuinamente científicas. Ele afirmou que não há ciência de coisas únicas e que todo avanço no conhecimento humano é alcançado por meio da comparação. A comparação é vista como um elemento fundamental para a própria identidade das Ciências das Religiões, pois faz pensar, sugerindo analogias, semelhanças e diferenças que talvez não tenhamos percebido antes. Essa abordagem desperta nossa curiosidade e nos fornece um método para explicar as coisas de forma mais completa.[145]

Após Müller, tem-se Joachim Wach (1898-1955) que defendeu uma Ciência Sistemática da Religião. Ele dizia que para compreender, completamente, a experiência religiosa, é necessária uma abordagem que possa lidar com sua complexidade. A religião não é apenas influenciada por fatores externos, mas também, tem sua própria essência. Joachim Wach acreditava que uma abordagem fenomenológica poderia ajudar a entender os significados internos das manifestações externas da religião. A fenomenologia da religião cria uma conexão interpretativa entre a manifestação empírica da religião e a sistematização teórica desse fenômeno. Essa metodologia se situa entre a História e a Filosofia e começa com a experiência dos indivíduos. Nathália Martins designa que Wach usava a compreensão empática da experiência religiosa para entender completamente o fenômeno, incluindo seus aspectos objetivos e subjetivos. Isso permite a compreensão das expressões da religião e dos significados que elas carregam. Com essa abordagem, é possível conectar a experiência religiosa com outras áreas sociais vivenciadas pelas pessoas, entender as relações da religião de uma maneira interdisciplinar e usa os métodos desenvolvidos pelas Ciências Humanas.[146]

A ideia de compreensão empática é uma resposta à teoria da neutralidade na pesquisa. Esta última sugere que um pesquisador deve abandonar todos os seus valores e princípios para conduzir uma pesquisa e que um cientista da religião precisa se distanciar estritamente do seu objeto de estudo para entendê-lo. No entanto, todos têm fundamentos, princípios e valores que influenciam suas vidas e ninguém está livre de ter conceitos e preconceitos, seja religioso ou não. Portanto, o importante é não permitir que esses valores e princípios influenciem os resultados da pesquisa. Por isso, Nathália Martins explica que Wach aconselha que o

[145] STRENSKI, Ivan. Max Müller, a ciência da religião comparada e a busca por outras "bíblias" na Índia. *REVER: Revista de Estudos da Religião,* [s.l.], v. 20, n. 3, p. 251-267, 2020. p. 265.

[146] MARTINS, Nathália Ferreira de Souza. *Por um ensino religioso empático*: proposta da aplicação da compreensão empática da experiência religiosa de Joachim Wach para o Ensino Religioso. 2022. 205 p. Tese (Doutorado em Ciência da Religião) - Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2022. p. 137-138.

Certificado pelo Programa de Pós-Graduação Profissional da Faculdade Unida de Vitória – 13/12/2023

pesquisador sempre declare sua posição antes de realizar a pesquisa, como um ato de honestidade para com o objeto de estudo e os futuros leitores.[147]

Nesse sentido, como a experiência religiosa é um objeto de estudo que se expressa através da vida das pessoas como uma experiência existencial que dá sentido ao seu mundo, apenas descrever as manifestações da religião não é suficiente para captar a totalidade da experiência. É necessário ir além e explorar os significados internos da experiência. Martins esclarece que, conforme Wach, isso pode ser feito através da compreensão empática, uma abordagem fenomenológica que envolve se colocar no lugar do outro para entendê-lo. Portanto, uma relação hierárquica entre pesquisador e objeto de estudo não é adequada. Em vez disso, ambos, como seres humanos, são vistos como sujeitos de significação, que criam uma relação de sujeito a sujeito eu, melhor seria, uma relação isso-isso.[148]

Para melhor explicação da compreensão empática, Martins se utiliza de Ninian Smart, estudioso influenciado por Wach. Smart propõe que a empatia é tentar sentir o que outra pessoa ou grupo de pessoas está sentindo, mesmo que não concordemos com elas. Isso ajuda a entender melhor os fatos, pois eles incluem a maneira como a pessoa sente e pensa sobre o mundo. Portanto, a empatia precisa ser estruturada, ou seja, precisa-se entender a estrutura de outro mundo e, em geral, tentar entender as estruturas de crença presentes na mente do fiel.[149]

Destaca-se que outros estudiosos que tiveram papel significativo no desenvolvimento do estudo acadêmico da religião: Cornelius Petrus Tiele (1830-1902), que acreditava que a religião deveria ser estudada com base em como ela se apresenta. Chantepie de la Saussaye (1848-1920), por outro lado, focava na origem e na natureza fundamental da religião e argumenta-se que esses dois aspectos não são necessariamente os mesmos. Também enfatizou que o termo primitivo não é necessariamente sinônimo de *essencial*. Mais recentemente, G. Van Der Leeuw (1890-1950) contribuiu para a compreensão do Sagrado e dos elementos irracionais que o compõem. Mircea Eliade (1907-1986), um historiador das religiões, é conhecido por sua obra O Sagrado e o Profano. Cada um desses estudiosos trouxe uma perspectiva única para o estudo da religião e ajudou a moldar o campo como se conhece hoje.[150]

A primeira vez que se ensinou Ciências das Religiões em uma universidade foi em 1873. Mas foi só em 1924 que Wach, professor na Universidade de Leipzig, definiu como o curso deveria ser. Ele disse que o estudo da religião deveria combinar duas coisas: o estudo de

[147] MARTINS, 2022, p. 139-140.
[148] MARTINS, 2022, p. 140.
[149] SMART, Ninian. *Worldviews, crosscultural explorations of human beliefs. 2 ed. Englewood Cliffs, New Jersey: Prentice Hall*, 1995 a*pud* MARTINS, 2022, p. 141-142..
[150] RODRIGUES, 2021, p. 107.

Certificado pelo Programa de Pós-Graduação Profissional da Faculdade Unida de Vitória – 13/12/2023

fatos reais e históricos e o estudo de sistemas ou ideias. Ele acreditava que essa ciência deveria olhar para diferentes aspectos da religião, como o que é a religião, como as pessoas vivenciam a religião e como a religião é expressa no mundo real. Hoje, essa abordagem é chamada de interdisciplinar, porque combina diferentes áreas de estudo das Ciências Humanas.[151]

Acredita-se que a compreensão empática é a abordagem fenomenológica ideal para se compreender a experiência religiosa e, por isso, ela servirá como base para o desenvolvimento de uma proposta de ER que fomente a Cultura de Paz nas escolas. Diante disso, segue-se a próxima seção que estabelece a relação entre as Ciências das Religiões, o ER e a Regra de Ouro.

2.3 As Ciências das Religiões, o Ensino Religioso e a Regra de Ouro

A fenomenologia da religião é uma maneira de estudar as religiões que envolve descrever, comparar e organizar as religiões. Isso significa entender a experiência do crente a partir de sua própria perspectiva e mergulhar no universo do indivíduo religioso. O que torna essa abordagem tão valiosa é que ela não dispensa o trabalho etnográfico. A conexão entre fenomenologia e Antropologia é vista na importância dada à perspectiva daqueles que vivem a religião, uma perspectiva interna à religião, representada pelos diferentes pontos de vista dos religiosos. E é isso que uma disciplina como o ER deve abordar em uma escola pública: o conhecimento sobre a diversidade religiosa e a promoção do respeito ao direito de escolha do outro em viver ou não uma religião. Para aqueles que professam uma crença e para aqueles que não atribuem um valor fundamental à religião, é importante destacar que a essência da experiência religiosa - sob diferentes formas de religiosidade, seja institucionalizada ou não - se traduz na possibilidade de dar sentido à existência, espiritual e moralmente.[152]

Rodrigues propõe três princípios fundamentais para a prática pedagógica do ER baseada nas Ciências das Religiões: a) o ER deve levar em conta que todas as religiões se manifestam tanto no plano histórico (dimensão objetiva) quanto no plano da fé (dimensão subjetiva). Devido à complexidade de seu objeto de estudo, o ER necessita de uma abordagem interdisciplinar para uma melhor análise e entendimento do fenômeno religioso, permitindo uma visão multifacetada do mesmo; 2) a experiência religiosa é simultaneamente uma forma de comunicação, um meio de atribuir significado e um instrumento de poder. Ela possibilita

[151] RODRIGUES, 2021, p. 108.
[152] RODRIGUES, 2021, p. 117-118.

Certificado pelo Programa de Pós-Graduação Profissional da Faculdade Unida de Vitória – 13/12/2023

aos fiéis interpretarem e organizarem a realidade social; 3) ao considerar a religião como um fenômeno, o ER não deve julgar a existência ou inexistência de seres superiores postulados pelas várias tradições religiosas. O foco do ER é entender como a experiência religiosa serve como um importante referencial para a interpretação do mundo por alguns indivíduos, enquanto para outros, representa apenas mais uma maneira de viver. Em resumo, o objetivo do ER não é comprovar a veracidade do conhecimento religioso, mas entender como algumas pessoas, a partir de suas experiências de fé, interpretam e atribuem significado aos aspectos da vida.[153]

A autora enfatiza que esses princípios funcionam como um guia para o desenvolvimento de habilidades específicas. Essas habilidades permitirão aos educadores, não apenas entender o fenômeno religioso, mas também, a capacidade de refletir sobre ele. Isso contribuirá para a promoção de um conhecimento sobre o fenômeno religioso que seja relevante e comprometido com um processo educativo que possa transformar tanto estudantes quanto professores.[154]

É importante pontuar que os objetivos, procedimentos e público-alvo das Ciências das Religiões, como uma área de conhecimento, são distintos dos objetivos, procedimentos pedagógicos e público-alvo da educação escolar. Por isso, para elaborar uma proposta de ER é necessário pensar nos fundamentos da educação que, conjugados com os saberes religiosos oriundos das Ciências das Religiões, possam alcançar os objetivos da educação escolar. A educação possui vertentes filosóficas distintas que a conceituam e que servem a determinados interesses sociais. Essas mobilizam ideais de ser humano e sociedade que querem alcançar, e o ER pode contribuir para esses objetivos ao lado dos outros componentes curriculares da escola. Nesse sentido, pensa-se na realidade brasileira, que se pretende democrática e laica, é necessário que o ER siga uma teoria da educação que se paute nesses princípios.[155]

Nesse sentido, o presente trabalho segue a vertente de educação como transformação social. Conforme explica Martins, essa vertente toma a educação como uma ferramenta para mudar a sociedade para melhor. Para isso, defende que o ensino seja relevante e impacte a vida dos/as estudantes, leva em conta as experiências e vivências dos/as alunos/as. É nesse ponto que entra o conceito de experiência religiosa de Wach. Para entender como a religião afeta a vida das pessoas e a sociedade, é preciso ouvir o que a própria religião diz sobre si mesma. Precisa-se entender os significados internos da religião, não apenas as manifestações externas. Considera-se que, às vezes, a religião pode contribuir para manter uma sociedade desigual.

[153] RODRIGUES, 2021, p. 165-166.
[154] RODRIGUES, 2021, p. 163.
[155] MARTINS, 2022, p. 137.

Certificado pelo Programa de Pós-Graduação Profissional da Faculdade Unida de Vitória – 13/12/2023

Portanto, é importante equipar os/as estudantes com o conhecimento e as ferramentas necessárias para transformar suas experiências. Isso os ajudará a agir como cidadãos em uma verdadeira democracia.[156]

Dito isso, a construção da proposta pedagógica de ER que aqui se apresenta, pauta-se na pedagogia histórico-crítica. A pedagogia histórico-crítica é uma abordagem educacional que busca integrar o ensino com a realidade social e histórica dos/as alunos/as. Contrapõe-se a abordagens mais tradicionais ou liberais e foca na interação entre professores/as e estudantes como agentes sociais ativos.[157]

Nessa visão, a interação social é o núcleo do ensino. Professores/as e alunos/as participam dessa interação, mas cada um vivencia de uma forma diferente. Os/as professores/as têm uma visão mais completa e organizada da interação social, enquanto os/as estudantes podem ter uma visão mais fragmentada e confusa. A partir dessa interação social comum são identificados os problemas que a escola deve tratar, em seguida são buscados os conhecimentos necessários para resolver esses problemas. Quando os/as alunos/as conseguem assimilar esses conhecimentos atinge-se o ápice do processo educativo. Por fim, os/as alunos/as conseguem entender a interação social de uma forma mais organizada, similar à dos/as professores/as no início do processo. Nesse ponto, os/as estudantes estão equipados com as ferramentas culturais necessárias para se tornarem participantes ativos na transformação social.[158]

Dermeval Saviani enfatiza que a pedagogia histórico-crítica busca superar a fragmentação do conhecimento em disciplinas escolares. Além disso, cabe destacar que a fundamentação psicológica dessa pedagogia se apoia em Vigotski. Esse último defende que as funções superiores, exclusivas dos humanos, compreendem a capacidade de sentir, perceber, prestar atenção, lembrar, usar a linguagem, pensar, imaginar e ter emoções e sentimentos e a escola é crucial para o desenvolvimento dessas funções. Vigotski argumenta que as crianças aprendem essas funções através do contato com os adultos, especialmente em um ambiente de aprendizado sistemático, onde o adulto é geralmente o professor. Para ele, o desenvolvimento que pretende ser efetivo não segue o ritmo natural da criança, mas sim, o antecipa e o eleva.[159]

Saviani acredita que a educação tem um papel importante na formação do ser humano, especialmente, em momentos de crise social. Ele defende que a educação deve permitir que

[156] MARTINS, 2022, p. 138.
[157] BATISTA Eraldo Leme; LIMA, Marcos Roberto. *Laplage em Revista*, Sorocaba, v.1, n.3, p. 67-81, set.- dez. 2015. p. 71.
[158] SAVIANI, Dermeval. A pedagogia histórico-crítica. *Revista RBBA*, Vitória da Conquista, v. 3, n. 2, p. 11-36, dez. 2014. p. 30-31.
[159] SAVIANI, 2014, p. 34.

Certificado pelo Programa de Pós-Graduação Profissional da Faculdade Unida de Vitória – 13/12/2023

cada pessoa se aproprie dos conhecimentos que foram acumulados pela humanidade ao longo da história. Isso acontece em condições sociais e históricas específicas. A filosofia marxista enfatiza a importância da história no processo de evolução dos seres humanos, todavia, simplesmente nascer e viver em sociedade ou ter contato com as realizações humanas não é suficiente para que os indivíduos se tornem parte da história e se humanizem. Eles precisam de educação, que envolve a transmissão de cultura material e simbólica por parte de outros indivíduos.[160]

Se a humanização é o resultado das relações sociais e do aprendizado que resulta dessas relações, é necessário analisar as condições sob as quais os indivíduos se humanizam (ou se desumanizam). Em uma sociedade de classes, essas condições não são igualmente disponíveis para todos. Tanto a pedagogia histórico-crítica quanto a psicologia histórico-cultural defendem a socialização do conhecimento como função da educação escolar, através da qual os indivíduos podem desenvolver a consciência e assim transformar a si mesmos e à sociedade. A elevação da consciência ocorre através da apropriação da cultura em suas formas mais desenvolvidas, que é acessada sistematicamente e intencionalmente através da escola. Saviani defende o ensino escolar em relação à formação da consciência, não se referindo à consciência ingênua, impotente e ilusória, mas a uma consciência crítica, com clareza dos limites e condicionantes objetivos aos quais estamos submetidos. Em tempos de obscurantismo, retrocessos e fundamentalismos, com ataques diários e violentos à classe trabalhadora, defender a escola é um ato de resistência e uma forma de ter esperança na construção de uma sociedade mais igualitária.[161]

Nessa perspectiva, a estratégia pedagógica - que está sendo aqui elaborada para o ER - não é usar a Regra de Ouro como ferramenta para instrumentalizar a experiência religiosa, partindo de suas crenças e valores e, assim, ensinar os/as estudantes a serem democráticos. Esse papel é das instituições religiosas e, não, da escola. Em vez disso, compreende-se que religião é algo que os sujeitos usam para entender a própria vida e, por isso, busca-se compreender a religião do ponto de vista das pessoas que a praticam, numa abordagem empática, por meio de um ER humanizador.[162]

O ER humanizador é uma proposta de Martins, pautada na perspectiva de Wach. Nessa, a religião é compreendida como um fundamento, estritamente, humano. A autora propõe

[160] MARSIGLIA, Ana Carolina Galvão; MARTINS, Lígia Márcia. A natureza contraditória da educação escolar: tensão histórica entre humanização e alienação. *Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação*, Araraquara, v. 13, n. 4, p. 1697–1710, out.-dez. 2018. p. 1706-1707.
[161] MARSIGLIA; MARTINS, 2018, p. 1707.
[162] MARTINS, 2022, p. 138.

Certificado pelo Programa de Pós-Graduação Profissional da Faculdade Unida de Vitória – 13/12/2023

instrumentalizar os/as estudantes com saberes das ciências para que transformem suas experiências religiosas em democráticas, fundamentadas numa ética universal. Nessa perspectiva o ER não é justificado por uma motivação religiosa, mas sim, por um pressuposto ético-democrático. A estratégia é construir características que façam a experiência religiosa cada vez mais democrática.[163]

A educação humanizadora se refere ao papel da educação em promover o desenvolvimento humano, e em proporcionar um entendimento abrangente da produção cultural humana. A escola é vista como o local principal para a aquisição desses conhecimentos, onde se formam indivíduos para atuação em uma sociedade democrática. Para isso, os conhecimentos específicos de cada área, bem como as ferramentas para a aquisição desses conhecimentos, são utilizados com o objetivo de transformar as práticas sociais dos indivíduos. Considera-se o ER como parte crucial desse processo, pois reconhece a experiência religiosa como um fenômeno humano e sociocultural. Essa experiência é parte integrante da formação dos indivíduos religiosos e tem uma influência significativa nas relações humanas. Ou seja, a experiência religiosa dos indivíduos tem um impacto direto no ideal de cidadania e democracia que a educação busca promover.[164]

Faz-se necessário dizer, que a possibilidade de uso da Regra de Ouro como uma ferramenta didático-pedagógica para o ER não se baseia no pressuposto de um ER como programa moral.[165] Corrobora-se com Alexandre Maia quando diz que o ER visto

> [...] como programa moral tem potencial para privar o educando de um espaço público e republicano em que possa exercer de forma autônoma a crítica, inclusive dos valores permeados pelos dogmas religiosos e, por conseguinte, tolher-lhe o direito constitucional de escolher livremente sua religião.[166]

O autor argumenta que se o ER for tratado como um programa moral, pode acabar por privar o estudante de um espaço público e republicano, no qual ele possa exercer autonomamente a crítica, inclusive dos valores permeados pelos dogmas religiosos. Isso, por sua vez, pode limitar seu direito constitucional de escolher livremente sua religião. Em outras

[163] MARTINS, 2022, p. 125.
[164] MARTINS, 2022, p. 125.
[165] No julgamento da ADI nº 4439/DF pelo STF, o Ministro Alexandre de Moraes assumiu como premissa a possibilidade de a moral e o transcendente serem vistos como objetos do ensino religioso confessional. Entretanto, essa abordagem é criticável, visto que mitiga indevidamente os princípios constitucionais da liberdade religiosa e da laicidade, ao conferir legitimidade à manifestação em ambientes institucionais, os das escolas públicas, de programas de difusão de valores associados a uma específica religião: a cristã (MAIA, Alexandre Forte. O Ensino Religioso confessional como programa moral na visão do Supremo Tribunal Federal. *Rev. Hist. UEG*, Morrinhos, v.9, n.1, p. 1-16, jan./jun. 2020. p. 13).
[166] MAIA, 2020, p. 4.

Certificado pelo Programa de Pós-Graduação Profissional da Faculdade Unida de Vitória – 13/12/2023

palavras, o ER deve promover o pensamento crítico e a liberdade de escolha, em vez de impor uma moralidade específica.

Ele prossegue explicando que a sociedade deve determinar se os valores sociais são apropriados para o contexto social atual, em vez de permitir que os valores religiosos ditem as regras desse contexto.[167] Deve considerar a natureza cultural e social das religiões, pois os valores derivados delas são variáveis, plurais e muitas vezes conflitantes e concorrentes. Isso torna inviável a criação de um programa axiológico que possa abranger todos os valores defendidos pelos dogmas das diversas religiões de maneira simultânea, plural e inclusiva.[168]

Além disso, se o ER promover um valor específico baseado em uma crença particular, através de uma abordagem confessional, isso implicaria em ignorar a diversidade e pluralidade presentes na sociedade brasileira, que são reconhecidas e protegidas pela Constituição. Resultaria em uma limitação da liberdade religiosa e do caráter laico do Estado. Essa situação é agravada pelo fato de que, no Brasil, devido a circunstâncias históricas e culturais, a tradição cristã ainda é predominante e tem primazia na articulação de seus símbolos e mitos nos espaços públicos.[169]

Ao retomar a discussão sobre a compreensão empática, esta aparece como uma metodologia desde o primeiro contato do/a docente com a experiência religiosa até a ação tomada pelo/a discente, frente à experiência religiosa, por meio do que foi aprendido no ER. Sendo assim, essa abordagem perpassa todo o processo de ensino-aprendizagem. Dito isso, passa-se à explicação dos elementos indispensáveis para a aplicação da abordagem da compreensão empática no ER.[170]

Martins aponta três elementos: o interesse pela diversidade; o caráter comum na identidade e a imaginação e a outridade. No interesse pela diversidade, o/a docente deve conquistar o interesse do/a aluno/a pôr aquilo que é diferente. A estratégia é trazer as próprias experiências religiosas do/a estudante para a sala de aula, corroborando com Saviani, quando diz que o ponto de partida do processo deve ser a prática social do/a discente.[171]

O caráter comum na identidade passa pela dialética entre identidade e diferença. A ideia não é que o/a estudante vivencie a experiência religiosa do outro, mas compreender que essa experiência também constitui sentidos e significados para a vida desse outro, apesar de ser diferente em suas formas de se expressar. Por ser a religião uma experiência humana, a

[167] MAIA, 2020, p. 5.
[168] MAIA, 2020, p. 6.
[169] MAIA, 2020, p. 6.
[170] MARTINS, 2022, p. 142.
[171] SAVIANI, 2012 apud MARTINS, 2022, p. 146.

Certificado pelo Programa de Pós-Graduação Profissional da Faculdade Unida de Vitória – 13/12/2023

compreensão empática possibilita isso. Colocar-se no lugar do outro, buscar compreender a importância e a centralidade da sua experiência religiosa, faz com que o sujeito se solidarize e se aproxime daquele que lhe era tão diferente. Agindo assim, o/a estudante não percebe só o outro, mas se percebe como igual e reflete sobre suas próprias atitudes. Desse modo o ER pode ser um espaço de autoconhecimento e de autoconstrução.[172]

Por fim, a imaginação e a outridade é o elemento no qual o/a estudante dá lugar à imaginação, para que, a partir dela, seja capaz de transcender a sua própria experiência. Nessa esteira, o/a professor/a deve incentivar a imaginação dos/as alunos/as. Ele problematiza situações e coloca questões relacionadas às práticas sociais nas quais a experiência religiosa aparece. Assim, fomenta-se que o/a estudante queira saber mais sobre o assunto e, quando o conteúdo é colocado, ele demonstra o que aprendeu dos conteúdos teóricos, das relações práticas e dos efeitos das religiões no cotidiano, por meio da comparação de suas experiências com as experiências dos outros.[173]

A compreensão empática atinge seu ponto máximo com a imaginação, que possibilita a percepção tanto dos elementos externos da experiência religiosa (conteúdos objetivos) quanto dos elementos internos (a essência do conteúdo). A imaginação permite ao/à estudante refletir sobre sua própria experiência em relação à experiência do outro. Nessa reflexão, ele é capaz de responder às perguntas feitas sobre a experiência e sua prática social, percebendo a necessidade de transformação. É nesse ponto que o/a estudante consegue demonstrar sua mudança. Se na fase de instrumentação foi possível realizar a análise, agora o/a aluno/a é capaz de mostrar a síntese. Este é o momento na pedagogia histórico-crítica, conhecido como catarse: a expressão elaborada da nova forma de entender a prática social. Após a realização da compreensão empática, ou seja, a apropriação dos conteúdos e dos processos de sua construção (mesmo que de forma provisória), chega o momento em que o/a estudante deve apresentar o quanto ele conseguiu solucionar daquele problema em questão.[174]

Tomando como temática central para o projeto do plano de ação de ER a Regra de Ouro, busca-se enfatizar o princípio da reciprocidade presente na premissa: faça aos outros aquilo que você quer que façam com você. Por meio do uso da compreensão empática, enquanto método de análise e compreensão da experiência religiosa do outro, é possível nutrir o respeito e a compaixão por aqueles que pareciam tão diferentes. A Regra de Ouro por si só pode não trazer mudanças, mas quando atrelada ao exercício constante da empatia e da

[172] MARTINS, 2022, p. 157.
[173] MARTINS, 2022, p. 173.
[174] MARTINS, 2022, p. 174.

Certificado pelo Programa de Pós-Graduação Profissional da Faculdade Unida de Vitória – 13/12/2023

reciprocidade, pode gerar mudança de consciência, para uma vida em sociedade com mais compaixão, que é a essência dessa Regra.

Nesse sentido, durante as práticas de ensino de ER, é essencial garantir que as crianças e os/as jovens tenham acesso a informações precisas e respeitosas sobre outras tradições, religiões e culturas. O/a docente tem a responsabilidade de promover uma apreciação positiva da diversidade cultural e religiosa pelos/as estudantes. Ressalta-se que a compaixão não será aprendida se somente se pensar nela; é necessário praticá-la no dia a dia.

Além disso, é crucial cultivar uma empatia informada em relação ao sofrimento de todos os seres humanos, mesmo daqueles que são considerados inimigos. A compaixão, que nasce da profunda interdependência, é essencial para as relações humanas e para a realização plena da humanidade. Em apoio a Armstrong, é necessário que a escola desafie as crianças e os jovens a adotar um estilo de vida compassivo. Nesse caminho, pode-se projetar uma sociedade mais igualitária e democrática, pautada numa Cultura de Paz.

PPGPCR
Faculdade Unida de Vitória

Certificado pelo Programa de Pós-Graduação Profissional da Faculdade Unida de Vitória – 13/12/2023

3 UMA PROPOSTA PEDAGÓGICA DE ENSINO RELIGIOSO PARA UMA CULTURA DE PAZ

Este capítulo traz as definições metodológicas deste trabalho, seus procedimentos de coleta de dados e as produções científicas principais para sua fundamentação. Para melhor entendimento da estruturação da proposta pedagógica, apresenta características, avanços e desafios do ER de Fortaleza e, logo a seguir, traz o plano de ação de ER intitulado *A paz no mundo começa em mim.*

3.1 Caminhos metodológicos

Esta é uma pesquisa qualitativa, de cunho exploratório e descritivo. Isso porque, teve como objetivo principal apresentar como o ER pode auxiliar na implementação de uma Cultura de Paz no Ensino Fundamental I de uma escola da Rede de Ensino de Fortaleza-CE. Para isso, necessitou coletar informações de documentos oficiais do Estado, de descrever características do ER do município investigado e de analisar trabalhos científicos que falam sobre a Cultura de Paz. Nesse sentido, corrobora-se com Arilda Godoy quando diz que, na investigação qualitativa, a compreensão de um fenômeno é mais completa quando o analisa-se numa perspectiva integrada, dentro do contexto no qual ele é parte.[175]

Este estudo também é classificado como bibliográfico e documental. Os dados foram coletados em documentos como a BNCC, as Diretrizes curriculares para o ensino fundamental do sistema público municipal de ensino de Fortaleza e resoluções do estado do Ceará. Também utilizou-se da *Carta para Compaixão*, um documento que foi elaborado por Karen Armstrong para ser usado mundialmente, como ferramenta para o fomento da empatia e da compaixão. A utilização de materiais diversos auxiliou na aquisição de novas informações ou trouxe interpretações complementares para este trabalho.[176]

Em relação ao material bibliográfico recorreu-se a dissertações que investigaram como o ER acontece nas escolas municipais de Fortaleza, além de debruçar-se, principalmente, na pedagogia histórico-crítica de Dermeval Saviani, na tese de doutorado da pesquisadora Nathália Martins, que traz reflexões e propostas de um ER humanizador e na obra de Elisa Rodrigues, que propõe um ER reflexivo. Tais produções alicerçaram o plano de ação de ER

[175] GODOY, Arilda Schmidt. Pesquisa qualitativa: tipos fundamentais. *Revista de Administração de Empresas*. São Paulo, v. 35, n.3, p, 20-29, 1995. p. 21.
[176] GODOY, 1995, p. 21.

Certificado pelo Programa de Pós-Graduação Profissional da Faculdade Unida de Vitória – 13/12/2023

apresentado aqui como uma possibilidade para o desenvolvimento da Cultura de Paz no Ensino Fundamental I de uma escola municipal.

Por fim, cabe esclarecer que o Ensino Fundamental I foi escolhido pela maior identificação da pesquisadora com esse nível de ensino. Sua experiência de 13 anos como professora de crianças, auxiliou na elaboração de uma proposta de ER mais específica e qualificada para essa faixa etária.

Certificado pelo Programa de Pós-Graduação Profissional da Faculdade Unida de Vitória – 13/12/2023

3.2 A identidade do ER do município de Fortaleza

Em sua pesquisa sobre a identidade do ER em Fortaleza, Matias Cunha relata que esse componente curricular passou a ter mais legitimidade nessa cidade, a partir do concurso público para professor que aconteceu em 2001. Nesse tempo, a disciplina estava amparada pelo parecer 449 de 1998 do Conselho Estadual de Educação do Estado do Ceará (que segue a LDB) ao qual orientava sobre a natureza, as finalidades e maneiras de introdução do conteúdo do ER nas escolas. Segundo o referido autor, até então, o ER recebia muitas reclamações, os pais e familiares relatavam que a aula ficava nos últimos horários e os/as alunos/as acabavam não frequentando como deveriam, pois, sabiam da não obrigatoriedade, além da questão da ausência de formação específica junto aos professores regentes.[177]

O ER de Fortaleza, segue, além dos documentos normativos nacionais, a Resolução 404/2005 do Estado do Ceará. Essa, em seu artigo 1º, estabelece que esse componente é disciplina obrigatória no Ensino Fundamental do estado, devendo constar no plano de ação da escola, assim como consta na organização curricular. Também estabelece que os conteúdos das aulas serão elencados pela escola, baseando-se nos documentos nacionais e sob a coordenação da Secretaria da Educação Básica do Estado.[178] Esses conteúdos devem ser tratados de duas formas, de acordo com a Secretaria Municipal de Educação de Fortaleza: pelo desenvolvimento de aulas dialogadas e o desenvolvimento de projetos educativos ligados a outras áreas de conhecimento.[179]

De acordo com os preceitos constitucionais, o/a aluno/a maior de idade opta por cursar ou não a disciplina; se for menor de idade essa escolha vem dos responsáveis pelo aluno/a. A mencionada Resolução esclarece que o ER deve subsidiar o estudante no entendimento do

[177] CUNHA, Matias Rebouças. *Ensino Religioso nas escolas públicas municipais de Fortaleza*: em busca de uma identidade. Dissertação (Mestrado em Ciências das Religiões) - Faculdade Unida de Vitória, Vitória, 2019. p. 50.
[178] CEARÁ. Conselho de Educação do Ceará. *Resolução n.º 404/2005*. [Dispõe sobre a disciplina Ensino Religioso a ser ministrada no Ensino Fundamental, nas escolas da rede pública do Sistema de Ensino do Estado do Ceará e dá outras providências]. Ceará: Governo do Estado do Ceará. [*online*].
[179] SOUZA, 2019, p. 57.

fenômeno religioso, existente nas diferentes culturas, com suas tradições; dar competência para que o/a estudante relacione esses conhecimentos com de outras áreas; fazer com eles respeitem a diversidade humana em diferentes aspectos; incentivar a fraternidade e a solidariedade; despertar o interesse nos valores humanos e formar o educando de modo integral, contemplando aspectos somáticos, emocionais e espirituais.[180]

A Resolução 404/2005 também determina que para ministrar a disciplina nas escolas, o/a docente deve ter diploma reconhecido de Licenciatura Plena em Ciências das Religiões com habilitação em Ensino Religioso. Todavia, na falta desses docentes o ER pode ser ministrado, supletivamente, nas séries iniciais do Ensino Fundamental por professores/as pedagogos/as que comprovem curso de formação religiosa que considerem aspectos das Diretrizes Curriculares.[181] Para as séries finais do Ensino Fundamental o ER pode ser

> ministrado por docente que apresente a formação religiosa obtida em curso de graduação reconhecido e seja habilitado por Programa Especial de Formação Pedagógica, voltado para o Ensino Religioso, regulamentado pela Resolução n.º02/1997 do CNE/CEB ou por legislação sucedânea sobre a espécie, oferecido por instituição de ensino credenciada.[182]

Segundo Francisco Leão, a elaboração das Diretrizes curriculares para o Ensino Fundamental do sistema público municipal de ensino de Fortaleza não teve a participação de todas as instituições previstas para construção do documento, o que é um problema grave, já que é um importante documento histórico, pedagógico e teórico para educação pública de Fortaleza. Contudo, essas Diretrizes estão em conformidade com o que é previsto pelo FONAPER e o ER é compreendido como uma disciplina que toma como base a natureza da própria escola.[183] Excluindo de suas perspectivas a catequização, as Diretrizes mencionadas seguem os princípios: antropológico; metodológico; da religião como elemento constitutivo do ser; político; da pluralidade; da esperança; estético e lúdico; do cuidar do ser.[184]

Já a Secretaria Municipal de Educação de Fortaleza, estabeleceu 5 eixos norteadores para o trabalho do ER: Eixo I: Culturas e Tradições Religiosas – aprender a ser para conviver melhor; Eixo II: Escrituras Sagradas e/ou Tradições Orais: orientações concretas para a vida;

Certificado pelo Programa de Pós-Graduação Profissional da Faculdade Unida de Vitória – 13/12/2023

PPGPCR Faculdade Unida de Vitória

[180] SOUZA, 2019, p. 57-58.
[181] CEARÁ. *Resolução n.º 404/2005.*
[182] SOUZA, 2019, p. 58.
[183] LEÃO, Francisco Daniel Pereira. *O diálogo inter-religioso na prática pedagógica dos professores da rede pública municipal de Fortaleza*. Dissertação (Mestrado em Educação). Programa de Pós-Graduação em Educação Brasileira, UFC, Fortaleza, 2016. p. 76.
[184] GOIS, Flávia Regina de; DIAS, Ana Maria Iório (orgs.). *Diretrizes curriculares para o ensino fundamental do sistema público municipal de ensino de Fortaleza.* Fortaleza: Secretaria Municipal de Educação, 2011. p. 100.

Eixo III: Teologias – conhecimentos sobre o Divino; Eixo IV – Ritos: construir uma espiritualidade viva; Eixo V – Caráter e comportamento: fins e significados para uma vida feliz.[185]

Vê-se que os cinco eixos organizadores dos conteúdos do ER permitem a abordagem de diversos temas específicos. Eles proporcionam aos estudantes a oportunidade de desenvolver seu próprio senso crítico e tomada de decisões, ao unir o conhecimento adquirido com suas crenças, valores e opiniões (primeiro eixo). O segundo eixo abrange a análise dos textos sagrados, bem como a exploração da revelação e da exegese religiosa. No terceiro eixo, os estudantes podem aprofundar-se no conhecimento sobre o Sagrado, incluindo as divindades e as verdades da fé de cada religião. O eixo quatro trata dos rituais e símbolos das diversas crenças. Por fim, o quinto eixo possibilita a discussão acerca da alteridade, dos valores e dos limites inerentes a cada sistema religioso.

Acredita-se que, com a abordagem desses conteúdos, é possível inserir diversos temas relacionados à Cultura de Paz, principalmente no Eixo I e no Eixo V. Ao tratar dos próprios valores e crenças e conhecer os dos outros colegas, é possível identificar as diferenças e as proximidades desses sistemas religiosos, podendo utilizar-se da compreensão empática para o exercício da Regra de Ouro.

Cunha considera que a atual proposta curricular do município de Fortaleza para o ER demonstra um avanço frente às propostas anteriores, pois estas não faziam uma distinção clara entre Teologia e ER. Nesse sentido, o ER deve evitar qualquer sectarismo, respeitar e preservar as escolhas religiosas dos/as estudantes.[186]

A pesquisa de Cunha verificou que esse componente curricular alcançou elevado grau de eficácia, mas possui alguns problemas que podem ser melhorados. Segundo o autor, quantidades consideráveis de estudantes não sabem dizer qual é a utilidade do ER em suas vidas, o que o levou a entender que, talvez, a disciplina esteja distanciada da realidade dos estudantes. Outro apontamento foi de que os/as alunos/as não percebem a relação entre ER e a cultura local do Ceará. O pesquisador também identificou certo grau de rejeição dos/as alunos/as e dos/as professores/as acerca de temas que envolvem a diversidade e a inclusão e elevado percentual de educadores e estudantes que reprovam os níveis de liberdade de expressão das aulas de ER. Por último, o autor encontrou mais duas fragilidades importantes: os/as estudantes não souberam responder sobre a relação do ER e a liberdade da mulher e nem

[185] GOIS; DIAS, 2011, p. 110-111.
[186] CUNHA, 2019, p. 58.

Certificado pelo Programa de Pós-Graduação Profissional da Faculdade Unida de Vitória – 13/12/2023

sobre o ER e problemas referentes ao cotidiano dos/as educandos/as. Contudo, ele aponta que a principal problemática é a grande quantidade de professores sem formação ideal para ministrar o componente curricular. Certamente, esse é um dos motivos para as fragilidades e problemas identificados.[187]

Souza em seu estudo sobre o ER em Fortaleza comprovou que tal disciplina tem sido ministrada com considerável nível de competência e eficácia pelos professores e busca seguir o que diz a Constituição Federal e a BNCC. Avaliou que o ER necessita de duas pequenas mudanças que são a ampliação do quadro de professores com formação específica em ER e a busca, pelos docentes, de métodos variados para o ensino dos conteúdos, com vista à participação e motivação dos/as alunos/as.[188]

Esse panorama do ER em Fortaleza já apresenta algumas pistas sobre o componente curricular de ER na escola pesquisada. Juntamente com as produções acadêmicas que fundamentam este trabalho, elas auxiliarão na elaboração do plano de ação ora proposto.

3.3 Projeto de ER: A paz no mundo começa em mim

A paz do mundo
Começa em mim
Se eu tenho amor
Com certeza sou feliz
Se eu faço o bem ao meu irmão
Tenho a grandeza dentro do meu coração

Chegou a hora da gente construir a paz
Ninguém suporta mais o desamor

Paz pela paz - pelas crianças
Paz pela paz - pelas florestas
Paz pela paz - pela coragem de mudar

Paz pela paz - pela justiça
Paz pela paz - a liberdade
Paz pela paz - pela beleza de te amar[189]

Esta composição do artista Nando Cordel foi escolhida para este Projeto de ER, pois representa a proposta de compaixão e de empatia na qual ele se fundamenta. Juntamente com a premissa da Regra de Ouro *faça aos outros aquilo que gostaria que fizessem com você*, essa letra leva a refletir sobre a responsabilidade de dar o primeiro passo em direção a um mundo

[187] CUNHA, 2019, p. 86-87.
[188] SOUZA, 2019, p. 86.
[189] PAZ pela paz. Intérprete: Nando Cordel. Compositor: Nando Cordel. *In*: CORDEL, Nando. Aconchego, [s.l.], [s.d.].

Certificado pelo Programa de Pós-Graduação Profissional da Faculdade Unida de Vitória – 13/12/2023

mais pacífico e sustentável. De modo simples, ela traz a mensagem de que a paz não é somente a ausência de guerra, mas um movimento contínuo e incessante de amor por si, pelo próximo e por aquilo que os cerca. Baseando-se nela, iniciam-se as reflexões e as ações, juntos aos/às estudantes de 1º ao 5º ano de uma escola municipal de Fortaleza, sobre a necessidade de mudança de atitudes e de cuidado uns dos outros e do meio em que se vive para que se tenha uma sociedade livre, mais justa e democrática. Daí o título do Projeto de ER: A paz do mundo começa em mim.

Seguindo essa perspectiva, esse Plano partiu das considerações de que os estudos acerca desse componente curricular na rede municipal de Fortaleza-CE apresentaram algumas potencialidades e desafios, observe a figura 1. A primeira potencialidade refere-se à elaboração da proposta curricular para o ER, o que significou romper com as práticas ultrapassadas de associação do ER com a Teologia. Essa elaboração foi realizada com embasamento nas Ciências das Religiões, bem como, identificou-se o atendimento às normatizações oficiais na condução das aulas de ER, mesmo com professores/as que não possuem formação específica.[190]

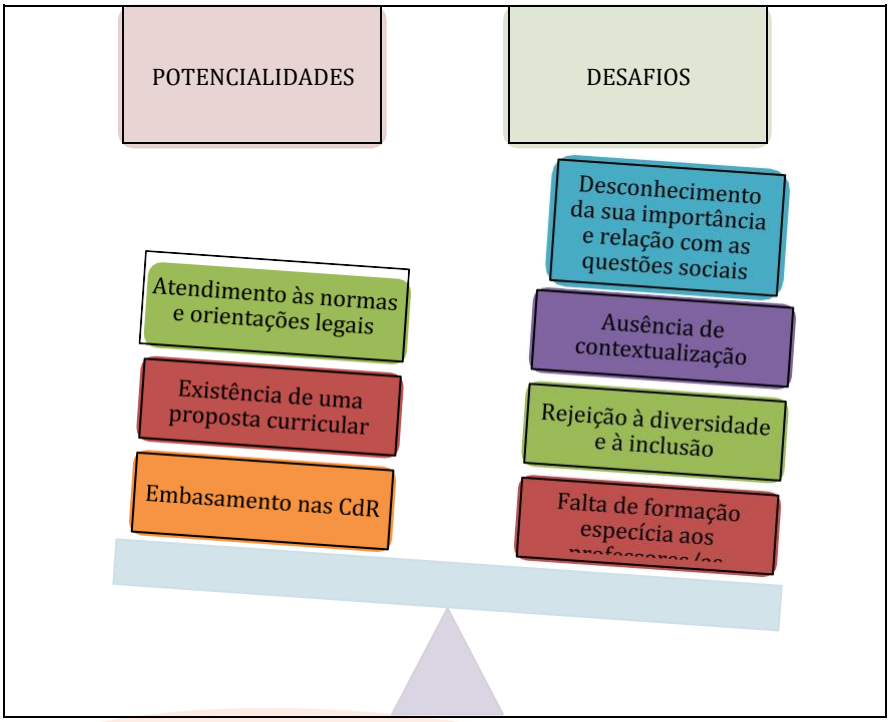
A respeito dos desafios, Matias Cunha esclarece, que alguns alunos/as não conhecem a importância e a utilidade do ER em suas práticas cotidianas, o que pode significar que não está havendo contextualização das temáticas desenvolvidas; não percebem e não conhecem a existência da relação entre ER e a cultura local da cidade, comunidade ou região; há desaprovação tanto de alunos/as quanto de professores/as acerca das temáticas que envolvem a diversidade e a inclusão; recusam-se a aceitar as questões referentes à liberdade de expressão das aulas de ER; e (talvez a mais interessante) a situação dos/as professores/as sem formação específica para as aula de ER,[191] o que pode justificar tantas fragilidades.

Certificado pelo Programa de Pós-Graduação Profissional da Faculdade Unida de Vitória – 13/12/2023

PPGCR Faculdade Unida de Vitória

[190] CUNHA, 2019. p. 86-87.
[191] CUNHA, 2019. p. 86-87.

Figura 1 Potencialidades e desafios do Ensino Religioso[192]



Mesmo que os desafios pareçam maiores que as potencialidades, na educação as consolidações das práticas pedagógicas são sistemáticas, acontecem de acordo com a equipe de gestão e equipe pedagógica, pois, a comunidade escolar é mediada pelos profissionais que atuam diretamente com os/as estudantes em uma dinâmica complexa e cheia de diversidades.

3.3.1 Etapas do Plano de Ação

1. Objetivo: fomentar a cultura da paz nas aulas de ER por meio da empatia e do diálogo e do trabalho interdisciplinar, ou seja, em interação com os demais componentes curriculares.
2. Público Alvo: alunos/as do Ensino Fundamental – Anos Iniciais – do 1º ao 5º ano.
3. Sensibilização: Apresentação do Projeto a equipe gestora e pedagógica da escola. Nessa fase é importante que toda essa equipe de profissionais esteja alinhada acerca das informações preliminares sobre a Regra de Ouro e sua relação com a Cultura de Paz.
4. Desenvolvimento das ações: essa fase possui 6 etapas:

a. Roda de Conversa sobre como a Regra de Ouro pode ser usada para reflexões e ações pedagógicas de promoção de uma Cultura de Paz: conceituação dos termos e reflexões sobre possíveis estratégias.

[192] Fonte: Construído pela autora. Cf. CUNHA, 2019, p. 86.

Certificado pelo Programa de Pós-Graduação Profissional da Faculdade Unida de Vitória – 13/12/2023

b. Planejamento: período em que os/as professores/as buscam as informações acerca da Regra de Ouro e da Cultura de Paz para relacionar às temáticas pertinentes aos objetivos do ER e dos outros componentes curriculares que vão aderir ao projeto.
c. Questões geradoras: As seguintes questões podem nortear inúmeras ações e atividades do Projeto - Como podemos aplicar a Regra de Ouro em nossas vidas? Como a Regra de Ouro pode melhorar os nossos relacionamentos com os familiares, os vizinhos e os colegas de escola? Como diferentes religiões interpretam e aplicam a Regra de Ouro? Como a rejeição a qualquer tipo de violência promove uma Cultura de Paz? Como a empatia promove a Cultura de Paz? Como a preservação do planeta promove uma Cultura de Paz? Como a solidariedade promove uma Cultura de Paz?
d. Definição das ações: fase em que os/as professores/as, a partir do planejamento elaborado, definem como desenvolver e alcançar os objetivos referentes às temáticas junto aos/às alunos/as. Sugere-se diversificar os métodos de ensino, utilizando-se de músicas, poemas, teatros, filmes, visitas, etc.
e. Buscar sensibilizar os/as estudantes para mudança de atitudes em suas vivências cotidianas e impulsioná-los a cumprir atividades/tarefas propostas pelo ER que os levem a exercitar a empatia e a compaixão.
f. Culminância: Registrar as músicas, as visitas e as atividades em um portfólio digital de cada turma. Tanto professores/as e alunos/as devem fazer registros de atividades e vivências que promovem a paz e a reciprocidade do bem. Em data específica os portfólios serão apresentados para as turmas envolvidas no Projeto.
g. Avaliação: a avaliação será processual. Cada professor de ER deve registar em seu diário os avanços e pontos a melhorar, registrar as experiências em vídeos e fotos e estimular os/as estudantes a fazerem o mesmo em suas vivências fora da escola. Encontros entre os professores envolvidos no projeto devem ser realizados por bimestre, com vistas a troca de experiências, novas ideias e ajustes.
h. Registro: Diário de campo dos professores e um caderno de ER para cada aluno/a. Ali serão registradas atividades propostas pelos professores e outras experiências vivenciadas fora do contexto das aulas.

3.3.2 Informações básicas para a implementação do Plano de Ação

Lista dos assuntos apresentados:

Certificado pelo Programa de Pós-Graduação Profissional da Faculdade Unida de Vitória – 13/12/2023

1. Conceitualização da Regra de Ouro e da Cultura de Paz;
2. Ensino Religioso e Cultura da Paz: objetivos comuns;
3. Princípios da Regra de Ouro e princípios para uma Cultura de Paz;
4. Áreas da Cultura de Paz;
5. Ciclo das mudanças propostas pela Cultura da Paz por meio da Regra de Ouro;
6. Ações da Cultura da Paz na Escola tendo a Regra de Ouro como embasamento para as ações; e
7. Ações da Cultura de Paz no ER via Regra de Ouro.

Esclarecimentos básicos para execução:

- 1. Conceitualização da Regra de Ouro e da Cultura de Paz: na fase inicial do projeto pretende-se apresentar o que é a Regra de Ouro e como seu exercício pode gerar a paz nas relações entre as pessoas; pretende-se, também, esclarecer o que é uma Cultura de Paz e como esse movimento tem acontecido no mundo inteiro, a fim de promover a paz mundial.

- 2. Ensino Religioso e Cultura da Paz: objetivos comuns. Os objetivos do Ensino Religioso na BNCC e da Cultura de Paz se alinham em muitos aspectos. Seguem algumas conexões: a) Aprendizagem dos conhecimentos religiosos, culturais e estéticos: este objetivo do Ensino Religioso na BNCC se alinha com a promoção da diversidade cultural e do respeito pela diversidade na Cultura de Paz; b) Direito à liberdade de consciência e de crença: este objetivo se alinha com o respeito pelos direitos humanos na Cultura de Paz; c) Promoção dos direitos humanos: este objetivo se alinha com a promoção da justiça social e da equidade na Cultura de Paz; d) Educação para a paz e para a não-violência: este objetivo da Cultura de Paz se alinha com a proposta da BNCC de proporcionar conhecimentos religiosos, culturais e estéticos a partir das manifestações religiosas percebidas na realidade dos educandos; e) Promoção da justiça social e da equidade: Este objetivo da Cultura de Paz se alinha com a proposta da BNCC de propiciar conhecimentos sobre o direito à liberdade de consciência e de crença.

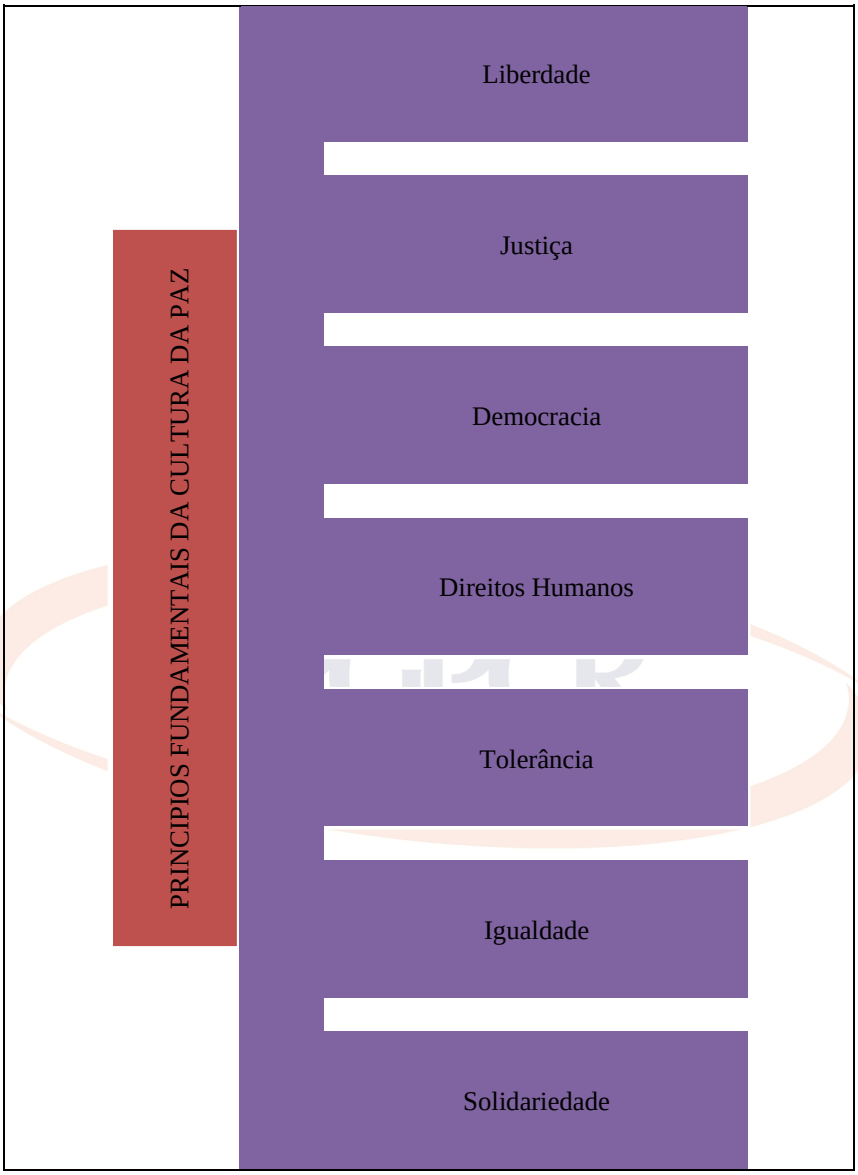
Nesse sentido, os/as alunos/as devem ser levados a conhecer melhor suas próprias experiências religiosas e as dos outros colegas, compreendê-las como fenômeno humano e entender que a pluralidade de culturas é característica intrínseca à vida no planeta Terra. Para que essa vida continue e siga um caminho de liberdade e paz é necessário respeito, tolerância e compaixão.

Certificado pelo Programa de Pós-Graduação Profissional da Faculdade Unida de Vitória – 13/12/2023

PPGPCR Faculdade Unida de Vitória

3. Princípios da Regra de Ouro e princípios para uma Cultura de Paz: trazer para os/as estudantes atividades e reflexões acerca desses princípios. Para a Regra de Ouro, os princípios da reciprocidade e da compaixão. Para a Cultura de Paz, observe a figura 2.

Figura 2: Princípios da Cultura da Paz[193]

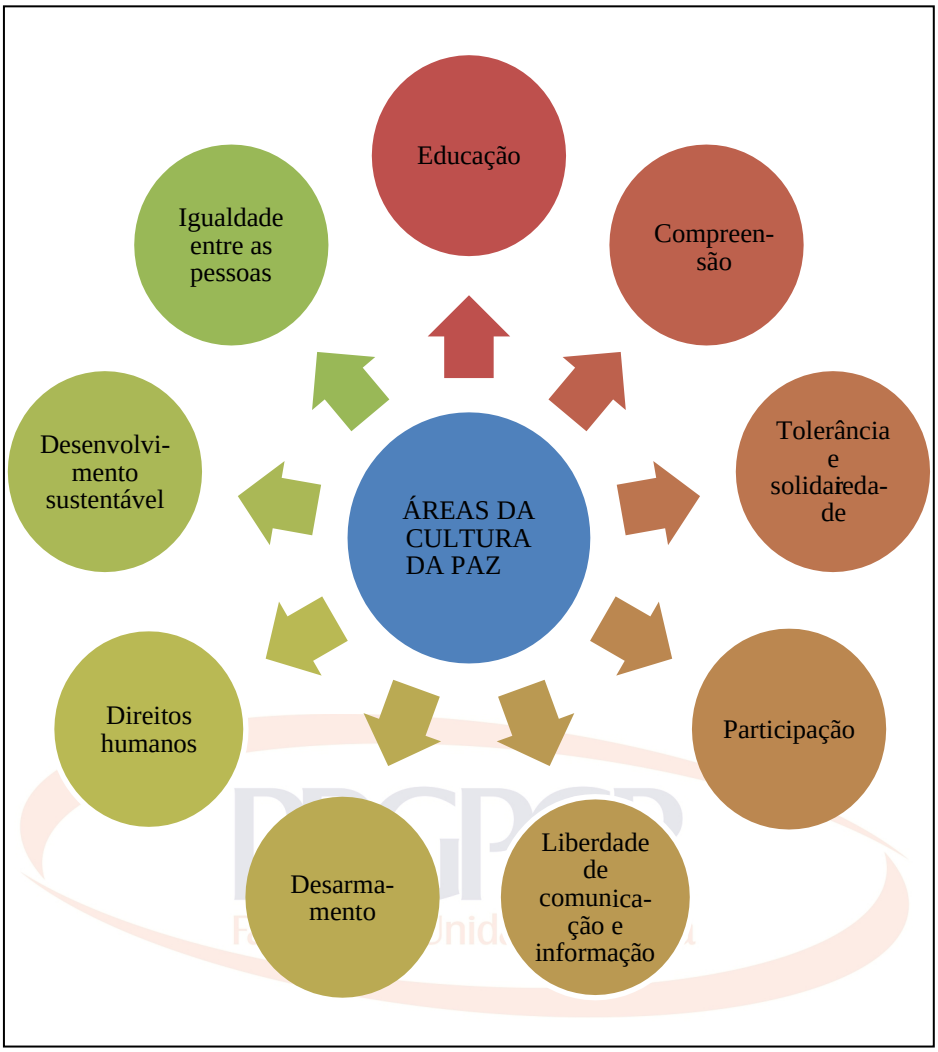


Certificado pelo Programa de Pós-Graduação Profissional da Faculdade Unida de Vitória – 13/12/2023

- 4. Áreas da Cultura de Paz para serem desenvolvidas: atividades que desenvolvam cada área e suas relações com a promoção de uma Cultura de Paz. Essas áreas se apresentam na figura 3:

[193] Fonte: Construído pela autora. Cf. DUPRET, 2002, p. 91.

Figura 3: Áreas da Cultura da Paz para serem desenvolvidas[194]



- 5. Ciclo das mudanças propostas pela Cultura da Paz por meio da Regra de Ouro: reflexões acerca de suas próprias crenças religiosas, conhecimento e contato acerca de outras religiões e como cada uma compreende a paz. Situações-problema para serem discutidas em grupos e propor possibilidades de resoluções de modo empático e pacífico.

- 6. Ações da Cultura da Paz na Escola tendo a Regra de Ouro como embasamento para as ações: cinema na escola - trazer filmes que tratam da temática com um roteiro de perguntas que os/as alunos/as irão responder e debater com os pares; caminhada ou pedalada pela paz na comunidade; semana das brincadeiras cooperativas - jogos cooperativos durante as aulas de Educação Física; semana de arte pela paz - elaboração de trabalhos artísticos junto à disciplina de Arte que transmitem mensagens sobre a Cultura de Paz.

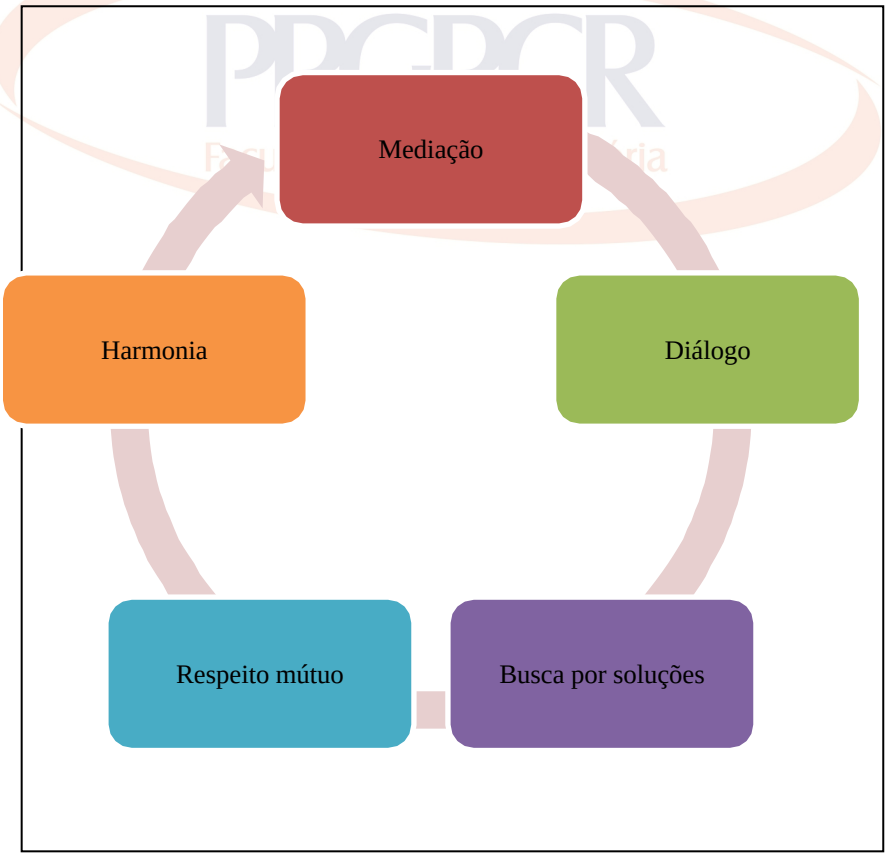
[194] Fonte: Construído pela autora. Cf. ADAMS, 2005, s.p.

Certificado pelo Programa de Pós-Graduação Profissional da Faculdade Unida de Vitória – 13/12/2023

- 7. Ações da Cultura de Paz no ER via Regra de Ouro: a) Visita a asilos - organizar visitas a asilos pode ajudar a promover a empatia e o respeito pelos idosos; b) Confecção de cartazes: Os/as alunos/as podem criar cartazes que promovam a paz, o respeito e a tolerância e fixarem em espaços da escola; c) Projetos de serviço comunitário: incentivar os/as estudantes a participar de projetos de serviço comunitário pode ajudar a promover a paz e a compreensão mútua. Registrar essas ações por meio de fotos e vídeos; d) Atividades de meditação e relaxamento: essas atividades podem ajudar a promover a paz interior, o que pode levar a uma maior paz externa; e) Promoção do diálogo aberto e respeitoso: encorajar os/as alunos/as a se comunicarem aberta e respeitosamente pode ajudar a prevenir conflitos e promover a paz; f) Educação socioemocional: ensinar aos/às estudantes sobre emoções e habilidades sociais e enfrentamento ao *bullying.*

- 8. Método de mediação de conflitos: adoção desse método pela equipe gestora e pedagógica para solucionar conflitos entre funcionários e entre os/as alunos/as e implementação.

Figura 6: Método de mediação de conflitos[195]



[195] Fonte: Construído pela autora. Cf. BRASIL, 2015.

Certificado pelo Programa de Pós-Graduação Profissional da Faculdade Unida de Vitória – 13/12/2023

A promoção de uma Cultura de Paz não pode se limitar aos/às estudantes da escola. Essa cultura só se efetivará se todos os envolvidos no processo educacional passarem a utilizar o princípio da reciprocidade e da compaixão em suas ações cotidianas. O método de mediação de conflitos, pautado numa Cultura de Paz é uma das estratégias. Ele oferece aos envolvidos um espaço/tempo ideal para desenvolver a capacidade de respeito mútuo, comunicação assertiva e eficaz, compreensão da visão do outro e aceitação das diferentes percepções da realidade. Ele não compreende somente a resolução de conflitos, mas também a prevenção e transformação dos envolvidos.

Certificado pelo Programa de Pós-Graduação Profissional da Faculdade Unida de Vitória – 13/12/2023

PPGPCR
Faculdade Unida de Vitória

CONCLUSÃO

Os objetivos deste estudo foram explanar sobre o conceito da Cultura de Paz e mostrar ações que contribuem para seu desenvolvimento no Brasil, por meio da educação; apresentar a Regra de Ouro e as relações dela com um ER fundamentado nas Ciências das Religiões e compreender o ER do município de Fortaleza, seus avanços e desafios para, finalmente, elaborar um Plano de Ação para o ER do Ensino Fundamental I de uma escola, que vise a promoção da Cultura de Paz. Pode-se afirmar que os objetivos foram alcançados, por meio da análise e compreensão das fontes teóricas informacionais.

Desse modo, cumpre ressaltar, que a temática da violência, em todas as suas formas e diversidades, impactam diretamente no contexto escolar, local que, por sua função social, foi estabelecido para auxiliar na formação da criança e do/a adolescente de forma segura e adequada. Contudo, infelizmente, a temática violência tornou-se um problema social e transformou-se nos últimos anos em mais uma pauta mundial e urgente.

Em Fortaleza, uma pesquisa com a etapa do ensino médio, oferecem uma noção de que o problema da violência é significativo.[196] A cada dez estudantes, oito consideram o bairro como inseguro ou totalmente inseguro, totalizando 78,67%; a pesquisa teve com *lócus* de investigação um local considerado importante, o Grande Bom Jardim, local de periferia e que ajunta outros cinco bairros: Bom Jardim, Canindezinho, Granja Lisboa, Granja Portugal e Siqueira, que juntos representam 8,33% da população da capital. Se a sociedade, e mais especificamente a escola, tomasse por embasamento que a religião é um fenômeno humano, talvez não haveria tantos índices alarmantes de casos de violência. Parte-se dessa premissa para esclarecer que o ER se tornou o componente curricular responsável por contribuir na e para a compreensão das temáticas referentes aos múltiplos estilos de vida, tais como ética, cidadania, respeito, tolerância e aceitação de si mesmo e dos outros. Então, a proposta de elaborar um plano de ação para o ER voltado à promoção de uma Cultura de Paz foi possível.

A pergunta problema delimitada foi como a Regra de Ouro poderia ser utilizada no Ensino Religioso auxiliando na implementação de uma Cultura de Paz no Ensino Fundamental I de uma escola da Rede de Ensino de Fortaleza-CE. E a investigação possibilitou responder que a Regra de Ouro pode servir de embasamento para o desenvolvimento dos planejamentos e ações das práticas pedagógicas referentes às aulas de ER. Todavia reitera-se que os/as

[196] PINUSA, Samuel. Exemplo dentro e fora da escola: as estratégias educacionais de combate à evasão estudantil causada pela violência na Grande Fortaleza. G1. CE. 07/08/2023. [online].

Certificado pelo Programa de Pós-Graduação Profissional da Faculdade Unida de Vitória – 13/12/2023

PPGRCR Faculdade Unida de Vitória

estudantes precisam em sua formação, aprenderem e compreenderem que o respeito, tolerância e compaixão formam a pirâmide básica para a vida em sociedade e que os princípios da Regra de Ouro e para uma Cultura de Paz, possibilitam atividades e reflexões que os ajudarão nessa construção.

Nesse ínterim, sugere-se que a escola possa desenvolver um plano de ação para o ER que desenvolva a partir da Cultura da Paz ações práticas contextualizadas e interdisciplinares das temáticas referentes aos diversos estilos de vida, tais como a aceitação de si mesmo e dos outros, tomando por base a Regra de Ouro, que promove a prática e vivência da expressão popular: faça aos outros o que gostaria que os outros fizessem a você. Assim, as temáticas sobre ética, cidadania, respeito e tolerância, associadas ao conhecimento da história das diferentes religiões, compreendidas enquanto fenômeno humano, como dito anteriormente, promove e motiva a todos/as a uma convivência pacífica.

Sobre a identidade do ER da cidade de Fortaleza destacam-se alguns aspectos indispensáveis para o fortalecimento e consolidação da prática dessa área de conhecimento: a elaboração e implementação da proposta curricular nas escolas; o embasamento a partir das Ciências das Religiões; o atendimento às normativas e diretrizes legais; e o considerável nível de competência e eficácia dos/as professores/as por meio das orientações. Contudo, o estudo identificou outros aspectos que se classificam como desafiadores: crescer o quadro de professores/as com formação específica em ER; implementação do uso da tecnologia e métodos contextualizados; superar as situações de desconhecimento da importância e relação do ER com as questões sociais, bem como superar a rejeição à diversidade e à inclusão. Toda essa dinâmica demonstra que a escola investigada tem desenvolvido um trabalho pedagógico eficaz, mas que pode ser ampliado e aperfeiçoado, com o objetivo de aumentar a satisfação e motivação dos/as alunos/as, professores/as e comunidade escolar, a partir de um projeto interdisciplinar.

Nas análises acerca do ER da escola investigada observou-se que as práticas desenvolvidas estão associadas ao (re) conhecimento dos valores éticos e morais que os/as estudantes precisam aprender, inclusive são desenvolvidas aulas que trabalham com algumas temáticas referentes a essa questão, por meio dos conteúdos programáticos de cada componente curricular que o/a professor/a domina, pois, quem ministra as aulas de ER nas escolas de Fortaleza-CE são os professores regentes das séries iniciais.

A respeito dos pilares da Educação do Futuro propostos pela Comissão Internacional sobre Educação para o século XXI para a UNESCO, sugere-se que a escola desenvolva ações que promovam o exercício de tais estratégias: conhecer, aprender a fazer, aprender a viver junto

Certificado pelo Programa de Pós-Graduação Profissional da Faculdade Unida de Vitória – 13/12/2023

e aprender a ser, conforme apontado anteriormente, de forma que os/as estudantes possam vivenciar e refletir sobre as atitudes propositivas para a prevenção à qualquer tipo de violência. Nesse sentido, a partir da sugestão do projeto para o ER: A paz no mundo começa em mim, pretende-se ampliar e alcançar as temáticas referentes aos fenômenos religiosos e regiões, que poderão ser trabalhados de forma interdisciplinar e contextualizada, o que tornam as aulas interessantes e significativas, fazendo com que os/as alunos/as compreendam e aprendam sobre a importância do ER, sobre a diversidade, inclusão e tolerância, enquanto atitudes básicas na condução de uma sociedade mais justa e cidadã.

Destaca-se que o presente estudo propõe o início de uma discussão necessária e sugere mudanças nas práticas pedagógicas das aulas de ER na referida escola e, que sirva de experiência viável para ser implementada em outras escolas, tendo como premissa minimizar e prevenir casos de violência na comunidade escolar e comunidade local. A partir da implementação e abrangência às famílias dos/as estudantes e por meio da proposta transdisciplinar acredita-se que a cultura de paz pode fazer a diferença para muitas pessoas. Inclusive, abre-se a oportunidade para outras pesquisas no sentido de aprofundar e ampliar a experiência, tendo como proposta a implementação do planejamento apresentado, A paz do mundo começa em mim, tendo como plano de ação as propostas descritas que poderão ser avaliadas, para aprimoramento e adequações necessárias.

Cumpre dizer, ainda, que o estudo oportuniza a divulgação de informações acerca da Regra de Ouro e da Cultura de Paz, pouco utilizadas como recursos didático pedagógico tão importante e relevante para o desenvolvimento das unidades temáticas e temas integradores que potencializam as ações escolares significativas.

Certificado pelo Programa de Pós-Graduação Profissional da Faculdade Unida de Vitória – 13/12/2023

PPGFCR Faculdade Unida de Vitória

REFERÊNCIAS

ADAMS, David. Definition of Culture of Peace. *In:* GLOBAL Movement for a Culture of Peace, 2005. [n.p.]. Disponível em: <https://www.culture-of-peace.info/copoj/definition.html>. Acesso em: 12 jul. 2023.

AMARAL, Diana Elizabette Lima do; RAMOS, Jeannette Filomeno Pouchain. Mediação de conflitos no ambiente escolar para promover a Cultura de Paz. *Conhecer: debate entre o público e o privado*, [s.l.], v. 08, n. 21, p. 24-44, 2018.

ANTER, Alysson Brabo; SILVA, Marinilson Barbosa. O Ensino Religioso nos anos iniciais do Ensino Fundamental: caminhos para práticas não-confessionais. *In:* VIII CONGRESSO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM TEOLOGIA E CIÊNCIAS DA RELIGIÃO (ANPTECRE). *Anais…* Porto Alegre, RS: Editora Fundação Fênix, 2022.

ARMSTRONG, Karen. Karen Armstrong: Vamos reviver a Regra de Ouro. TED, 2009. Disponível em: <https://www.ted.com/talks/karen_armstrong_let_s_revive_the_golden_rule?language=pt-br&subtitle=pt-br>. Acesso em: 25 de mai. 2023.

ARMSTRONG, Karen. Meu desejo: A Carta para Compaixão. TED, 2008. Disponível em: <https://www.ted.com/talks/karen_armstrong_my_wish_the_charter_for_compassion?language=pt-br&subtitle=pt-br>. Acesso em: 25 de mai. 2023.

BATISTA Eraldo Leme; LIMA, Marcos Roberto. *Laplage em Revista*, Sorocaba, v.1, n.3, p. 67-81, set.- dez. 2015.

BEKERMAN, Shoshana. Passando da Pandemia para uma Cultura Global de Paz. *Cadmus Journal*, [s.l.], Vol. 4, n. 5, 2021.

BORGES, Fabiano Miranda. Preconceito, intolerância religiosa e ambiente escolar: ações inclusivas para a superação da intolerância. 2017. 78 f. *Dissertação* (Mestrado em Ciências das Religiões) - Faculdade Unida de Vitória, Vitória, 2017.

BORGES DE AMORIM, Sérgio. Bullying no ambiente escolar e o suicídio de crianças e adolescentes: uma revisão sistemática e literatura. *Revista Foco*, Curitiba, v. 16, n. 6, p. 1-18, 2023.

BOSCHI, Helena. "Cultura de paz": gênese de uma fórmula entre discursos de guerra e violência. *Trabalhos em linguística aplicada*, [s.l.], v. 57, n.2, p. 848-876, maio 2018.

BRASIL. Câmara dos Deputados. *Projeto de Lei nº 4228-B de 2004*. Dispõe sobre as diretrizes gerais da política pública para promoção da Cultura de Paz e dá outras providências. Autor: Deputado Lincoln Portela. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra;jsessionid=node01ul5ouvi66eqsbvbhs7y03px02624010.node0?codteor=997142&filename=Avulso+-PL+4228/2004>. Acesso em: 10 set. 2023.

Certificado pelo Programa de Pós-Graduação Profissional da Faculdade Unida de Vitória – 13/12/2023

BRASIL. Câmara dos Deputados. *Sugestão nº 119 de 2008 CLP*. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=410775>. Acesso em: 10 set. 2023.

BRASIL. Câmara dos Deputados. *Projeto de Lei nº 1477 de 2011*. Acrescenta o parágrafo único ao art. 22 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=879721&filename=Tramitacao-PL%201477/2011>. Acesso em: 10 set. 2023.

BRASIL. *Lei Nº 13.140, de 26 de junho de 2015.* [Dispõe sobre a mediação entre particulares como meio de solução de controvérsias e sobre a autocomposição de conflitos no âmbito da administração pública]. Brasília: DF: Diário Oficial da União, 2015.

BRASIL. Ministério da Educação. *Base Nacional Comum Curricular*. Brasília: MEC, 2018.

BRASILEIRO, Marislei de Sousa Espíndula. *As ciências das religiões:* uma alternativa para o ensino religioso. *In:* BRASILEIRO, Marislei de Sousa Espíndula. Ensino religioso na escola: o papel das ciências das religiões. Goiânia: PUC-GO, 2010.

BRASILEIRO, Marislei de Sousa Espíndula. Ensino Religioso na escola: o papel das Ciências das Religiões. *Tese* (Doutorado) - Curso de Ciências da Religião da PUC-Goiás, 2010.

CARTA PARA COMPAIXÃO. *Charter for Compassion*, 2021. Disponível em: <https://charterforcompassion.org/charter>. Acesso em: 27 de mai. 2023.

CEARÁ. *Resolução n.º 404/2005*. [Dispõe sobre a disciplina Ensino Religioso a ser ministrada no Ensino Fundamental, nas escolas da rede pública do Sistema de Ensino do Estado do Ceará e dá outras providências]. Ceará: Governo do Estado do Ceará. Disponível em: <https://www.cee.ce.gov.br/download/resolucoes>. Acesso em 06 de abr. 2023.

CINTRA, Caroline. Entenda o que é Cultura de Paz nas escolas. G1 DF, Brasília, DF. 16 abr. 2023. Disponível em: <https://g1.globo.com/df/distrito-federal/noticia/2023/04/16/entenda-o-que-e-cultura-de-paz-nas-escolas.ghtml>. Acesso em: 04 jun. 2023.

CORONAVÍRUS BRASIL. *Painel Coronavírus.* Acesso em 10 set. 2023, [online]. [n.p.]. Disponível em: <https://covid.saude.gov.br>. Acesso em: 10 ago. 2023.

CUNHA, Matias Rebouças. *Ensino Religioso nas escolas públicas municipais de Fortaleza*: em busca de uma identidade. Dissertação (Mestrado em Ciências das Religiões) - Faculdade Unida de Vitória, Vitória, 2019.

DEBARBIEUX, Éric; BLAYA, Catherine. (org.). *Violência nas escolas:* dez abordagens europeias. [Tradução: Patrícia Zimbres e Paula Zimbres]. Brasília, DF: Unesco Brasil, nov. 2002. p. 32. Título original: Violence in schools: ten approaches in Europe. Disponível em: <https://unesdoc. unesco.org/ark:/48223/pf0000128722>. Acesso em 14 jul. 2023.

DISKIN, Lia; ROIZMAN, Laura G. *Paz, como se faz?*: semeando a Cultura de Paz nas escolas. 4. ed. São Paulo: Palas Athena; Brasília: UNESCO, 2021.

Certificado pelo Programa de Pós-Graduação Profissional da Faculdade Unida de Vitória – 13/12/2023

DUPRET, Leila. Cultura de paz e ações sócio-educativas: desafios para a escola contemporânea. *Psicol. Esc. Educ.* (Impr.), Campinas, v. 6, n. 1, p. 91-96, jun. 2002.

FERREIRA, Renan da Costa; BRANDENBURG, Laude Erandi. O Ensino Religioso e a BNCC: Possibilidades de se educar para a paz. *Caminhos*, Goiânia,v. 17, n. 2, p. 508-522, maio./ago. 2019.

FONAPER [*Site* institucional]. [s.d]. Disponível em: <https://fonaper.com.brid>. Acesso em: 02 nov. 2023.

GODOY, Arilda Schmidt. Pesquisa qualitativa: tipos fundamentais. *Revista de Administração de Empresas*. São Paulo, v. 35, n.3, p, 20-29, 1995.

GAIGHER, Elorania Kellis Ahnert. Educação e Religião: as manifestações religiosas no ambiente escolar e a construção de uma Cultura de Paz. 2018. 91 f. Dissertação (Mestrado em Ciências das Religiões) - Faculdade Unida de Vitória, Vitória, 2018.

GOIS, Flávia Regina de; DIAS, Ana Maria Iório (Org.). *Diretrizes curriculares para o ensino fundamental do sistema público municipal de ensino de Fortaleza.* Fortaleza: SME, 2011.

GONDIM, Terezinha de Jesus Peres. A Cultura de Paz nas escolas e as ações dos gestores educacionais do município de Fortaleza. *In*: CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO (CONEDU), VI, 2019. *Anais...* Campina Grande: Realize, 2019.

G1 CEARÀ. Um a cada três professores identificou violação de direitos da criança e do adolescente em escolas de Fortaleza, diz pesquisa. Ceará, Brasil. 19 out. 2022. Disponível em: <https://g1.globo.com/ce/ceara/noticia/2022/10/19/um-a-cada-tres-professores-identificou-violacao-de-direitos-da-crianca-e-do-adolescente-em-escolas-de-fortaleza-diz-pesquisa.ghtml.> Acesso em: 23 jul. 2023.

HUFF JÚNIOR, Arnaldo Érico; PORTELLA, Rodrigo. Ciência da Religião: uma proposta a caminho para consensos mínimos. *Numen:* Revista de estudos e pesquisa da religião, Juiz de Fora, v. 15, n. 2, p. 433-456, 2012.

HUFF JÚNIOR, Arnaldo Érico. Religião e ensino religioso na escola. *Numen*: revista de estudos e pesquisa da religião, Juiz de Fora, v. 23, n.2, p. 9-20, jul./dez. 2020.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Censos 2021*. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ce/fortaleza/panorama>. Acesso em: 30 de mar. 2023.

IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Pesquisa nacional de saúde do escolar*: análise de indicadores comparáveis dos escolares do 9º ano do ensino fundamental municípios das capitais: 2009/2019. Rio de Janeiro: IBGE, 2021. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/educacao/9134-pesquisa-nacional-de-saude-do-escolar.html>. Acesso em: 25 jun. 2023.

INCONTRI, Dora; BIGHETO, Alessandro Cesar. O ensino religioso sem proselitismo. É possível? Arquivo dos artigos do site da ABPE. *Videtur*, Salamanca/São Paulo, Arvo/USP, v. 13, 2002. Disponível em: <http://www.hottopos.com/videtur13/dora.htm>. Acesso em: 07 mai. 2023.

Certificado pelo Programa de Pós-Graduação Profissional da Faculdade Unida de Vitória – 13/12/2023

IZZO, Roberta Cristina. *Memórias e projeções:* A cultura da paz nas Nações Unidas - 1989 a 2001. Dissertação (Mestrado em História e Cultura). Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho". Faculdade de História, Direito e Serviço Social. Franca, São Paulo. 2008.

KEMER, Thaíse; PEREIRA, Alexsandro Eugenio; BLANCO, Ramon. A construção da paz em um mundo em transformação:o debate e a crítica sobre o conceito de peacebuilding. *Rev. Sociol. Polit.*, [s.l.], v. 24, n. 60, p. 137-150, dez. 2016.

KRUG, Etienne G.; MERCY, James; DAHLBERG, Linda L.; ZWI, Anthony. *Relatório Mundial sobre Violência e Saúde*. Organização Mundial da Saúde. Genebra: OMS. 2002. p. 1084. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/11077126_The_world_report_on_violence_and_health>. Acesso em: 16 jun. 2023.

KÜNG, Hans. *Declaração do Parlamento das Religiões do Mundo*, [s.d.], [n.p.]. Disponível em: <https://www5.pucsp.br/ecopolitica/documentos/cultura_da_paz/docs/Hans_Kung_DECLARACAO_PARLAMENTO_RELIGIOES_MUNDO.pdf>. Acesso em: 22 de mai. 2023.

LEÃO, Francisco Daniel Pereira. *O diálogo inter-religioso na prática pedagógica dos professores da rede pública municipal de Fortaleza*. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-Graduação em Educação Brasileira, UFC, Fortaleza, 2016.

MAIA, Alexandre Forte. O Ensino Religioso confessional como programa moral na visão do Supremo Tribunal Federal. *Rev. Hist. UEG*, Morrinhos, v.9, n.1, p. 1-16, jan./jun. 2020.

MARSIGLIA, Ana Carolina Galvão; MARTINS, Lígia Márcia. A natureza contraditória da educação escolar: tensão histórica entre humanização e alienação. *Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação*, Araraquara, v. 13, n. 4, p. 1697–1710, out.-dez. 2018.

MARTINS, Nathália Ferreira de Souza. *Por um ensino religioso empático*: proposta da aplicação da compreensão empática da experiência religiosa de Joachim Wach para o Ensino Religioso. 2022. 205 p. Tese (Doutorado em Ciência da Religião) - Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2022.

MILANI, Feizi Masrour. Cultura de paz x violência. Papel e desafios da escola. *In:* MILANI, Feizi Masrour; JESUS, Rita de Cassia Dias P. (orgs.). *Cultura de Paz:* Estratégias, Mapas e Bússolas. Salvador: INPAZ, p. 31-60, 2003.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO [*Site* Institucional]. *Material de apoio à implementação da BNCC*. Brasília, [s.d.]. [*online*]. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/implementacao/praticas/caderno-de-praticas/>. Acesso em: 02 ago 2023.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO [*Site* Institucional]. *Tribunal: caso bullying.* Brasília, [s.d.]. [*online*]. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/implementacao/praticas/caderno-de-praticas/ensino-fundamental-anos-finais/121-tribunal-caso-bullying?highlight=WyJtZWlvIiwiYW1iaWVudGUiLCJtZWlvIGFtYmllbnRlIl0=>. Acesso em: 02 ago 2023.

Certificado pelo Programa de Pós-Graduação Profissional da Faculdade Unida de Vitória – 13/12/2023

MONTEIRO, Michelle Popenga Geraim; DE LIMA-BERTON, Tatiane Delurdes; ANSINELLI-LUZ, Araci. A importância da inserção da cultura da paz no currículo escolar. *Revista Contexto & Educação*, [s.l.], v. 36, n. 114, p. 301–315, 2021.

MONTESSORI, Maria. A educação e a paz. Campinas, SP: Papirus, 2014.

MORENO, Ana Carolina. *Proselitismo religioso existe mesmo em escolas que proíbem o ensino religioso confessional, diz especialista*. Portal G1 Educação, 2017, [n.p.]. Disponibilizada em 30 set. 2017. Disponível em: <https://g1.globo.com/educacao/noticia/proselitismo-existe-mesmo-em-escolas-que-proibem-o-ensino-religioso-confessional-diz-especialista.ghtml>. Acesso em: 27 jul. 2023.

MOTA, Cristiane Bevilaqua. Cultura de paz no Brasil. *Revista Educação em Foco*, [s.l.], n. 13, p. 97-108, 2021.

MÜLLER, Friedrich Max. Primeira palestra (trad. Pedro Rodrigues Camelo). *REVER: Revista de Estudos da Religião,* São Paulo, v. 20, n. 1, p. 305-329, 2020.

MÜLLER, Friedrich Max. *Introdução à Ciência da Religião*. Edição bilíngue, Tradutor Brasil Fernandes de Barros. Belo Horizonte: Senso, 2020. (Coleção Clássicos da Ciência da Religião).

MUNIZ, Tamiris Alves. *A disciplina ensino religioso no currículo escolar brasileiro*: institucionalização e permanência. 2014. 208 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal de Goiás, Catalão, 2014.

NASCIMENTO, Maria Liliane Oliveira do; KIRCHNER, Renato. Uma base ética das religiões mundiais em prol de uma ética mundial. *Cad. Fé e Cultura*, Campinas, v.4, n.1, p.43-54, 2019.

NATIONAL GEOGRAPHIC. *O que foi a Guerra Fria?*. [s.d.]. Disponível em: <https://www.nationalgeographicbrasil.comhistoria202211o-que-foi-a-guerra-fria>.Acesso em: 11 ago. 2023.

NOVAES, Adriana. A Regra de Ouro e a pandemia. *Estado da Arte: Revista de cultura, artes e ideias*. Estadão, [s.l.], [n.p.], 2021. Disponível em: <https://estadodaarte.estadao.com.br/regra-ouro-pandemia-novaes/>. Acesso em: 20 de mai. 2023.

OLIVEIRA, Simone Barros; CORREIA, Laíza Belém. Educação para a paz: construto histórico. *In:* PESSOA, Elisângela Maia; OLIVEIRA, Simone Barros de; CANTINI, Adriana Hartemink (orgs.). *Experiência interdisciplinar em educação e direitos humanos:* Cultura de Paz em perspectiva, Porto Alegre: Revolução eBooks Ltda, p. 21-34, 2015.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DE SAÚDE (OMS). *Relatório Mundial sobre Violência e Saúde*. Genebra: OMS, 2015. Disponível em: <https://opas.org.br/wp-content/uploads/2015/09/relatorio-mundial-violencia-saude-1.pdf>. Acesso em 01 de abr. 2023.

Certificado pelo Programa de Pós-Graduação Profissional da Faculdade Unida de Vitória – 13/12/2023

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE (OMS). Constituição da Organização Mundial da Saúde. Genebra, 1946. Disponível em: <httpsapps.who.intgbbdPDFbd47ENconstitution-en.pdfua=1> Acesso em: 22 jul. 2023.

PAZ pela paz. Intérprete: Nando Cordel. Compositor: Nando Cordel. *In*: CORDEL, Nando. Aconchego, [s.l.], [s.d.].

PEREIRA, Gerson Lourenço. O ensino religioso como proposta de educação intercultural e possibilidades de combate à intolerância religiosa na baixada fluminense. *APRENDER-Caderno de Filosofia e Psicologia da Educação,* Vitória da Conquista, n. 29, p. 79-94, 2023.

PIMENTA, Adelaide de Faria; BARROS, Brasil Fernandes de. Max Müller e a ciência da religião: do passado ao clássico recente. *Interações*, Belo Horizonte, v. 16, n.2, p. 224-229, 2021.

PINHEIRO, Beatriz de Oliveira. A interculturalidade como categoria de análise para se pensar o ensino religioso. *Revista Poiesis*, [s.l.], v. 21, n. 2, p. 1-11, 2020.

PINUSA, Samuel. *Exemplo dentro e fora da escola:* as estratégias educacionais de combate à evasão estudantil causada pela violência na Grande Fortaleza. G1. CE. 07/08/2023. [online]. https://g1.globo.com/ce/ceara/educacao/noticia/2023/08/07/exemplo-dentro-e-fora-da-escola-as-estrategias-educacionais-de-combate-a-evasao-estudantil-causada-pela-violencia-na-grande-fortaleza.ghtml. Acesso em 03 jan.2024.

PLAKS, Andrew H. Golden rule. *Encyclopedia of Religion*, v. 6, p. 3630-3633, 2005.

PREFEITURA MUNICIPAL DE FORTALEZA (PMF). Site Oficial. *Canal Educação:* Ensino Fundamental. Disponível em: <https://educacao.sme.fortaleza.ce.gov.br/index.php/rede-de-ensino/ensino-fundamental>. Acesso em 15 de fev. 2023.

PREFEITURA MUNICIPAL DE FORTALEZA (PMF). Site Oficial. *Canal Educação:* Fortaleza é a capital com maior cobertura de atendimento em tempo integral no Ensino Fundamental, diz Censo Escolar 2022. Publicado em 09 de fevereiro de 2023. Disponível em: <https://www.fortaleza.ce.gov.br/noticias/fortaleza-e-a-capital-com-maior-cobertura-de-atendimento-em-tempo-integral-no-ensino-fundamental-diz-censo-escolar-2022>. Acesso em 15 de fev. 2023.

RAKHSHANI, Zahra. The golden rule and its consequences: A practical and effective solution for world peace. *Journal of History Culture and Art Research*, [s.l.], v. 6, n. 1, p. 465-473, 2017.

RODRIGUES, Elisa. Ensino Religioso: um campo de aplicação da Ciência da Religião. *Horizonte*, Belo Horizonte, v. 18, n. 55, p. 77-105, jan./abr. 2020.

RODRIGUES, Elisa. *Ensino Religioso*: uma proposta reflexiva. Belo Horizonte, Senso, 2021.

SALLES FILHO, Nei A. *Cultura de paz e educação para a paz*: olhares a partir da teoria da complexidade de Edgar Morin. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Estadual de Ponta Grossa – UEPG/PR, Ponta Grossa, 2016.

Certificado pelo Programa de Pós-Graduação Profissional da Faculdade Unida de Vitória – 13/12/2023

SALLES FILHO, Nei Alberto; SALLES, Virgínia Ostroski. Cultura de paz como componente da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional: dilemas e possibilidades. *Publicatio UEPG: Ciências Sociais Aplicadas,* Ponta Grossa, v. 26, n. 2, p. 189-193, 2018.

SAMATOV, Shomat Berdievich. On The Essence Of The Concept Of A Culture Of Peace. *The American Journal of Interdisciplinary Innovations and Research,* [s.l.], v. 3, n. 06, p. 46-51, 2021.

SANTOS, Fábio. Os desafios dos direitos humanos e da Cultura de Paz no Brasil contemporâneo. *Revista Textura*, Governador Mangabeira-BA, v. 13, n. 22, p. 150-161, jul. – dez., 2019.

SAVIANI, Dermeval. A pedagogia histórico-crítica. *Revista RBBA*, Vitória da Conquista, v. 3, n. 2, p. 11-36, dez. 2014.

SENAC. Cartilha: Cultura de Paz redes de convivência. SENAC: São Paulo, 2009. p. 19. Disponível em: <http://www1.sp.senac.br/hotsites/gd4/culturadepaz/arqs/cartilha.pdf>. Acesso em: 12 mai. 2023.

SOBRE a UNESCO no Brasil. 22 mar. 2023. UNESCO. Disponível em: <www.unesco.org/pt/fieldoffice/brasilia/about>. Acesso em: 21 mai. 2023.

SOUZA, Vânia Célia Ventura. *Laicidade, ensino religioso e escola pública no município de Fortaleza (CE)*. Orientador: José Mário Gonçalves. Dissertação (Mestrado em Ciências das Religiões) - Curso de Ciências das Religiões da Faculdade Unida de Vitória, Vitória, 2019.

STRENSKI, Ivan. Max Müller, a ciência da religião comparada e a busca por outras "bíblias" na Índia. *REVER: Revista de Estudos da Religião,* São Paulo, v. 20, n. 3, p. 251-267, 2020.

SUPRIYANTO, S. Principles Of Compassion In The World Religions For Coexistence Among Religions. In: The Perspective Of Karen Armstrong. *Mawa izh jurnal dakwah dan pengembangan sosial kemanusiaan,* [s.l.], v. 13, n. 02, p. 105-126, 18 out. 2022.

TEIXEIRA, Faustino. O diálogo inter-religioso na perspectiva do terceiro milênio. *Horizonte*, Belo Horizonte, v. 2, n. 3, p. 19-38, 2º sem. 2003.

TEIXEIRA, Faustino Luiz Couto. O" ensino do religioso" e as Ciências da Religião. *Horizonte: Revista de Estudos de Teologia e Ciências da Religião*, Belo Horizonte, v. 9, n. 23, p. 839-861, 2011.

TEIXEIRA, Larissa. Líderes religiosos unem esforços para ajudar a população de rua de São Paulo diante da COVID-19. Jornal Folha de São Paulo. 25 de maio de 2020. Disponível em: <https://agora.folha.uol.com.br/sao-paulo/2020/05/lideres-religiosos-unem-esforcos-para-ajudar-populacao-de-rua-de-sp-diante-da-covid-19.shtml>. Acesso em: 03 jul. 2023.

THIRY-CHERQUES, Hermano Roberto. A regra de ouro e a ética nas organizações. *Cadernos EBAPE.br*, [s.l.], v. 4, n. 4, 2006.

UM a cada três professores identificou violação de direitos da criança e do adolescente em escolas de Fortaleza, diz pesquisa. G1 CE. 19 out. 2022. Disponível em: <https://g1.globo.com/ce/ceara/noticia/2022/10/19/um-a-cada-tres-professores-identificou-

Certificado pelo Programa de Pós-Graduação Profissional da Faculdade Unida de Vitória – 13/12/2023

violacao-de-direitos-da-crianca-e-do-adolescente-em-escolas-de-fortaleza-diz-pesquisa.ghtml>. Acesso em: 02 jul. 2023.

UNESCO [*Site* Institucional]. *Cultura de paz no Brasil*. [s.d.]. Disponível em: <https://www.unesco.orgptfieldofficebrasiliaexpertisesocial-human-sciences-culture-peace>. Acesso em: 15 ago. 2023.

UNICEF et al. Nos últimos 5 anos, 35 mil crianças e adolescentes foram mortos de forma violenta no Brasil, alertam a UNICEF e Fórum Brasileiro de Segurança Pública. *UNICEF*, Brasília, DF, v. 22, 2021. Disponível em: <https://www.unicef.org/brazil/comunicados-de-imprensa/nos-ultimos-cinco-anos-35-mil-criancas-e-adolescentes-foram-mortos-de-forma-violenta-no-brasil>. Acesso em: 5 jun. 2023.

VISÃO MUNDIAL. Prevenção à violência nas escolas: o que pensam os professores sobre o tema. *UNIFAMETRO.* Fortaleza: Visão Mundial, 2022.

ZENAIDE, Maria de Nazaré Tavares. Educação em direitos humanos e democracia: história, trajetórias e desafios nos quinze anos do PNEDH. *Educ. Form.*, [s. l.], v. 3, n. 7, p. 137–161, 2018.

ZILLES, Urbano. Projeto de uma ética mundial. *Telecomunicação*: Porto Alegre, v. 37, n. 156, p. 223-229, 2007.

PPGPCR
Faculdade Unida de Vitória

Certificado pelo Programa de Pós-Graduação Profissional da Faculdade Unida de Vitória – 13/12/2023

ANEXO 1 - A CARTA PELA COMPAIXÃO

Certificado pelo Programa de Pós-Graduação Profissional da Faculdade Unida de Vitória – 13/12/2023



ANEXO 2 - DECLARAÇÃO DO PARLAMENTO DAS RELIGIÕES DO MUNDO

Hans Küng Teólogo ecumênico holandês e autor de diversas obras, dentre as quais, Projeto de Ética Mundial, Edições Paulina.

A história de um dos documentos mais importantes do final do século XX, contada por um de seus principais criadores. O Conselho para um Parlamento das Religiões do Mundo em Chicago delegou-me a função de desenvolver um esboço de uma Declaração das Religiões para uma Ética Global. Essa foi para mim uma tarefa extremamente difícil. Em todo caso, depois de ter que lidar com os problemas semelhantes durante um semestre inteiro (1992), num colóquio interdisciplinar com participantes de várias religiões e continentes tive condições de produzir um esboço inicial e enviá-lo a vários colegas e amigos para correção. Este primeiro rascunho recebeu ampla aprovação daqueles a quem foi enviado. Ao mesmo tempo, dezenas de sugestões para correções formais, bem como de conteúdo, foram dadas. Levei-as em consideração o mais cuidadosamente possível, num segundo esboço; dessa maneira, o texto ganhou em precisão. Desejo estender meus sinceros agradecimentos àqueles que participaram deste importante projeto, seja no colóquio interdisciplinar ou em colaboração desde o início, por meio de correspondência. Gostaria de indicar aqui, de modo breve, os princípios que me guiaram nessa tarefa.

1. Em primeiro lugar, esta deveria ser uma declaração das religiões, que poderia mais tarde ser seguida por uma declaração geral (como, por exemplo, no âmbito da UNESCO).

2. Numa declaração para uma ética mundial, o foco não poderia incidir sobre o plano das leis, direitos codificados e parágrafos recorríveis (como no caso dos direitos humanos, por exemplo), ou no plano político, de sugestão de soluções concretas (como na crise da dívida do Terceiro Mundo), mas apenas no nível ético: o âmbito dos valores agregativos, padrões irrevogáveis e atitudes interiores fundamentais. É claro que esses três níveis estão relacionados entre si.

3. Houve sugestões para tornar a declaração mais "religiosa". Contudo, novas dificuldades resultariam daí. Se, por exemplo, falássemos "em nome de Deus", a priori excluiríamos os Budistas. Além do mais, não há consenso sobre a definição do que é "religião". Em todo caso, referi-me claramente à dimensão da transcendência, sem forçar a anuência dos não religiosos, que esta declaração deve incluir.

4. Por outro lado, houve sugestões para tornar a declaração menos "religiosa". Contudo, se as religiões, em essência, apenas repetissem os princípios da Declaração dos Direitos Humanos das Nações Unidas, tal declaração se tornaria supérflua; uma ética é mais do que um conjunto de direitos. É claro que nossa Declaração para uma Ética Global pode ser um apoio ético à Declaração dos Direitos Humanos da ONU. De fato, é totalmente desejável que a UNESCO ou a ONU, assim que possível, também apresentem uma Declaração para uma Ética Global.

5. A declaração deve ser capaz de produzir consenso. Portanto, devem-se evitar afirmações que a priori seriam rejeitadas por uma das grandes religiões e, conseqüentemente, questões morais controvertidas (como aborto ou eutanásia) tiveram de ser excluídas.

6. Esta deve ser uma declaração formulada em linguagem amplamente compreensível, o que evitará argumentos técnicos e jargões, e passível de tradução em diversos idiomas. Parece-me ser mais compreensível começar com definições negativas e, em seguida, mudar para afirmações positivas.

Certificado pelo Programa de Pós-Graduação Profissional da Faculdade Unida de Vitória – 13/12/2023

Esta declaração foi assinada pela maioria dos quase duzentos delegados das religiões mundiais que participaram do Parlamento das Religiões do Mundo, ocorrido no centenário do primeiro Parlamento Mundial das Religiões, em Chicago, em 1893. O Parlamento das Religiões do Mundo de 1993 (com a participação de 6.500 pessoas) ocorreu entre 28 de agosto e 4 de setembro de 1993 em Chicago, e esta declaração foi solenemente proclamada em 4 de setembro de 1993.

Considerações explicativas – O mundo está experimentando uma crise fundamental: a crise na economia global, na ecologia global e na política global. A falta de grandes visões, o emaranhado dos problemas não resolvidos, a paralisação política, lideranças políticas medíocres com pouca visão interior e exterior e, em geral, muito pouco senso de bem comum são vistos por toda parte. Há muitas respostas antigas para novos desafios. Centenas de milhões de seres humanos em nosso planeta sofrem cada vez mais com o desemprego, pobreza, fome e a destruição de suas famílias. A esperança de uma paz duradoura entre as nações afasta-se de nós. Há tensões entre os sexos e as gerações. Crianças morrem, matam e são mortas. Cada vez mais países são abalados pela corrupção na política e nos negócios. É cada vez mais difícil viver pacificamente em nossas cidades, devido aos conflitos sociais, raciais e éticos, o abuso de drogas, o crime organizado e até a anarquia. Mesmo vizinhos freqüentemente vivem com medo uns dos outros. Nosso planeta continua a ser impiedosamente pilhado. Um colapso dos ecossistemas nos ameaça. Repetidamente, vemos líderes e membros de religiões incitar a agressão, o fanatismo, o ódio e a xenofobia – e até inspirar e legitimar conflitos violentos e sangrentos. A religião é muitas vezes usada apenas para fins de poder político, incluindo a guerra. Estamos desgostosos. Condenamos esses males e declaramos que eles não são inevitáveis. Já existe, nos ensinamentos religiosos do mundo, uma ética que pode conter a dor global. É evidente que essa ética não oferece solução direta para todos os imensos problemas mundiais. Mas proporciona fundamentos morais para uma melhor ordem individual e global – uma visão que pode afastar mulheres e homens do desespero, e a sociedade, do caos. Somos pessoas comprometidas com os preceitos e práticas das religiões do mundo. Confirmamos que já existe um consenso entre elas, que pode ser a base para uma ética global – um consenso fundamental mínimo a respeito de valores agregativos, padrões irrevogáveis e atitudes morais fundamentais.

1. Nenhuma ordem mundial melhorará sem uma ética global Nós, mulheres e homens de várias religiões e regiões da terra nos dirigimos aqui a todas as pessoas, religiosas e não religiosas, pois compartilhamos as seguintes convicções: que todos somos responsáveis por uma ordem mundial melhor; que a luta pelos direitos humanos, liberdade, justiça, paz e preservação da terra é justa e necessária; que nossas diferentes religiões e tradições culturais não devem impedir nosso envolvimento comum em oposição a todas as formas de desumanidade e o trabalho para uma maior humanização; que os princípios expressos nesta declaração podem ser afirmados por todas as pessoas com convicções éticas, religiosamente fundamentadas ou não; que nós, como mulheres e homens religiosos que baseamos nossas vidas numa realidade última, e que dela tiramos força espiritual e esperança por meio da fé, da oração ou meditação, em palavras ou silêncio temos, contudo, uma responsabilidade muito especial pelo bem-estar de toda a humanidade.

Depois de duas guerras mundiais, do colapso do fascismo, nazismo, comunismo e colonialismo, e do fim da guerra fria, a humanidade entrou numa nova fase de sua história. Ela tem hoje suficientes recursos econômicos, culturais e espirituais para instaurar uma ordem mundial melhor. Mas novas tensões étnicas, nacionais, sociais e religiosas ameaçam a construção pacífica de um mundo assim. Nossa época experimentou um progresso tecnológico

Certificado pelo Programa de Pós-Graduação Profissional da Faculdade Unida de Vitória – 13/12/2023

nunca antes ocorrido, e, no entanto ainda somos confrontados pelo fato de que a pobreza, a fome, a mortalidade infantil, o desemprego, a miséria e a destruição da natureza, em âmbito mundial, não diminuíram, mas aumentaram. Muitas pessoas estão ameaçadas pela ruína econômica, desordem social, marginalização política e pelo colapso nacional.

Em tal situação crítica, a humanidade não precisa apenas de ações e programas políticos, mas também de uma visão de convívio pacífico entre as pessoas, grupos étnicos e éticos e religiões; precisa de esperanças, metas, ideais, referências. Mas estes escaparam das mãos das pessoas ao redor do mundo. Será que as religiões, contudo, apesar de suas frequentes falhas históricas, não têm a responsabilidade de demonstrar que tais esperanças, ideais e referências podem ser cultivados, defendidos e vividos? Isso é especialmente verdadeiro em relação ao Estado moderno: exatamente porque ele garante a liberdade de consciência e religião, e precisa de valores agregativos, convicções e normas que sejam válidos para todas as pessoas, não importando a sua origem social, cor da pele, idioma ou religião. Estamos convencidos da unidade fundamental da família humana. Portanto, rememoramos a Declaração Universal dos Direitos Humanos das Nações Unidas de 1948. Aquilo que ela formalmente proclamou em termos de direitos, gostaríamos de confirmar e aprofundar aqui, na perspectiva de uma ética: a integral realização da dignidade intrínseca da pessoa humana, da liberdade inalienável, da igualdade de todas as pessoas, e a necessária solidariedade de toda a humanidade.

Baseados em experiências de vida pessoal e na história opressiva de nosso planeta aprendemos: que uma ordem mundial melhor não pode ser criada ou, efetivamente, respeitada apenas por meio de leis, prescrições e convenções; que a realização da justiça em nossas sociedades depende do discernimento e da prontidão para agir justamente; que ações em favor de direitos presumem uma consciência de dever, e que, portanto devemos nos dirigir tanto às mentes quanto aos corações das mulheres e homens; que direitos sem moralidade não podem durar muito, e que não haverá uma ordem mundial melhor sem uma ética global.

Não entendemos ética global como uma única religião acima de todas as demais, e certamente não como a dominação de uma religião sobre todas as outras. Por ética global entendemos um consenso fundamental sobre valores unificadores, patamares incondicionais e atitudes pessoais. Sem tal consenso ético básico, qualquer comunidade será cedo ou tarde ameaçada pelo caos ou ditadura.

1. Uma exigência fundamental: todo ser humano deve ser tratado humanamente

Contudo, porque somos todos homens e mulheres falíveis, com limitações e defeitos, e porque estamos conscientes da realidade do mal, sentimo-nos compelidos, em nome do bem-estar da humanidade, a expressar nesta declaração nossas convicções sobre quais deveriam ser os elementos fundamentais de uma ética global - tanto para indivíduos como para comunidades e organizações, para Estados como também para as próprias religiões. Pois acreditamos que nossas religiões e tradições éticas, muitas vezes milenares, contêm elementos suficientes de uma ética convincente e praticável para todas as mulheres e homens de boa vontade, religiosos e não religiosos, e que podem, portanto, formar uma fundação moral comum para uma vida humana conjunta em nossa terra.

Ao mesmo tempo, sabemos que nossas diversas religiões e tradições éticas muitas vezes oferecem referências muito diferentes a respeito do que é útil e do que é inútil para os homens e as mulheres, o que é certo e o que é errado, o que é bom e o que é mau. Não queremos disfarçar ou ignorar as sérias diferenças entre cada uma das religiões. Contudo, elas não devem

Certificado pelo Programa de Pós-Graduação Profissional da Faculdade Unida de Vitória – 13/12/2023

nos impedir de proclamar publicamente aquilo que já temos em comum agora, ao que juntos sentimo-nos comprometidos, cada um referindo-se às suas próprias bases religiosas ou éticas.

Estamos conscientes de que as religiões não podem solucionar os problemas econômicos, políticos e sociais deste mundo. Contudo, elas podem certamente oferecer aquilo que obviamente não pode ser obtido apenas mediante planos econômicos, programas políticos ou regulamentações legais: podem promover uma mudança na orientação interior, na mentalidade, no "coração" das pessoas, e levá-las a uma "conversão" de um caminho falso para uma nova orientação de vida. As religiões são capazes de proporcionar às pessoas um horizonte de sentido para suas vidas, padrões supremos e um lar espiritual. É evidente que elas só podem atuar com credibilidade quando eliminam os conflitos que afloram em si próprias, e desmontam imagens e preconceitos, medos e desconfianças mutuamente hostis.

Todos sabemos que hoje, como antes, em todo o mundo mulheres e homens são tratados desumanamente: são roubados em sua liberdade e oportunidades; seus direitos humanos são pisoteados; sua dignidade humana é desprezada. Mas ter poder (para) não significa ter direito (de). Ante toda a desumanidade, nossas religiões e convicções éticas exigem que cada ser humano seja tratado humanamente.

Isso significa que cada homem - sem distinção de sexo, idade, raça, cor da pele, idioma, religião, opção política, ou origem nacional ou social - possui uma dignidade inalienável e intocável. E todos, tanto indivíduos como Estados, são obrigados a honrar essa dignidade e garantir sua efetiva proteção. Os seres humanos devem sempre ser os sujeitos dos direitos, devem ser os fins, nunca mero meios, nunca objetos de comercialização e industrialização na economia, política e meios de comunicação, em institutos de pesquisas e empresas. Também em nossa era nenhum ser humano, nenhuma classe social, nenhum grupo influente de interesses, nenhum cartel de poderosos e igualmente nenhum Estado se eleva acima do bem e do mal. Não, todos os homens e mulheres, como seres dotados de razão e consciência, são obrigados a agir de forma genuinamente humana, e não desumana, a fazer o bem e não o mal!

Esclarecer o que isso significa concretamente é a intenção da nossa declaração. Gostaríamos de recordar que normas éticas não devem ser algemas e correntes, mas ajuda e suporte para os seres humanos, para que eles sempre encontrem e realizem novamente a direção, os valores, a orientação e o sentido de suas vidas. Para uma atitude autenticamente humana, lembramos especialmente a Regra de Ouro que tem sido mantida em muitas religiões e tradições éticas há milhares de anos: aquilo que você não quer que seja feito a você, não o faça a outros. Ou, afirmativamente: aquilo que você quer que lhe seja feito, faça-o aos outros. Essa deveria ser a norma irrevogável e incondicional para todas as áreas da vida, para as famílias e as comunidades, para as raças, nações e religiões. A autodeterminação e a auto-realização são absolutamente legítimas - enquanto não estiverem separadas da responsabilidade individual e da responsabilidade global, da responsabilidade pelos outros seres humanos e pela natureza. Toda forma de egoísmo, contudo, toda auto-referência, seja ela individual ou coletiva, seja na forma de pensamento de classe, racismo, nacionalismo ou sexismo, deve ser rejeitada. Por isso impede os humanos de ser autenticamente humanos. A regra de ouro implica padrões muito concretos aos quais nós, humanos, deveríamos e gostaríamos de nos apegar firmemente, pois concernem ao bem-estar tanto dos indivíduos como da humanidade. Existem, acima de tudo, quatro antigas orientações para o comportamento humano, que são encontradas na maioria das religiões do mundo. Deveriam ser evocadas junto com uma visão para uma ordem mundial melhor.

2. Quatro diretivas irrevogáveis

Certificado pelo Programa de Pós-Graduação Profissional da Faculdade Unida de Vitória – 13/12/2023

1. Para uma cultura de não violência e respeito à vida

a) Incontáveis mulheres e homens, de todas as regiões e religiões, lutam para levar uma vida que não seja determinada pelo egoísmo, mas sim pelo compromisso para com os outros seres humanos e para com o mundo ao seu redor. Contudo, no mundo de hoje ainda existe ódio, rancor, inveja e violência sem fim, não apenas entre indivíduos mas também entre grupos sociais e étnicos, classes, raças, nações e religiões. A tendência ao uso da violência e do crime organizado, equipados com novas possibilidades técnicas, alcançou proporções globais. Muitos lugares ainda são governados pelo terror, e grandes, bem como pequenos ditadores, oprimem seu próprio povo. Até mesmo em algumas democracias prisioneiros são torturados, homens e mulheres são mutilados, reféns são mortos.

b) Entretanto, nas grandes religiões antigas e nas tradições éticas da humanidade, encontramos o ensinamento: não matarás! Ou, em termos positivos: Tenha respeito pela vida! Concretamente, isso significa que ninguém tem o direito de torturar, ferir e, certamente, de matar nenhum outro ser humano. E nenhum povo, nenhuma raça, nenhuma religião, têm o direito de odiar, discriminar, e certamente de exilar ou liquidar uma minoria "estrangeira" que seja diferente nos costumes e nas crenças.

c) Portanto, os jovens deveriam aprender, já em seus lares e na escola, que a violência não deve ser um meio de resolver as diferenças com os outros. Só então poderá ser criada uma cultura de não-violência. Todas as pessoas têm direito à vida, à integridade corporal e ao desenvolvimento da personalidade, enquanto não ofenderem os direitos dos outros. É claro que onde quer que existam humanos haverá conflitos. Estes, entretanto, devem ser resolvidos sem violência. Isso é verdade, tanto para Estados como para indivíduos, pois os detentores de poder político devem sempre se comprometer primeiramente com as soluções não violentas, no contexto de uma ordem internacional pacífica. E esta também tem necessidade de proteção e defesa contra os perpetuadores da violência. O armamentismo é um caminho equivocado, o desarmamento é a ordem do dia. Não haverá sobrevivência para a humanidade sem a paz. A pessoa humana é infinitamente preciosa e deve ser incondicionalmente protegida. Mas, igualmente, a vida dos animais e das plantas que coabitam este planeta conosco merecem proteção, preservação e cuidado. Como seres humanos, temos também responsabilidade pelo ar, água e solo, com vistas às gerações futuras. A dominação da humanidade sobre a natureza e o cosmos não deve ser propagada, mas, em seu lugar, a convivência harmônica com a natureza e o cosmos deve ser cultivada. Falamos de um respeito à vida, a toda forma de vida.

d) Sermos autenticamente humanos no espírito das nossas grandes religiões e tradições éticas significa que, tanto na vida pública como na vida privada, não devemos ser impiedosos e brutais, mas sim preocupados com os outros e dispostos a ajudar. Todos os povos, raças e religiões devem demonstrar tolerância, respeito, e mesmo alto apreço pelos demais. As minorias - sejam elas raciais, étnicas ou religiosas - precisam de nossa proteção e apoio.

2. Para uma cultura de solidariedade e de ordem econômica justa

a) Incontáveis seres humanos, em todas as regiões e religiões, lutam ainda hoje para viver uma vida em solidariedade com os demais, de trabalho e autêntico preenchimento de suas vocações. Apesar disso, no mundo de hoje existem fome sem fim, deficiências e necessidades, pelas quais não apenas indivíduos, porém mais ainda estruturas injustas, são responsáveis. Milhões de homens e mulheres estão sem trabalho, milhões são explorados, expulsos para a margem da sociedade, com suas possibilidades futuras destruídas por um trabalho mal pago. Em muitos lugares, o espaço entre os pobres e os ricos, entre os poderosos e os desprotegidos, é

Certificado pelo Programa de Pós-Graduação Profissional da Faculdade Unida de Vitória – 13/12/2023

monstruoso. Num mundo no qual o socialismo de estado, bem como o capitalismo lucrativo, esvaziaram muitos valores éticos e espirituais por meio de uma visão meramente político-econômica das coisas, a avidez por lucros ilimitados, a cobiça por pilhagens sem fim poderiam disseminar-se, bem como uma mentalidade materialista, de reivindicações que constantemente exigem mais dos governos, sem obrigar cada um a contribuir mais. O câncer social da corrupção cresceu tanto nos países em desenvolvimento quanto nos desenvolvidos.

b) Contudo, nas grandes religiões antigas e nas tradições éticas da humanidade, encontramos o ensinamento: não roubarás! Ou, em termos positivos: sê honesto! E, de fato, nenhum homem tem o direito de roubar ou despojar - de nenhuma maneira - outros seres humanos ou o bem público. Reciprocamente, nenhum ser humano tem o direito de usar seus bens sem se importar com as necessidades da sociedade. Onde reina a pobreza extrema ocorrerão roubos, muitas vezes por necessidade de sobrevivência, se o completo abandono e o desespero esmagador ainda estiverem reinando. E onde o poder e a riqueza são acumulados sem piedade, sentimentos de inveja, ressentimento e, sim, ódio mortal, inevitavelmente brotarão nos despossuídos. Isso leva todos facilmente a um círculo diabólico de violência e contra-violência. Não existirá uma paz global sem uma ordem global justa.

c) Portanto, os jovens deveriam aprender, já nos seus lares e nas escolas, que a propriedade, por pequena que seja, carrega consigo uma responsabilidade, e que seu uso deveria ao mesmo tempo servir ao bem comum. Só então uma ordem econômica justa poderá ser construída. Entretanto, se a situação crítica dos bilhões de seres humanos mais pobres, particularmente mulheres e crianças, deve ser melhorada, as estruturas da economia mundial precisam ser fundamentalmente alteradas. Boas ações individuais e projetos assistenciais, apesar de indispensáveis, não são suficientes. A participação de todos os países e a autoridade de organizações internacionais são necessárias para se chegar a um acordo justo.

Certamente conflitos de interesses são inevitáveis, e mesmo as nações em desenvolvimento têm necessidade de uma busca nacional de consciência. Mas uma solução para a crise da dívida e a pobreza do segundo e do terceiro mundos, que possa ser apoiada por todos os interessados, deve ser buscada. Em todo caso, nos países desenvolvidos, deve-se fazer uma distinção entre o consumismo justificável e o injustificável, entre o uso socialmente benéfico e o não-benéfico da propriedade, entre o uso razoável e o uso irracional dos recursos naturais, entre a economia de mercado orientada apenas pelo lucro ou social e ecologicamente orientada. É universalmente válido: onde quer que os que governam ameacem sufocar os governados, as instituições ameacem as pessoas, o poder oprima os direitos; a resistência - sempre que possível, não-violenta - deve ocorrer.

d) Ser autenticamente humano, no espírito das grandes religiões e tradições éticas no mundo de hoje, significa o seguinte: em vez de desperdiçar o poder econômico e político em batalhas implacáveis pela dominação, devemos utilizá-lo para o serviço da humanidade: num espírito de compaixão para com os que sofrem e com cuidado especial pelos pobres, deficientes, idosos, refugiados e os solitários; em vez de pensar apenas em poder e políticas de poder ilimitado, e nas lutas competitivas inevitáveis, deveria prevalecer um respeito mútuo, um equilíbrio razoável de interesses e um esforço para a mediação e a consideração; em vez da avidez insaciável por dinheiro, prestígio e consumo, o sentido de moderação e modéstia deveria voltar a reinar. Pois na avidez os humanos perdem as suas almas, liberdade interior e, portanto, aquilo que os faz humanos.

1. Para uma cultura de tolerância e uma vida honrada

Certificado pelo Programa de Pós-Graduação Profissional da Faculdade Unida de Vitória – 13/12/2023

a) Incontáveis seres humanos, de todas as regiões e religiões, lutam ainda em nossos dias para levar uma vida de honestidade e honradez. E no entanto existem no nosso mundo de hoje mentiras e imposturas sem fim, fraudes e hipocrisia, ideologias e demagogia: políticos e empresários que usam mentiras como caminho para o sucesso; meios de comunicação de massa que divulgam propaganda ideológica em vez de reportagens cuidadosas, desinformação no lugar de informação; cientistas e pesquisadores que se entregam a programas políticos ou ideológicos moralmente questionáveis ou a grupos de interesses econômicos, e que se esforçam para justificar pesquisas e experimentos que violam valores éticos fundamentais; representantes de religiões que rejeitam membros de outras como se tivessem pouco valor, e que pregam o fanatismo e a intolerância em vez de respeito, entendimento e tolerância.

b) Contudo, nas grandes religiões antigas e tradições éticas da humanidade, encontramos o ensinamento: não mentirás! Ou, em termos positivos: diga a verdade! De fato, nenhuma mulher ou homem, nenhuma instituição, nenhum Estado, igreja ou comunidade religiosa têm o direito de dizer inverdades a outros seres humanos. Isso é especialmente verdade para: Os meios de comunicação de massa, aos quais o direito de liberdade de imprensa e de reportagem, para o bem da verdade, é assegurado e aos quais, portanto, o posto de guardião é concedido; não devem ficar acima da moralidade, mas a serviço da dignidade, dos direitos humanos e dos valores fundamentais; devem estar a serviço da objetividade, lealdade e preservação da dignidade pessoal; não têm o direito de imiscuir-se na esfera da privacidade humana, manipular a opinião pública ou distorcer a realidade. Artistas e cientistas, a quem liberdade artística e acadêmica é assegurada; não estão dispensados de padrões éticos gerais e devem servir sinceramente à verdade. Políticos que, se mentirem para seus povos, desperdiçam sua credibilidade e não merecem ser reeleitos. Finalmente, representantes das religiões. Quando incitam o preconceito, o ódio e a inimizade para com aqueles que professam credos diferentes, não merecem adeptos.

c) Portanto, os jovens devem aprender, já nos seus lares e nas escolas, a pensar, falar e agir conforme a verdade. Todos os seres humanos têm direito à verdade. Têm também direito à informação necessária e à educação, para que estejam aptos a tomar as decisões que serão formativas para suas vidas. Sem uma orientação ética fundamental, dificilmente poderão distinguir o importante do insignificante, na atual torrente diária de informações. Padrões éticos vão ajudá-los a identificar quando os fatos estiverem distorcidos, os interesses velados, as tendências manipuladas e as opiniões tornadas absolutas.

d) Ser autenticamente humano, no espírito das nossas grandes religiões e tradições éticas no mundo de hoje, significa o seguinte: em vez de desonestidade, de uma adaptação à vida dissimulada e oportunista, devemos cultivar o espírito da verdade também nas relações diárias entre os seres humanos; em vez de espalhar meias-verdades ideológicas ou partidárias, devemos sempre procurar a verdade com uma sinceridade incorruptível; em vez de confundir liberdade com arbitrariedade e pluralismo com indiferença, elevemos a verdade; em vez de correr atrás do oportunismo, devemos respeitar com lealdade e constância a verdade uma vez encontrada.

2. Para uma cultura de direitos iguais e parceria entre homens e mulheres

a) Incontáveis seres humanos, de todas as regiões e religiões, lutam para viver suas vidas num espírito de parceria entre homens e mulheres, de ação responsável nas áreas do amor, sexualidade e família. Contudo, em todo o mundo existem formas condenáveis de patriarcalismo, dominação de um sexo sobre o outro, exploração de mulheres, abuso sexual de crianças e prostituição forçada. As diferenças sociais neste planeta não raro levam à

Certificado pelo Programa de Pós-Graduação Profissional da Faculdade Unida de Vitória – 13/12/2023

prostituição como um meio de sobrevivência, particularmente pelas mulheres dos países menos desenvolvidos.

b) Contudo, nas grandes religiões antigas e nas tradições éticas da humanidade encontramos o ensinamento: não cometas imoralidades sexuais! Ou, em termos positivos: respeita e ama o próximo! Concretamente, isso significa: ninguém tem o direito de degradar outros a meros objetos sexuais, forçá-los ou prendê-los numa dependência sexual. A exploração sexual deve ser condenada como uma das piores formas de degradação humana. Onde quer que - inclusive em nome de convicções religiosas - a dominação de um sexo sobre o outro for pregada, e a exploração sexual tolerada, onde quer que a prostituição seja promovida, ou que crianças sejam abusadas, a resistência é imperiosa.

c) Portanto, jovens mulheres e homens deveriam aprender, já em seus lares e nas escolas, que a sexualidade é fundamentalmente não uma força negativa, destrutiva ou exploradora, mas uma força criativa. Sua função como formadora da afirmação da vida comunitária pode ser aplicada, principalmente se for vivida com responsabilidade pela felicidade própria e pela do parceiro. A relação entre homens e mulheres tem certamente uma dimensão sexual, mas a realização humana não é idêntica à felicidade sexual. A sexualidade deve ser a expressão e a reafirmação de uma relação amorosa vivida em parceria. Inversamente, contudo, algumas tradições religiosas conhecem o ideal de uma renúncia voluntária do uso completo da sexualidade; essa renúncia pode também ser uma expressão de identidade e uma realização significativa. A forma de casamento socialmente institucionalizada que, apesar de suas variações culturais e religiosas, é caracterizada pelo amor, fidelidade e permanência, busca, e deve garantir, segurança e apoio mútuo ao marido, mulher e filhos e assegurar seus direitos. É no casamento que a relação entre a mulher e o homem deve ser caracterizada não por um comportamento de superioridade ou exploração, mas pelo amor, parceria e confiança. Todas as regiões e culturas deveriam desenvolver relações econômicas e culturais que tornassem possível o casamento e a família dignos dos seres humanos, principalmente para as pessoas idosas. Os pais não deveriam explorar os filhos, nem estes os pais; sua relação deveria, sim, refletir respeito, apreço e interesse mútuos.

d) Ser autenticamente humano, no espírito das nossas grandes religiões e tradições éticas no mundo de hoje significa: em vez de dominação ou degradação patriarcal, que são a expressão da violência e geram a contra-violência, respeito mútuo, parceria, entendimento e tolerância; em vez de qualquer forma de lascívia sexual possessiva, ou abuso sexual, respeito mútuo, tolerância, prontidão para a reconciliação e amor. Apenas o que já foi vivido no plano das relações pessoais e familiares pode ser praticado ao nível das nações e religiões.

1. Uma transformação da consciência

Toda experiência histórica demonstra o seguinte: nosso planeta não pode ser mudado, a não ser que num futuro não muito distante uma alteração na consciência dos indivíduos seja alcançada. Isso já foi verificado em áreas como a guerra e a paz, ou economia e ecologia. E é precisamente em relação a essa mudança interior, a essa transformação da totalidade da mente, do "coração", que as religiões têm especial responsabilidade. Estamos conscientes, contudo, de que um consenso universal sobre diversas questões individuais e éticas controvertidas (desde ética sexual e bioética, passando pela ética científica e dos meios de comunicação, até a ética política e econômica) será dificilmente conseguido. Em todo caso, mesmo para muitas questões ainda controversas, soluções diferenciadas devem ser buscadas no espírito dos princípios fundamentais aqui conjuntamente desenvolvidos. Em diversas áreas da vida, já surgiu uma nova consciência das responsabilidades éticas. Portanto, ficaríamos especialmente contentes se

Certificado pelo Programa de Pós-Graduação Profissional da Faculdade Unida de Vitória – 13/12/2023

o maior número possível de associações profissionais nacionais ou internacionais, como as dos físicos, cientistas, homens de negócios, jornalistas e políticos, pudessem juntar-se para ditar códigos de ética. Acima de tudo, seria bom se cada religião em particular também formulasse sua ética específica: aquilo que ela tem a dizer, sustentado pela tradição de sua fé, a respeito, por exemplo, do sentido da vida e da morte; sobre como suportar os sofrimentos e o perdoar as culpas; sobre o sacrifício desinteressado e a necessidade da renúncia, compaixão e alegria. Tudo isso será compatível com uma ética global e pode até mesmo aprofundá-la, torná-la mais específica e concreta.

Estamos convencidos de que uma nova ordem global só pode ser melhor num mundo socialmente benéfico e pluralista, de relações de parceria e promoção da paz, de respeito ao meio ambiente e ecumênico. Portanto, apoiados em nossas convicções religiosas, comprometemo-nos com uma ética global comum e convidamos todas as mulheres e homens de boa vontade a fazer desta sua própria declaração.

Nota 1. "Ética", e não "éticas", o que implicaria grandes detalhamentos. "Ética", no singular, expressa a atitude fundamental em relação ao bem e o mal e os princípios para colocá-la em ação.

Certificado pelo Programa de Pós-Graduação Profissional da Faculdade Unida de Vitória – 13/12/2023

PPGPCR
Faculdade Unida de Vitória